



Boletim
de Transparência
Fiscal

RIO DE JANEIRO | 5º BIMESTRE DE 2013



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Paulo Sérgio Braga Tafner

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Rebeca Virginia Escobar Villagra

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

George André Palermo Santoro

SUPERINTENDENTE DO TESOUREO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Daniela de Melo Faria

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

Juliana Azevedo Cruz

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alexandre Emilio Zaluar

Alessandro Lima da Rocha

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Denise Gomes de Castro

Eduardo de Andrade

Fabio Souza Pontes

Fernando Rezende Filho

Gustavo Franco Corrêa

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Diniz de Oliveira

Joana Pimentel Meneses de Farias

João Souza

Karine de Souza Vargas

Larissa Silva Carvalho

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Leonardo Silva Carvalho

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Marcelo Fernandes Lima Gomes

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Mariana Schmid Blatter Moreira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Pablo Villarim Gonçalves

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Raphael Philipe Moura

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto

Victor Hugo Martins Bello Honaiser



O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal, da Subsecretaria de Finanças e da Subsecretaria Geral. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910.

SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	14
I.I The Domestic and International Context.....	14
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro.....	16
I.III Labor Market.....	20
I.V External Sector.....	22
I. Panorama Econômico.....	23
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.....	23
I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro.....	26
I.III Mercado de Trabalho.....	29
I.IV Inflação.....	31
I.V Setor Externo.....	32
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	33
III. Resultados Fiscais.....	44
III.I Resultado Orçamentário.....	44
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	46
III.III Resultado Primário.....	48
IV. Receita Estadual.....	52
IV.I Receitas Correntes.....	54
IV.I.1 Receita Tributária.....	55
Box 01 - O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano	59
IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico.....	62
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties.....	67
IV. I.3 Demais Receitas Correntes.....	70



IV.I.3.1 Receita de Transferências	73
IV.I.3.2 Transferências da União	75
IV.II Receitas de Capital	81
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro	84
V.I Despesa Total	84
V.II Créditos Adicionais.....	84
V.IV Despesas por Grupo.....	89
V.V Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.....	98
Box 02 - DESPESAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	113
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	119
VI.1 Cota Financeira	119
VI.2 Pagamento de PD´s	120
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	121
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos.....	122
VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento	125
VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública	127
VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios	137
VI.8 Operação de Crédito.....	139
VI.9 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's	140

Apresentação

Este é o trigésimo quinto boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o quinto referente ao exercício de 2013. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Tais mecanismos possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 18/11/2013.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise do cenário econômico, dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente, Habitação e Ciência e Tecnologia. Fazem parte ainda deste Boletim Box descritivos da legislação do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECF e da evolução das despesas com a melhoria da mobilidade urbana. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.

RESUMO EXECUTIVO

No quinto bimestre de 2013, as Receitas Totais do Estado do Rio de Janeiro apresentaram desempenho superior em 29,3% (+R\$ 2.630,00 milhões) em relação ao observado no mesmo período do ano anterior. Tal desempenho superou em R\$ 1,551 bilhão (+2,7%) as metas acumuladas de arrecadação. No acumulado do ano, o crescimento observado até o momento é de 20,4% (+ R\$ 10,042 bilhões).

As Receitas Correntes cresceram 10,6% (+R\$ 895,04 milhões) se comparadas ao 5º bimestre de 2012. No acumulado, o desempenho mostrou-se superior em 9% (+ R\$ 4,057 bilhões). Tal comportamento foi fortemente influenciado pelas Receitas Tributárias, cujo incremento de 20,8% no bimestre citado, acarretou montante 14,6% (+R\$ 4,242 bilhões) acima do ocorrido, até outubro/2012.

As Receitas Patrimoniais apresentaram 6,6% de crescimento bimestral. O desempenho não foi suficiente para reverter queda acumulada no ano: - 10,9%. Grandes responsáveis por esta conjuntura, as receitas oriundas da exploração do petróleo e gás natural apresentaram elevação de 28% no bimestre. No entanto, no acumulado, a queda nos royalties perfaz 3,5% (-R\$ 230 milhões). Tal queda se deu, principalmente, por conta na redução da produção (-7,3%), ocorrida principalmente nos campos pagadores de Participações Especiais; pela queda no preço do óleo do tipo Brent (-2,9%); mesmo tendo havido elevação do câmbio (+10,1%). Outro fator que tem afetado negativamente as Receitas Patrimoniais é o fim das receitas de CFT's, ocorridas em 2012 (-R\$ 655 milhões até o 5º bimestre).

As Receitas de Capital, por sua vez, permanecem em patamares bem superiores ao observado em 2012. No quinto bimestre deste ano o desempenho superou em 1.183% o ocorrido no mesmo período do ano anterior (+R\$1,645 bilhões) e, no acumulado, de 270,5% (+R\$ 5,5 bilhões). Esse resultado foi significativamente influenciado pela cessão de ativos do RIOPREVIDÊNCIA, que garantiu a entrada de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões na Receita de Alienação de Bens até outubro de 2013.

O Resultado Orçamentário, do quinto bimestre de 2013 apresentou significativa melhora se comparado ao mesmo período do ano passado (+ 129,8%). No acumulado, o desempenho vem sendo bom: R\$ 6,320 milhões, com uma variação de 1.564,7% frente ao acumulado de 2012.

No quinto bimestre deste ano, o Resultado Primário registrou um déficit de R\$ 368,02 milhões, o qual, entretanto, representou melhoria de 177,8%, em relação ao mesmo período no ano anterior. No acumulado, o desempenho vai mantendo uma variação positiva de 115,7% (+1,668 bilhão).

As despesas do ERJ para o exercício 2013 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 72,74 bilhões, um sensível crescimento (+13,60%) frente ao aprovado para o exercício 2012.

Até o 5º bimestre, a dotação autorizada chegou a R\$ 80,08 bilhões, revelando uma considerável ampliação de 10,1% sobre o planejado inicialmente, sendo, portanto, R\$ 7,34 bilhões incorporados à LOA. Excluídas as despesas intra-orçamentárias da análise, o crescimento foi de R\$ 7,14 bilhões, acréscimo motivado pela abertura de créditos adicionais, dos quais R\$ 5,29 bilhões suplementaram as fontes de recursos do Tesouro Estadual e R\$ 1,85 bilhão as Demais Fontes de Recursos. O suplemento principal

ocorreu por conta do ingresso de recursos vinculados, os quais não integravam o orçamento inicial: R\$ 4,19 bilhões contratados em Operações de Crédito, R\$ 709 milhões por Convênios e R\$ 1,14 bilhão em Outras Fontes de Recursos (superávits financeiros e excesso de arrecadação).

Os créditos adicionais abertos até outubro foram aplicados diretamente em programas estratégicos de governo. Do montante indicado em Operações de Crédito, R\$ 1,70 bilhão foi destinado à Implantação de Novas Linhas Metroviárias, R\$ 496,84 milhões para Projetos de Infraestrutura, e R\$ 302,35 milhões na Reforma do Complexo do Maracanã.

Em relação à execução, R\$ 53,32 bilhões foram liquidados até o 5º bimestre. Excluídas as despesas intraorçamentárias e as empresas públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial), a execução foi de R\$ 50,71 bilhões. Deste montante, R\$ 35,28 bilhões foram sustentados por recursos do Tesouro Estadual e R\$ 15,42 bilhões a partir de Outras Fontes de Recursos.

As Despesas Correntes do ERJ, tanto no bimestre (R\$ 8,96 bilhões) como no acumulado (R\$ 44,13 bilhões), apontaram um avanço superior a 10,0% quando comparados aos valores de 2012: 10,6% no bimestre e 14,0% no ano. Em valores absolutos a variação correspondeu a R\$ 858,27 milhões (no bimestre) e R\$ 5,41 bilhões (até o bimestre), excluído o valor do FUNDEB, o qual apresenta uma execução de R\$ 4,45 bilhões no exercício. As despesas relacionadas ao grupo de Pessoal e Encargos Sociais apresentou considerável destaque até outubro: R\$ 13,75 bilhões liquidados, apresentando um crescimento de 15,7% em relação a 2012 (+R\$ 1,87 bilhões). Tal variação foi motivada, em grande parte, pelas melhorias realizadas nas carreiras da Segurança Pública, aqui incluídas as Secretarias de Defesa Civil e de Segurança (PCERJ e PMERJ).

As Outras Despesas Correntes do ERJ correspondem a 55,3% do total liquidado até este bimestre (R\$ 28,03 bilhões), excluído aqui o valor do FUNDEB, apresentando, assim, um crescimento de 13,5% (+R\$ 3,34 bilhões) em relação ao último exercício. Esta elevação é justificada pelo fortalecimento de determinadas ações estratégicas do Estado: na função social, a Operacionalização do Bilhete Único, o Renda Melhor e o Aluguel Social, que juntos somaram R\$ 658,31 milhões de despesas liquidadas até o bimestre, apresentando um crescimento de 7,5% (+R\$ 46,13 milhões) em relação ao mesmo período de 2012; e na Saúde Pública, as ações executadas pelo Governo do ERJ foram responsáveis por R\$ 1,55 bilhão de recursos executados até outubro: um aumento de 58,5% (+R\$ 572,78 milhões).

Os recursos aplicados em Investimentos e Inversões Financeiras somaram, até o bimestre, R\$ 4,20 bilhões, variação positiva de 34,3% em relação ao mesmo período de 2012, elevação de R\$ 1,07 bilhão. O montante liquidado foi imprescindível para o financiamento de importantes ações do estado: Reequipamento de Unidades Educacionais; Reforma do Complexo do Maracanã; Implantação de Projetos de Infraestrutura; Implantação de Novas Linhas Metroviárias; Implantação do Arco Metropolitano; dentre outras.

As Transferências Constitucionais Obrigatórias apresentaram elevada execução na análise bimestral (19,2%, +R\$ 256,94 milhões). No acumulado, o incremento foi de 8,9%, ou seja, +R\$ 758,09 milhões. Os

cálculos dos índices parciais demonstram a evolução dos gastos, que serão cumpridos ao fim do exercício, conforme estabelecido pela Lei.

Novamente, o índice da Educação apresentou uma pequena evolução em relação ao verificado no mesmo período do exercício passado (+1,0 ponto percentual). Entretanto, numa análise mais apurada, pode-se observar o fortalecimento na execução do índice: aumento de 14,5% de sua receita base (+R\$ 3,36 bilhões), resultando numa maior liquidação neste ano (19,5%, +R\$ 1,08 bilhão).

Na Saúde, o índice constitucional indicou pequena variação em relação ao mesmo período de 2012: variação positiva de 0,6 pontos percentuais. Todavia, devem-se salientar os crescimentos apurados tanto na receita base como na despesa liquidada do índice: +14,5% (R\$ 3,36 bilhões) e +21,9% (+R\$ 480,59 milhões) respectivamente.

A FAPERJ apresentou um ritmo de execução mais lento, alcançando 1,8% de aplicação de sua receita base. Comparativamente ao mesmo período de 2012, sua execução demonstrou um ligeiro acréscimo de 1,3%.

O FECAM, até o 5º bimestre, executou 3,9% (R\$ 218,55 milhões) de sua receita base. Comparativamente a 2012, o índice apresentou quedas na receita base (-8,7%, ou seja, -R\$ 535,76 milhões) e na despesa liquidada (-2,3%).

O FEHIS apresentou variação negativa, passando de 10,0% em 2012 para 7,7% este ano, uma queda de 2,3 pontos percentuais. Contudo, cabe ressaltar o crescimento constatado em sua receita base (+8,5%, +R\$ 180,49 milhões) e a queda na despesa até o bimestre: -16,1%, ou seja, -R\$ 33,98 milhões.

Por fim, o Box deste quinto bimestre apresenta a evolução dos gastos, no âmbito da Assistência Social, realizados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro nos últimos três exercícios, dando o devido destaque para dois importantes programas: o Renda Melhor, o Renda Melhor Jovem e o Aluguel Social.

EXECUTIVE SUMMARY

In the fifth bimester of 2013, total revenues of the State of Rio de Janeiro showed superior performance by 29.3% (+ R\$ 2,630.00 million) compared to that observed in the same period last year. This performance exceeded R\$ 1.551 billion (+2.7%) of the targeted tax revenue. For the year, the growth observed so far is 20.4% (+ U.S. \$ 10.042 billion).

The Current Revenue increased 10.6% (+ U.S. \$ 895.04 million) compared to the 5th bimester of 2012. The accumulated performance was superior in 9% (+ U.S. \$ 4.057 billion). Such behavior was strongly influenced by the Tax Revenues, which increased from 20.8% in the bimester quoted amount caused 14.6% (+ U.S. \$ 4.242 billion) occurred up until October/2012.

The Equity Income showed 6.6% growth bimonthly. The performance was not enough to reverse the cumulative decline in the year: - 10.9%. Largely responsible for this situation, revenues from the exploitation of oil and natural gas rose by 28% in two months. However, accumulated, the drop in royalties amounts to 3.5% (-R \$ 230 million). Such decrease was mainly due to the reduction in production (-7.3%), which occurred mainly in the fields of paying special participation; fall in the price of Brent crude oil (-2.9%), while there were rising rates (+10.1%). Another factor that has negatively affected the Equity Income is the end of CFT's revenue, which occurred in 2012 (R \$ 655-million to the 5th bimester).

The Capital Revenue, meanwhile, remains at levels well above that observed in 2012. In the fifth bimester performance this year exceeded 1,183% in the same period occurred in the previous year (+ U.S. \$ 1.645 billion) and the accumulated 270.5% (+ U.S. \$ 5.5 billion). This result was significantly influenced by the assignment of assets RIOPREVIDÊNCIA, which ensured the entry of approximately U.S. \$ 2.4 billion in revenue from disposal of assets until October 2013.

The Budget Result for the fifth bimester of 2013 improved significantly compared to the same period last year (+ 129.8%). In accumulated terms, the performance has been good: R \$ 6.320 million, an increase of 1564.7% compared to the cumulative 2012.

In the fifth bimester of this year, the Primary Result recorded a deficit of U.S. \$ 368.02 million, which, however, represented a 177.8% improvement, compared to the same period last year. The accumulated performance will maintain a positive growth of 115.7% (+1.668 billion).

ERJ Expenditures for the year 2013 were fixed in State Budget Law in R\$ 72,74 billion, a marked increase (+13,6%) compared to approved for the year 2012.

By the 5th bimester, the appropriation authorized reached R\$ 80,08 billion, showing a considerable increase of 10,1% over the originally planned, therefore, R\$ 7,34 billion incorporated in the LOA. Excluding intra-budgetary expenditure from the analysis, the growth was R\$ 7,14 billion, an increase motivated by the opening of additional credits, of which R\$ 5,29 billion supplemented the State Treasury and R\$ 1,85 billion to Other Sources of Funds. The main supplement was due to the entry of secured funds, which were not part of the initial budget: R\$ 4,19 billion in Credit Operation, R\$ 709 million in Covenants and R\$ 1,14 billion in Other Sources of Funds (financial surpluses and revenue excess).

The additional credits opened until October were applied directly into strategic programs of government. The amount indicated on credit operations, R\$ 1,70 billion was allocated to the Deployment of

New Subway Lines, R\$ 496,84 million in Infrastructure Projects and R\$ 302,35 million in the Reform of Maracanã Complex.

Regarding the execution, R\$ 53,32 billion were liquidated until the 5th quarter. Excluding intra-budgetary expenditure and public companies not dependent (CEDAE and Imprensa Oficial), R\$ 50,71 billion was executed. Of this amount, R\$ 35,28 billion were supported by resources from the State Treasury and R\$ 15,42 billion from Other Funding Sources.

The current expenditures of the ERJ, in two months period (R\$ 8,96 billion) and in the year (R\$ 44,13 billion), showed a superior improvement of 10,0% when compared to 2012: 10,6% in the bimester and 14,0% in the year. In absolute values, the variation was R\$ 858,27 million (in two months) and R\$ 5,41 billion (up to bimester), excluding the value of FUNDEB, which presents an execution of R\$ 4,45 billion in until now. The expenses in the Payroll Group showed a considerable spotlight until October: R\$ 13,75 billion was executed, an increase of 15,7% compared to 2012 (+R\$ 1,87 billion). This change was motivated, in large part, by the improvements made in the careers of Public Security, here included the Departments of Civil Defense and Security (PCERJ and PMERJ).

Other Current Expenditure, up this bimester, represent 55,3% of total paid (R\$ 28,03 billion), excluding FUNDEB, presenting a growth of 13,5% (+R\$ 3,34 billion) compared to the last year. This increase is explained by the fortification of certain strategic actions of the State: in the social function, the Operationalization of the Single Ticket, the Better Revenue and the Social Rent together totaled R\$ 658,31 million in expenses paid until October, an increase of 7,5% (+R\$ 46,13 million) over the same period of 2012. In Public Health, the actions were responsible for R\$ 1,55 billion of resources spent until now: an increase of 58,5% (+R\$ 572,78 million).

The resources invested by the State in Investments and Financial Inversions through October totaled R\$ 4,20 billion, positive variation of 34,3% over the same period of 2012, an increase of R\$ 1,07 billion. The amount paid was essential to fund important state actions: Retrofitting of Educational Units; Reform of Maracanã Complex; Implementation of Infrastructure Projects, Deploying New Subway Lines; Implementation of the Metropolitan Ring Road, among others.

The Mandatory Constitutional Transfers showed high implementation rate in the analysis bimonthly (19,2%, +R\$ 256,94 million). Until October, the increase was 8,9% (+R\$ 758,09 million). The calculations of partial indexes show the evolution of expenses, will be enforced at the end of the year, as established by Law.

The index of Education showed a small improvement compared to the same period of the last fiscal year (+1,0 percentage points). However, can observe the strengthening implementation of the index: increase of 14,5% your base revenue (+R\$ 3,36 billion), resulting in a higher liquidation this year (19,5%, +R\$ 1,08 billion).

In Health, the constitutional index also indicated little variation over the same period of 2012: increase of 0,6 percentage points. However, the revenue base and the liquidated expense index increased: +14,5% (+R\$ 3,36 billion) and +21,9% (+R\$ 480,59 million) respectively.

The FAPERJ index presented a slower pace execution, reaching 1,8% application of its base revenue. Compared to the same period in 2012, its implementation has shown a slight increase of 1,3%.

The FECAM until the fifth bimester, has performed 3,9% (R\$ 218,55 million) from his base revenue. Compared to 2012, the index showed declines in base revenues (-8.7%, +R\$ 535,76 million) and expenditure settled (-2,3%).

The FEHIS presented a negative change, from 10,0% in 2012 to 7,7% this year, down 2.3 percentage points. However, it is worth emphasizing the growth observed in his base revenue (+8,5% + R\$ 180,49 million) and a decrease in expenditure until the bimester: -16,1%, -R\$ 33,98 million .

Finally, the Box shows the progression of expenditures in Social Work, made by the Government of the State of Rio de Janeiro in the last three years, giving emphasis in two important programs: Better Revenue, Better Revenue Young and Social Rent.

I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Context¹.

The global economy continues to expand at a moderate pace, with some growth acceleration expected for 2014 and 2015 (world GDP growth² about 3.6% and 3.9%, respectively). However, forecasts for global growth in the 3rd quarter were revised downward significantly in 2013 (2.7%) and 2014, largely due to weaker prospects in many emerging market economies.

The U.S. economy shows signs of recovery, with expectations of real GDP growth in 2013 of 1.7% and inflation at 1.2% per year. The increase in real GDP in the third quarter is a result of increased private investment, personal consumption, exports, investment from the state and local government; all were partly offset by negative contributions from federal government spending. The positive factors in the U.S. economy led the Fed to slow the pace of monetary stimulus. On the other hand, unemployment in the country should end the year at 7.5% and the fiscal deficit at 6.5% of GDP. The monetary authority intends to continue with the interest rate close to zero, while inflation does not exceed 2.5% and unemployment is greater than 6.5%.

In the Eurozone, growth was regained and confidence is improving in almost all countries, with some vulnerable economies out of recession or close to doing so. However, the recovery remains hesitant, result of fiscal pressures, high unemployment and the lingering effects of the euro zone crisis on balance sheets and credit conditions. The OECD expects that the GDP of the Eurozone decline only 0.4% in 2013, but return to grow in 2014, when the estimated growth is 1.0%. Employment, on the other hand, should continue to be a problem, with the unemployment rate in 2013 at 12.0%, and expectations for 2014 at 12.1%.

The Japanese economy also shows signs of recovery thanks to monetary and fiscal policies undertaken this year, which managed to reverse the deflation in Japan so as to generate inflation, even if very low (+0.2%). The results of these policies have led the government to announce that earlier next year will hold large monetary and fiscal stimuli and structural reforms to restore confidence in the economy. It is estimated, for 2014, real GDP growth of 1.5% and inflation of 2.3%.

The Chinese economy will end the year with growth equal to 2012, 7.7%. This result was possible thanks to the fiscal stimulus, albeit modest and rapid credit growth by June this year. Internally, the growth in retail sales remains strong and the housing market is buoyant, despite efforts to retain the speculation this year, with strong price increases in major cities. Investment in housing and infrastructure supply also rose, helped by increased government spending on rail investment and the strength of housing demand. For 2014, it is expected that China's GDP to grow 8.2%.

In Brazil, the Gross Domestic Product (GDP) showed, in the third quarter, the first decline since 2009. The negative result was expected by the market, but was slightly below expectations: -0.5%. Considering the nine months, the increase was 2.4% over the same period of 2012. Taking into account the cumulative 12-month, up 2.3%. Compared to the previous quarter, the sector 'Agriculture' was the one that changed negatively, as expected by the market due to the seasonality of certain crops (-3.5%). The sectors 'Industry' and 'Services' were the same (and light) high (+0.1%). The 'Industry' sector, highlighted positive

¹ This analysis uses data available to December 23, 2013.

² OECD Economic Outlook, Volume 2013/2

for 'Mineral Extraction Industry', with growth of 2.9% in the third quarter compared to the previous. Negatively contributed the sectors 'Manufacturing Industry' (-0.4%) and 'Construction' (-0.3%). In the 'Services', contributed positively the sectors 'Transport, Storage and Mail' and 'Public Administration, Public Education and Public Health', both with 0.8% growth. The main negative contribution was the sector 'Other Services' (-0.4%), whose weight is significant in services.

Data from the Monthly Industrial Survey (PIM/IBGE) show that, despite the growth of the mining industry in the third quarter, YTD (October) was -4.4%, even after rising 5.4% in September-October 2013. The YTD (October) of the manufacturing industry was 6.9%, highlighting 'Vehicles' (+10.3%) and 'Other transport equipment' (+7.6%). General industry had accumulated 1.5%, considerably influenced by the negative result of the extractive industry in the first half.

Analysts point out that, for the fourth quarter, the mining industry will continue recovering and the sector 'Other Services' shall reverse the negative picture of the third quarter, considered atypical, and will grow 0.8% in the fourth quarter GDP compared with the previous quarter.

Unlike industry, consumption had a positive change in all segments (even larger) retail sales between January and October 2013 compared with the same period last year. The growth of 4.0% (restricted retail) can be largely explained by federal policy to stimulate consumption. The 'Furniture and appliances' segment posted positive growth of 5.4% and 'Other articles of personal and domestic use' grew by 10.5% in period. Also noteworthy is 'Pharmaceutical, medical, orthopedic and perfumery articles' (+9.7%), 'Building material' (+7.2%) and 'Fuel and lubricants' (+6.1%).

The model of GDP growth based on consumption has its limitations. Analyzing the GDP in terms of demand, we see that 'Gross Fixed Capital Formation' showed negative growth (-2.2%) in the third quarter compared with the previous quarter. Have ' Household Consumption ' and ' Government Consumption ' presented, low but positive growth: 1.0% and 1.2%, respectively. Four weeks ago, GDP would end the year at 2.5 % by the market expectations. Today, it is believed that the GDP will close the year at 2.3%.

Another determinant for the performance of GDP lower than expected is the external sector. The trade balance, imports increased substantially between January and October 2013 compared to 2012 (+9.3%), with emphasis on ' Oil and derivatives ' (+26.3%). This one showed a deficit of U.S. \$ 18.9 billion between January and October 2013. Overall, the balance was also in deficit (U.S. \$ -1.8 billion). In 2012, the balance in this period represented a surplus of U.S. \$ 17.3 billion. In 2011, a surplus of U.S. \$ 25.4 billion.

The official inflation index (IPCA) presented in November, compared to the same month in 2012, back below 6%: 5.77%. In the year (between January and November 2013), the percentage change in the overall index was 4.95%. Disaggregating the index, we can see that the most responsible for rising prices between January and November were: ' Education ' (+7.88%), ' Food and beverages ' (+7.52%) and ' personal expenses ' (+ 7.32%). The participation of administered prices in the IPCA is high - close to 25%, and some of them are still repressed, as is the case of electricity, the bus fare and gasoline. The latter has recently undergone adjustment of 4%, still well below expectations. Thus, some of these prices should be adjusted next year, according to the evolution of inflation, which is expected to rise in 2014. According to the Focus Bulletin, The IPCA should end the year at 5.72%, and the expectation for the end of 2014 is 5.97%. Naturally, is also expected to increase the Selic rate. According to the same report, that rate (currently 10.00%) should end next year at 10.50%, and the average annual rate shall be 10.47%.

Data from the Monthly Employment Survey (IBGE) and CAGED show that the number of employees (total and only those who contribute to social security) continues to grow this year but at lower rates to 2012. Between January and October 2013, the number of employed persons increased by 1.0 %. In the same period last year, the increase was 2.0 %. Nevertheless, the unemployment rate reached 5.2 % in October, the lowest percentage of the year. Whereas the generation of formal jobs, according to the General Register of Employed and Unemployed (CAGED), jobs have been created this year, but less than 2012 pace. Despite the 42% increase in the number of net admissions in October 2013 (compared to the same month of 2012), the balance of the year (cumulative to October) was 13 % less than the same period of 2012.

The collection of federal revenues, both administered by the RFB, and by other agencies, amounted to R\$ 907,445 million by October 2013. This result represented a nominal increase of 7.73 % and real of 1.36 % (IPCA) over the same period of 2012. In September 2013, the monthly federal revenue totaled R\$ 84,212 million, representing an increase of 7.67 % in nominal terms and 1.71 % in real terms (IPCA), comparing with the same month last year. There was significant growth in October 2013, 11.58 % (nominal) and 5.43 % (real), compared to the same month of 2012, reaching R\$ 100,999 million.

Among the several factors that contributed to this result in the year, include: reduction of 50.96% in the payment of the annual adjustment of IRPJ/CSLL, relative to events for calendar year 2012; extraordinary collection of PIS/COFINS and IRPJ/CSLL of R\$ 4.0 billion, as a result of judicial deposit and sale of equity; tax cuts, and the performance of key macroeconomic indicators that influence the collection of taxes.

The main actual decreases (IPCA) in the period January-October 2013 compared to the same period last year were recorded in the following taxes : Cide - fuels (-99.7 %) ; IPI- cars (-19.2 %), IPI- Linked imports (-12.4%), IOF (-12.0%) and IRRF - Capital income (-5.8%) . On the positive side, showed real increases (IPCA): IPI- Smoking (+19.3%); IRRF - Income from Abroad (+13.8%), Import Tax (+12.1%); IRRF - other (+8.6%), income tax (+3.6%), Social Security Income (+3.1%), COFINS (+2.9%), CSLL (+2.9%), IRPF (+2.8%) and PIS/PASEP (+2.4%).³

I.II Economic Activity in Rio de Janeiro

State GDP. The IBGE released recently, the GDP of Federal Units for year 2011, according to which, the ERJ presented the 7th largest real GDP growth between 2010 and 2011 (+6.17%), the highest growth among major states. Consequently , the GDP of the ERJ , which represented 10.8% of the national GDP in 2010 , now represents 11.16% , the largest percentage change of participation in national GDP between 2010 and 2011 (+0.36%) .

Considering the share of the Gross Value Added (at basic prices), we see that, in 2011, the ERJ represented 0.9% of the national GVA in the primary sector (Agriculture), the 18th in the country. In the tertiary sector (services), the largest share of GDP, the ERJ dropped from 11.5 % share of the domestic industry in 2010 to 11.6%, the 2nd highest representation in the country, behind only São Paulo. Already in the secondary sector (industry) has the largest share gain: From 10.7% in 2010 to 12.3% in 2011, surpassing participation in Minas Gerais in the industrial sector and reaching the 2nd place in the sector in 2011 , behind only São Paulo.

³ Source: RFB

By analyzing the Rio's industry, it is observed that, to increase its share in VAB state in 2011 (28.1% to 30.4%), had the largest variation among the major states, and this percentage (30.4%) second only to involve industry in Minas Gerais (32.8%). Among segments that stood out, we can cite the mining industry. This, in 2010, represented a third of the sector (9.8%). In 2011, the share of this segment in the state VAB reached 14.5 %, representing nearly half of the industrial sector in the state.

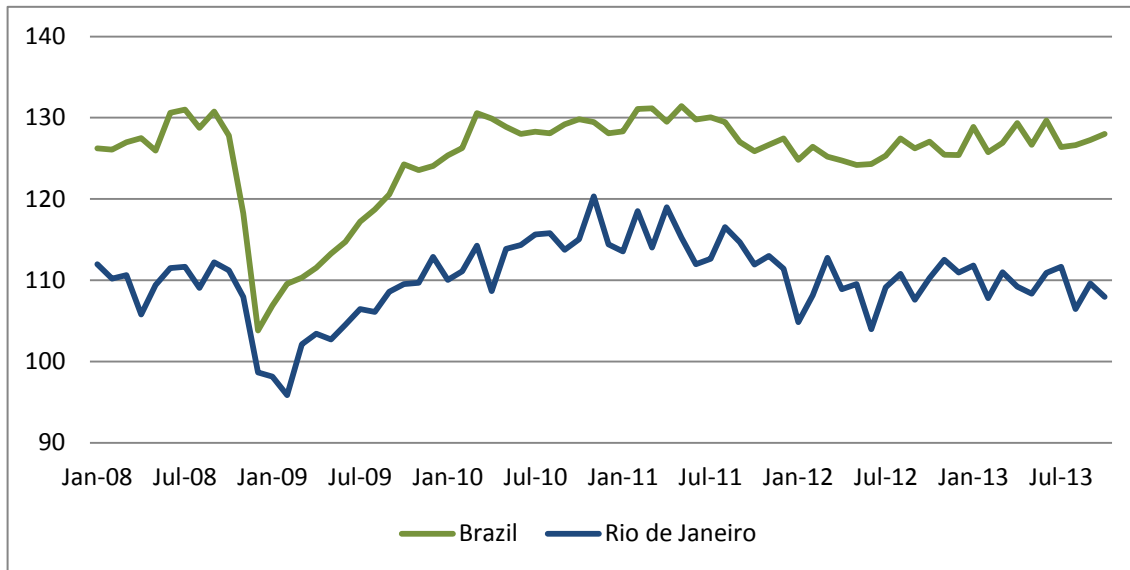
Industry. The Fluminense industry decreased (-1.5%) in October, compared to the previous month, seasonally adjusted, after advancing 2.4% last September. Compared to the same period last year, industrial production fell by 2.6% in Rio de Janeiro, against the 0.9% growth level in Brazil. In the year there was a 0.8% increase. This scenario shows the recovery of the industry in RJ, although still highly volatile, reflecting uncertainty about the domestic macroeconomic framework and the international situation. In terms of the main aggregates, in Rio de Janeiro mining and quarrying and manufacturing both showed declines of 2.5% and 2.6% respectively in October compared to the same period last year. Nationally, these sectors fell by 3.0% and 1.1% growth respectively in the same period.

The analysis of the twelve industrial activities (processing) in which the sector is disaggregated in RJ reveals that eight of the twelve activities decreased in 12 months. The main negative impact occurred in the Primary Metal sector, whose production was down (-14.5%), influenced mainly by lower production of rebar and cold rolled coils carbon steel. It is also worth mentioning the decreases Drink (-11.0%) , food (-5.1%) and Pharmaceuticals (-3.5%) , explained largely by lower production of beer, draft beer and soft drinks , the first branch , cookies and crackers , ice cream , popsicles and ice cream edible products , sugar crystal and prepared or preserved fish , in the second , and medicines , at last. On the other hand , the most important positive contribution came from the activity of Rubber and Plastic (+33.2%) , driven largely by the increase in tire manufacturing , self-adhesive sheets or plastic sheets , plastic articles for household use parts and plastic accessories for motor vehicles , motorcycles , bicycles and the like and trash bags .

In the year 2013, the industrial production of Rio de Janeiro showed an expansion of 0.83 % , with six of the twelve investigated activities having increase in production, especially in the sector of Motor Vehicles (+34.0 %) , driven especially by the increased production of trucks , cars, buses and chassis with engines for buses and trucks . It is worth noting the advances coming from Pharmaceuticals (+11.9 %) , Other Chemicals (+8.2 %) and rubber and plastic products (+17.1 %) , influenced in large part by increased production of items medications in the first branch, herbicides for agricultural use and oxygen , in the second , and tires and plastic articles for household use in the latter. In the opposite direction, Metallurgy (-15.3%), influenced in large part by the decrease observed in the production of carbon steel rebar.

Graph 1

General Industry - Brazil and Rio de Janeiro - seasonally adjusted (average 2002 = 100)



Source: PIM/IBGE

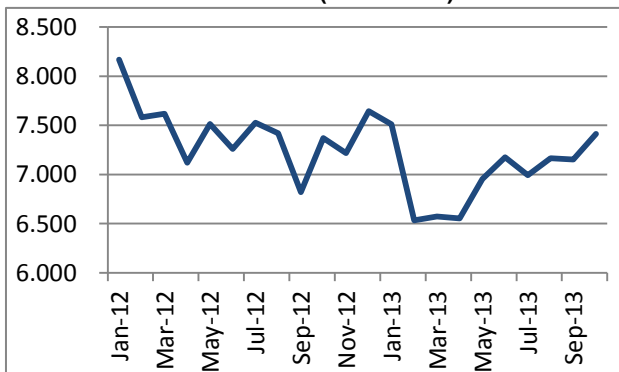
Oil. The state of Rio de Janeiro presented in the fifth bimester of 2013 (September-October) a recovery in production after the reductions earlier in the year, reaching 2.66% growth over the same period of 2012. Between January and October there was a decrease of 5.9%. According to ANP, the production of the first ten months of the year reached 70 million m³. The agency's report also indicates that production in pré-sal reached 371.8 Mboe / day in October, down 6.5% compared to the previous month (397.7 Mboe / d). According to the EIA, the average price of Brent October was U.S. \$ 109.08 per barrel, enough to enable production of pré-sal which has an average cost of \$ 45 per barrel. The average price for the year to October was 108.51, 3.2% lower than the average of the same period of 2012.

Table 1
General data on Oil Production and average Oil Price – YTD through October

Production and Price	2012	2013	Variation
Oil Production (m ³)	74.405.269,54	70.030.360	-5,9%
Average Brent (US\$)	112,13	108,51	-3,2%

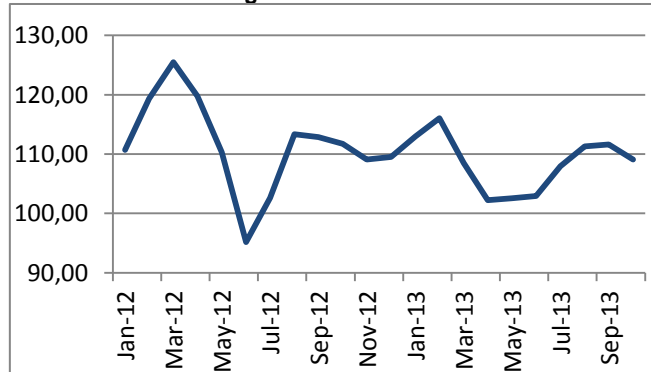
Source: ANP & EIA.

Graph 2
Oil Production (Thousands) - m³



Source: ANP.

Graph 3
Average Oil Price - Brent



Source: EIA.

Commerce. The state of Rio de Janeiro , in comparison with Brazil , showed growth in sales volume in four (of ten) expanded retail segments in the fifth bimester of the year compared with the same quarter of the previous year , as shown below . In the year, the ERJ does not exceed the national average in only three segments : ' Textiles, clothing and footwear ', ' Furniture and household appliances ' and ' pharmaceutical , medical, orthopedic and perfumery articles ' .

The four segments featured in two months, as mentioned above, three stood out: ' Equipment and office supplies, computer and communication ', ' Other articles of personal and domestic use ' and ' vehicles, motorcycles, parts and pieces '. First , despite the slower growth than the national in the fifth bimester (8.7% in Rio de Janeiro and 13.2 % in the country) , showed high well above the national in YTD (29.5% and 6.5 %) due to up 30% growth over the previous month periods . The second segment has cited similar situation in YTD: growth above 15 % over the previous marking periods make growth much higher than the national (17.3% and 10.5 %). The third excels due to vigorous growth this fifth bimester (15.8%).

Negative highlights are as in the previous bimester, the segment ' Furniture and appliances '. While the national average presented in YTD growth of 5.4%, the ERJ decreased sales volume (-1.0%). Considering only the fifth bimester, it grew despite negligible (+0.4%). Highlights also negative for ' Textiles, clothing and footwear ' segment with single drop (-1.7%) in the volume of sales in ERJ this fifth bimester compared with the same period last year, such a fall was enough to make the sales volume accumulated in below last year (-0.1%) year.

Table 3
Volume of retail sales – variation period over period (%)

Activity	RJ		BR	
	Sept.-Oct.	YTD through October	Sept.-Oct.	YTD through October
Fuels and lubricants	2.5	6.2	5.2	6.1
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco	5.0	2.8	2.2	1.5
Textiles, clothing and footwear	-1.7	-0.1	2.0	3.2
Furniture and appliances	0.4	-1.0	6.2	5.4
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	7.4	7.1	11.6	9.7
Books, newspapers, magazines and stationery	1.0	4.3	-0.2	2.6
Equipment and office supplies, computer and communication	8.7	29.5	13.2	6.5
Other articles of personal and domestic use	13.6	17.3	13.3	10.5
Retail Trade	5.1	4.9	4.8	4.0
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	15.8	7.4	3.7	1.3
Building material	4.8	8.9	8.2	7.2
Expanded Retail Trade	8.0	6.0	4.8	3.4

Source: PMC/IBGE

I.III Labor Market

The economically active population of the metropolitan region of Rio de Janeiro (RMRJ) in October 2013 in October remained close to the average for the year, despite a reduction of 1.3% compared to the same period last year. Analyzing this fall, one can observe two effects: (1) decrease the occupancy of 0.77 %, and (2) a decrease of unemployment, from 4.6% to 4.1%.

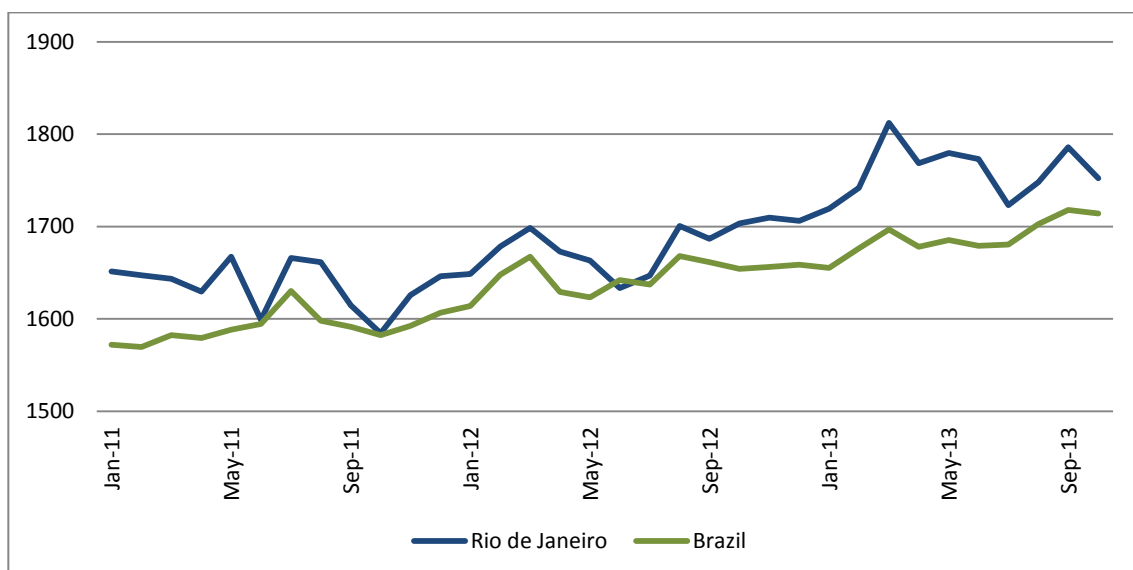
Half of the occupation in the state (in October) is jobs 'Formal', whose change (-0.57%) occurred very close to the variation of overall employment. Then see if the informal sector (35%), with jobs ' Self-employment ' (+3.0%) and ' Informal ' (-8.1 %). Still outnumber the jobs ' Military or civil servants ' (+5.2 %), the growth occurred in the previous two months.

Assessing the economic sectors in the period , the occupation in Rio de Janeiro was driven by hiring in ' public administration and defense , social security , education, health and social services ' sector (+1.1%), accounting for 20% of employment in October, and ' financial intermediation and real estate activities , rentals and services to the company ' (+2.1%) , corresponding to 16% . This is because all other sectors showed contraction in employment, especially ' Domestic Services ' , down 9.4% (6% share).

Considering only the formal employment, data from the General Register of Employed and Unemployed - CAGED show that in October, in 12 months, there were net admissions in the State of Rio de Janeiro total of 86,237 jobs. This result is a consequence of net admissions in the sector 'Service' (+41,137), ' Trade ' (+25,051) and ' Manufacturing Industry ' (+13,531). Although the 'Service' sector in 2013 has generated a greater number of admissions in 2012 (in 12 months), the number of dismissals in the recent period was higher, which resulted in 48% reduction of net admissions in the comparison between periods.

As for the average real income - Prices September 2013 - Workers in RJRM, there was a real increase of 2.9% over the past 12 months (October). This growth is not higher than in the country (+3.6%) for the same period. It is important to note that the state income is still higher than the national level in 2%.

Graph 4
Average real earnings in main job, usually received per month



Source: PME/IBGE

I.IV Inflation

In 2013, the National Consumer Price Index - IPCA, State of Rio de Janeiro, registered an increase of 0.40% and 0.54% in the months of September and October, respectively. Regarding Brazil, the indices presented were 0.35% and 0.57% in the same period.

It is emphasized that Rio de Janeiro has reached 4.16% YTD, lower than the same period 2012 variation, 5.46%. In the last 12 months, this was 6.02%, down from 6.65% in the same period of 2012. Regarding to Brazil, in the last 12 months was 5.84%. In the same period, inflation in Rio de Janeiro and in Brazil was within the range established by the Central Bank, for which the ceiling is 6.50%. To contain the inflationary process, the Monetary Policy Committee – COPOM continued its process of increasing the Selic rate in the last meeting from 9.00% to 9.50%.

Table 4
Variation of IPCA without seasonal adjustment

Index 5 th period of two months	RJ		YTD Through Oct.		Last 12 months (October)	
	Sept.	Oct.	RJ	BR	RJ	BR
General Index	0.40	0.54	4.16	4.38	6.02	5.84
Foods and Beverages	0.37	1.15	7.69	6.92	9.02	8.88
Housing	0.79	0.28	2.07	2.15	4.92	3.45
Household Articles	0.97	0.36	5.74	5.77	5.45	6.56
Clothing	0.48	0.87	2.87	3.66	4.69	5.72
Transport	0.44	0.39	1.31	1.05	2.47	2.50
Health and Personal Care	0.64	0.48	6.94	6.09	7.84	6.86
Personal Expenses	-0.36	0.29	2.64	6.39	8.57	8.67
Education	0.17	0.19	7.20	7.79	7.58	8.05
Communication	0.01	0.01	0.08	0.35	0.25	0.69

Source: IPCA/IBGE.

Evaluating prices by sectors in October, those who suffered the greatest increases were in the IPCA-RJ Food and Beverages (1.15%), clothing (0.87%) and Health and Personal Care (0.52%) - with weight of 8.88%, 5.72% and 6.86%, respectively, the monthly index. Regarding Food & Beverage, contributed to this variation the end of deflation perishable foods and meats increases. The variation of clothing was due to the seasonality of the period.

Among the groups that suffered major downturns September-October are: (i) Articles of residence (from 0.97% to 0.36%), influenced mainly by the fall in the price of repair and maintenance and (ii) Housing (0.79% to 0.28%), due to the reduction in the price of items Fuel and Energy.



I.V External Sector

Exports performed in RJ reached U.S. \$ 16.3 billion in the year, down 30% compared to the same period of 2012. Despite the drop, there was increase in October compared to October 2012 (+3.9%), the first positive annual variation in the year. On the import side, there was growth in the period of entry of goods (+5.2%) to \$ 18.0 billion - October is the third consecutive month with a decline of imports compared to the same month of 2012.

I. Panorama Econômico

I.I O Contexto Internacional e Doméstico⁴.

A economia global continua a se expandir em ritmo moderado, com alguma aceleração do crescimento esperado para 2014 e 2015 (3,6% e 3,9% de crescimento do PIB mundial⁵, respectivamente). Contudo, as previsões de crescimento mundial no 3º trimestre foram revistas para baixo significativamente para 2013 (2,7%) e 2014, em grande parte devido às perspectivas mais fracas em muitas economias de mercado emergentes.

A economia americana mostra sinais de recuperação, com expectativa de crescimento real do PIB em 2013 de 1,7%, e inflação de 1,2% ao ano. O aumento real do PIB no terceiro trimestre é consequência do aumento do investimento privado, gastos com consumo pessoal, exportações, investimento do Estado e os gastos do governo local, que foram parcialmente compensados por uma contribuição negativa de gastos do governo federal. Estes fatores positivos na economia americana levaram o Fed a diminuir o ritmo dos estímulos monetários. Por outro lado, o desemprego no país deve fechar o ano a 7,5% e o déficit fiscal em 6,5% do PIB, sendo que a autoridade monetária pretende continuar com a taxa de juros próxima de zero, enquanto a inflação não superar 2,5% e o desemprego for maior que 6,5%.

Na Zona do Euro, o crescimento foi retomado e a confiança está melhorando em quase todos os países, com algumas das economias vulneráveis saindo da recessão ou perto de fazê-lo. No entanto, a recuperação continua hesitante, consequência de pressões fiscais, alta taxa de desemprego e os efeitos remanescentes da crise da zona do euro sobre balanços e condições de crédito. A expectativa da OECD é que o PIB da Zona do Euro diminua apenas -0,4% em 2013, mas retome o crescimento em 2014, quando a estimativa é de crescimento de 1,0%. Já o emprego deve continuar sendo um problema, com a taxa de desemprego em 2013 em 12,0%, e expectativa para 2014 em 12,1%.

A economia japonesa também demonstra sinais de recuperação, graças às medidas de política monetária e fiscal realizadas neste ano, as quais conseguiram reverter o quadro de deflação no Japão a ponto de gerar inflação, mesmo que muito baixa (+0,2%). Os resultados destas políticas levaram o governo anunciar que no início de 2014 realizará grande estímulo monetário e fiscal e reformas estruturais a fim de revigorar a confiança na economia. Estima-se, para 2014, crescimento real do PIB de 1,5% e inflação de 2,3%.

A economia chinesa deve fechar o ano com crescimento igual ao de 2012, 7,7%. Este resultado foi possível graças ao estímulo fiscal, apesar de modesto, e rápido crescimento do crédito até junho deste ano. Internamente, o crescimento das vendas no varejo continua sólido e o mercado imobiliário é flutuante, apesar dos esforços para reter a especulação deste ano, com fortes aumentos de preços nas grandes cidades. Investimento em habitação e infraestrutura de abastecimento também aumentou, ajudado pelo aumento dos gastos do governo em investimento ferroviário e a força da demanda habitacional. Para 2014, espera-se que o PIB chinês cresça 8,2%.

⁴ Esta análise utiliza dados disponíveis até 23/12/2013.

⁵ OECD Economic Outlook, Volume 2013/2

No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou, neste terceiro trimestre, a primeira queda desde 2009. O resultado negativo já era esperado pelo mercado, mas veio levemente abaixo das expectativas: -0,5%. Considerando o acumulado até setembro, o crescimento foi de 2,4% em relação ao mesmo período de 2012. E ainda, levando em conta o acumulado em 12 meses, alta de 2,3%. Na comparação com o trimestre anterior, o setor 'Agropecuária' foi o único que apresentou variação negativa, já esperada pelo mercado em função de sazonalidade de algumas safras (-3,5%). Já os setores 'Indústria' e 'Serviços' apresentaram a mesma (e leve) alta (+0,1%). No setor 'Indústria', destaque positivo para 'Indústria Extrativa Mineral', com crescimento de 2,9% neste terceiro trimestre frente ao anterior. Contribuíram negativamente os setores 'Indústria de Transformação' (-0,4%) e 'Construção' (-0,3%). No setor de 'Serviços', contribuíram positivamente os setores 'Transporte, Armazenagem e Correio' e 'Administração Pública, Educação Pública e Saúde Pública', ambos com crescimento de 0,8%. Já a principal contribuição negativa foi o setor 'Outros Serviços' (-0,4%), sendo este de grande peso em 'Serviços'.

Dados da Pesquisa Industrial Mensal (IBGE) mostram que, apesar do crescimento da indústria extrativa no terceiro trimestre, o acumulado no ano (outubro) foi de -4,4%, mesmo após alta de 5,4% entre setembro de outubro de 2013. O acumulado no ano (outubro) da indústria de transformação foi de 6,9%, com destaque para 'Veículos automotores' (+10,3%) e 'Outros equipamentos de transporte' (+7,6%). Já a indústria geral apresentou acumulado de +1,5%, bastante influenciado pelo resultado negativo da indústria extrativa no primeiro semestre.

Analistas apontam que, para o quarto trimestre, a indústria extrativa continuará se recuperando e o setor 'Outros Serviços' deverá reverter o quadro negativo do terceiro trimestre, considerado atípico, devendo o PIB crescer 0,8% no quarto trimestre quando comparado com o trimestre anterior⁶.

Diferentemente da indústria, o consumo apresentou variação positiva em todos os segmentos do comércio varejista (inclusive ampliado) entre janeiro e outubro de 2013, quando comparado com o mesmo período do ano passado. O crescimento de 4,0% (comércio varejista restrito) pode ser, em grande parte, explicado pela política federal de estímulo ao consumo. O segmento 'Móveis e eletrodomésticos' apresentou variação positiva de 5,4% e 'Outros artigos de uso pessoal e doméstico' cresceu 10,5% no período. Destaca-se também 'Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos' (+9,7%), 'Material de construção' (+7,2%) e 'Combustíveis e lubrificantes' (+6,1%).

O modelo de crescimento do PIB baseado no consumo tem as suas limitações. Analisando o PIB pela ótica da demanda, vemos que 'Formação Bruta de Capital Fixo' apresentou variação negativa (-2,2%) neste terceiro trimestre quando comparado com o trimestre anterior. Já 'Consumo das Famílias' e 'Consumo da Administração Pública' apresentaram variações positivas, porém baixas: 1,0% e 1,2%, respectivamente. Há quatro semanas, o PIB iria fechar o ano em 2,5% pelas expectativas de mercado. Hoje, acredita-se que o PIB irá fechar o ano em 2,3%⁷.

Outro determinante para o desempenho do PIB abaixo do esperado é o setor externo. Na balança comercial, as importações aumentaram bastante entre janeiro e outubro de 2013 em relação a 2012

⁶ IBRE/FGV.

⁷ Boletim Focus de 20/12/2013.

(+9,3%), com destaque para 'Petróleo e derivados' (+26,3%). Este chegou, sozinho, ao déficit de US\$ 18,9 bilhões entre janeiro e outubro de 2013. No geral, o saldo também foi deficitário (US\$ -1,8 bilhão). Em 2012, o saldo nesse período representava superávit de US\$ 17,3 bilhões. Em 2011, superávit de US\$ 25,4 bilhões.

O índice oficial de cálculo da inflação (IPCA) apresentou no mês de novembro, em relação ao mesmo mês em 2012, novamente abaixo de 6%: 5,77%. No acumulado no ano, até novembro, a variação percentual do índice geral foi de 4,95%. Desagregando o índice, podemos verificar que os maiores responsáveis pela alta dos preços entre janeiro e novembro foram: 'Educação' (+7,88%), 'Alimentação e bebidas' (+7,52%) e 'Despesas pessoais' (+7,32%). O peso dos preços administrados é elevado no IPCA – próximo a 25%, e alguns deles (diga-se de maior peso) ainda estão represados, como é o caso da energia elétrica, da tarifa de ônibus e da gasolina. Esta última sofreu recentemente reajuste de 4%, ainda bem abaixo do esperado. Assim, alguns desses preços devem ser reajustados no ano que vem, de acordo com o andamento da inflação, que deverá subir em 2014. Segundo o Boletim Focus, O IPCA deve terminar o ano em 5,72%, e a expectativa para o fim de 2014 é de 5,97%. Naturalmente, espera-se também o aumento da taxa básica de juros. De acordo com o mesmo boletim, a taxa Selic (hoje em 10,00%) deve terminar o ano que vem em 10,50%, e a taxa anual média deve ser de 10,47%.

Dados da Pesquisa Mensal do Emprego (IBGE) e CAGED mostram que o número de empregados (total e apenas com carteira assinada) continua crescendo este ano, mas a taxas inferiores a 2012. Entre janeiro e outubro de 2013, o número de pessoas ocupadas aumentou 1,0%. No mesmo período do ano passado, a alta foi de 2,0%. Apesar disso, a taxa de desocupação atingiu 5,2% no mês de outubro, o menor percentual do ano. Considerando a geração de empregos com carteira assinada, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), postos de trabalho têm sido criados este ano, mas em ritmo inferior a 2012. Apesar do aumento de 42% no número de admissões líquidas em outubro de 2013 (em relação ao mesmo mês de 2012), o saldo no ano (acumulado até outubro) foi 13% inferior ao acumulado de 2012.

A arrecadação das receitas federais, tanto administradas pela RFB, quanto por outros órgãos, atingiu o valor de R\$ 907.445 milhões até o mês de outubro de 2013. Esse resultado representou aumento nominal de 7,73% e real de 1,36% (IPCA), em relação ao mesmo período de 2012. Em setembro de 2013, a arrecadação federal mensal somou R\$ 84.212 milhões, o que representou aumento de 7,67% em termos nominais e de 1,71% em termos reais (IPCA), comparando-se com o mesmo mês do ano anterior. Houve crescimento expressivo em outubro de 2013, de 11,58% (nominal) e de 5,43% (real), em relação ao mesmo mês de 2012, chegando ao valor de R\$ 100.999 milhões.

Entre os diversos fatores que contribuíram para esse resultado no acumulado do ano, destacam-se: redução de 50,96% no pagamento do ajuste anual do IRPJ/CSLL, relativo a fatos geradores do ano calendário de 2012; arrecadação extraordinária de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL no valor de R\$ 4,0 bilhões, em decorrência de depósito judicial e venda de participação societária; desonerações tributárias; e o desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos.

Os principais decréscimos reais (IPCA) no período de janeiro a outubro de 2013 em relação ao mesmo período do ano anterior foram registrados nos seguintes tributos: Cide-Combustíveis (-99,7%); IPI-

Automóveis (-19,2%); IPI-Vinculado à importação (-12,4%); IOF (-12,0%) e IRRF-Rendimentos de Capital (-5,8%). Pelo lado positivo, apresentaram aumentos reais (IPCA): IPI-Fumo (+19,3%); IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior (+13,8%); Imposto de Importação (+12,1%); IRRF-Outros (+8,6%); IRPJ (+3,6%); Receita Previdenciária (+3,1%); COFINS (+2,9%); CSLL (+2,9%); IRPF (+2,8%) e PIS/PASEP (+2,4%)⁸.

I.III Atividade Econômica no Rio de Janeiro

Contas Regionais. O IBGE divulgou, recentemente, o PIB das Unidades Federativas relativo ao ano de 2011, segundo o qual, o ERJ apresentou o 7º maior crescimento real do PIB entre 2010 e 2011 (+6,17%), sendo o maior crescimento entre os grandes estados. Consequentemente, o PIB do ERJ, que representava 10,8% do PIB nacional em 2010, passou a representar 11,16%, a maior variação percentual de participação no PIB nacional entre 2010 e 2011 (+0,36%).

Considerando-se a participação no Valor Adicionado Bruto (a preços básicos), vemos que, em 2011, o ERJ representou 0,9% do VAB nacional no setor primário (Agropecuária), o 18º do país. No setor terciário (Serviços), de maior peso no PIB, o ERJ passou de 11,5% de participação no setor nacional em 2010 para 11,6%, a 2ª maior representatividade do país, atrás apenas de São Paulo. Já no setor secundário (Indústria) vem o maior ganho de participação: De 10,7% em 2010 para 12,3% em 2011, ultrapassando Minas Gerais em participação no setor industrial e pulando da 3ª para a 2ª colocação no setor em 2011, atrás apenas de São Paulo.

Ao analisarmos o setor industrial fluminense vemos que este, ao aumentar sua participação no VAB estadual em 2011 (de 28,1% para 30,4%), gerou a maior variação entre os grandes estados, sendo este percentual (30,4%) inferior apenas à participação da indústria em Minas Gerais (32,8%). Dentre os segmentos que mais se destacaram, podemos citar a indústria extrativa. Esta, em 2010, representava um terço do setor (9,8%). Já em 2011, a participação deste segmento no VAB estadual pulou para 14,5%, representando quase a metade do setor industrial no estado.

Indústria. A indústria fluminense recuou (-1,5%) em outubro, em relação ao mês anterior, na série ajustada sazonalmente, após avançar 2,4% em setembro último. Em relação ao mesmo período do ano anterior, a produção industrial teve queda de 2,6% no Rio de Janeiro, frente ao crescimento de 0,9% em nível Brasil. No acumulado no ano houve expansão de 0,8%. Esse quadro mostra certa recuperação da indústria no RJ, embora ainda com forte volatilidade, refletindo incertezas quanto ao quadro macroeconômico doméstico e à situação internacional. Em termos dos principais agregados, no Rio de Janeiro a indústria extrativa e a de transformação apresentaram ambas quedas de 2,5% e 2,6%, respectivamente, em outubro, em relação ao mesmo período do ano anterior. No âmbito nacional, estes setores apresentaram queda de 3,0% e crescimento de 1,1%, respectivamente, no mesmo período.

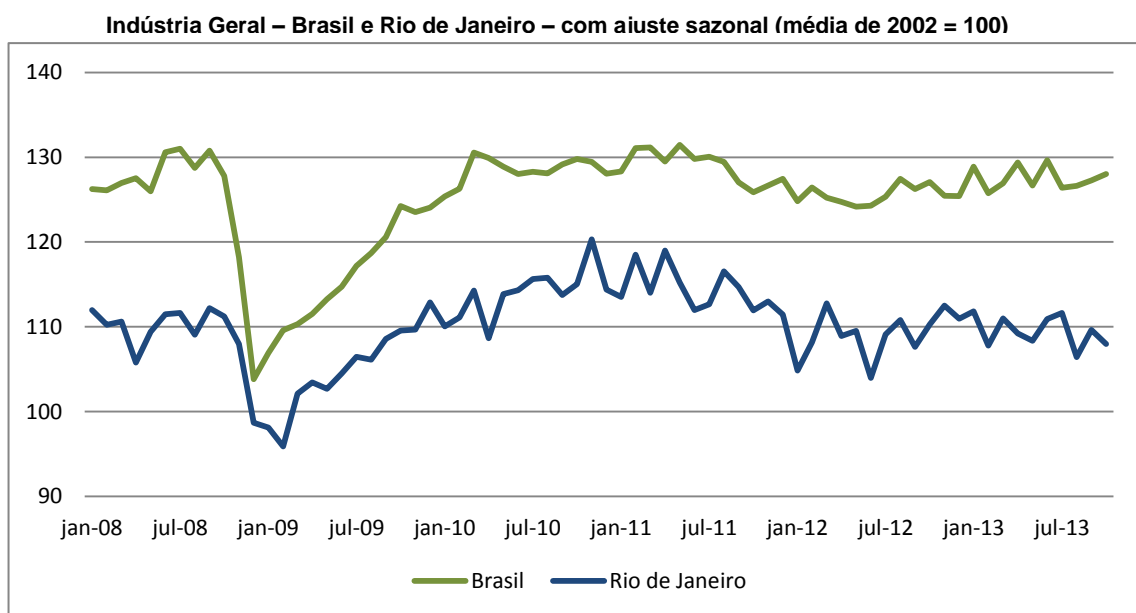
A análise das doze atividades industriais (transformação) em que o setor é desagregado no ERJ revela que oito das doze atividades apresentaram queda em 12 meses. O principal impacto negativo ocorreu no

⁸ Dados da RFB.

setor de Metalurgia Básica, cuja produção teve queda de (-14,5%), pressionado, sobretudo, pela menor fabricação de vergalhões e bobinas a frio de aços ao carbono. Vale mencionar também os recuos vindos de Bebidas (-11,0%), Alimentos (-5,1%) e Farmacêutica (-3,5%), explicados, em grande medida, pela menor produção de cervejas, chope e refrigerantes, no primeiro ramo; biscoitos e bolachas, sorvetes, picolés e produtos gelados comestíveis, açúcar cristal e preparações e conservas de peixes, no segundo; e medicamentos, no último. Por outro lado, a contribuição positiva mais importante veio da atividade de Borracha e Plástico (+33,2%), impulsionada, em grande parte, pelo aumento na fabricação de pneus, chapas ou folhas autoadesivas de plástico, artigos de plástico para uso doméstico, peças e acessórios de plástico para veículos automotores, motocicletas, bicicletas e similares e sacos de lixo.

No acumulado do ano de 2013, a produção industrial do Rio de Janeiro apontou expansão de 0,83%, com seis das doze atividades investigadas assinalando aumento na produção, com destaque para o setor de Veículos Automotores (+34,0%), impulsionado, especialmente, pela maior produção de caminhões, automóveis, ônibus e chassis com motor para ônibus e caminhões. Cabe ressaltar ainda os avanços vindos de Farmacêutica (+11,9%), de Outros Produtos Químicos (+8,2%) e de Borracha e Plástico (+17,1%), influenciados, em grande parte, pela maior fabricação dos itens medicamentos, no primeiro ramo, herbicidas para uso na agricultura e oxigênio, no segundo, e pneus e artigos de plástico para uso doméstico, no último. Em sentido oposto, Metalurgia Básica (-15,3%), pressionada, em grande parte, pelo recuo verificado na produção de vergalhões de aços ao carbono.

Gráfico 1



Petróleo. O estado do Rio de Janeiro apresentou no quinto bimestre de 2013 (setembro-outubro) uma recuperação da produção, após as quedas verificadas no início do ano, atingindo 2,66% de crescimento em relação ao mesmo período de 2012. Entre janeiro a outubro houve uma diminuição de 5,9%. Segundo dados da ANP, a produção dos dez primeiros meses do ano atingiu 70 milhões de m³. O informe da agência indica, ainda, que a produção no pré-sal atingiu 371,8 Mboe/dia em outubro, queda de 6,5% na comparação com o mês anterior (397,7Mboe/d). Segundo dados da EIA, o preço do brent médio de

outubro foi US\$ 109,08 por barril, suficiente para viabilizar a produção do pré-sal que tem um custo médio de US\$ 45 por barril. O preço médio do ano até outubro foi de 108,51, 3,2% inferior à média do mesmo período de 2012.

Tabela 1

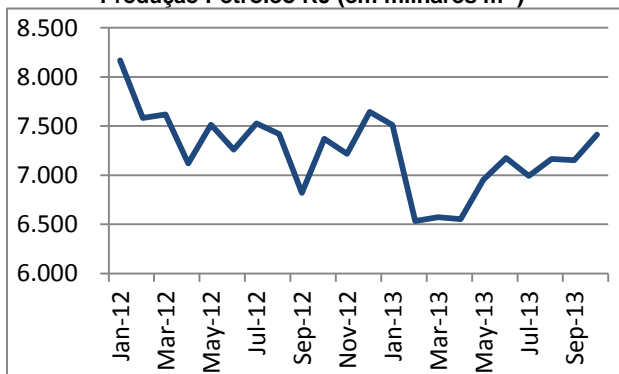
Dados aereais sobre a produção de petróleo

Acumulado no ano até outubro	2012	2013	Varição
Produção Óleo (m ³)	74.405.269,54	70.030.360	-5,9%
Brent médio (US\$)	112,13	108,51	-3,2%

Fonte: ANP e EIA

Gráfico 2

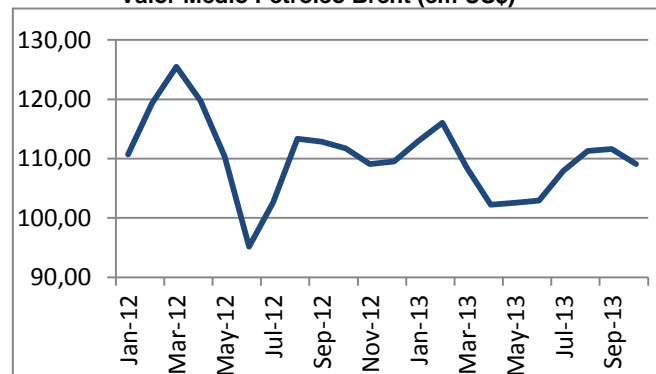
Produção Petróleo RJ (em milhares m³)



Fonte: ANP.

Gráfico 3

Valor Médio Petróleo Brent (em US\$)



Fonte: EIA.

Comércio. O estado do Rio de Janeiro, em comparação com o Brasil, apresentou crescimento no volume de vendas em quatro (de dez) segmentos do comércio varejista ampliado no quinto bimestre do ano, quando comparado com igual bimestre do ano anterior, conforme a tabela abaixo. No acumulado no ano, o ERJ não supera a média nacional em apenas três segmentos: 'Tecidos, vestuário e calçados', 'Móveis e eletrodomésticos' e 'Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos'.

Dos quatro segmentos de destaque no bimestre, conforme citados acima, três merecem destaque: 'Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação', 'Outros artigos de uso pessoal e doméstico' e 'Veículos, motocicletas, partes e peças'. O primeiro, apesar do crescimento menor que o nacional no quinto bimestre (8,7% no Rio de Janeiro e 13,2% no país), apresentou alta bem superior à nacional no acumulado no ano (29,5% e 6,5%) em função de crescimentos acima de 30% nos bimestres anteriores. O segundo segmento citado apresenta situação parecida no acumulado no ano: crescimentos acima de 15% nos bimestres anteriores tornam o crescimento bastante superior ao nacional (17,3% e 10,5%). Já o terceiro se destaca por apresentar crescimento vigoroso neste quinto bimestre (15,8%).

O destaque negativo fica por conta, como no bimestre anterior, do segmento 'Móveis e eletrodomésticos'. Enquanto a média nacional apresentou no acumulado no ano crescimento de 5,4%, o ERJ apresentou

queda no volume de vendas (-1,0%). Considerando-se apenas o quinto bimestre, este apresentou crescimento, apesar de ínfimo (+0,4%). Destaque negativo também para ‘Tecidos, vestuário e calçados’, único segmento com queda (-1,7%) no volume de vendas no ERJ neste quinto bimestre, quando comparado com o mesmo período do ano anterior; tal queda foi suficiente para tornar o volume de vendas no acumulado no ano inferior ao do ano passado (-0,1%).

Tabela 2
Volume de vendas do comércio varejista – variações em relação a igual período do ano

Atividade	RJ		BR	
	Set-Out	Acumulado 2013	Set-Out	Acumulado 2013
Combustíveis e lubrificantes	2,5	6,2	5,2	6,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,0	2,8	2,2	1,5
Tecidos, vestuário e calçados	-1,7	-0,1	2,0	3,2
Móveis e eletrodomésticos	0,4	-1,0	6,2	5,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	7,4	7,1	11,6	9,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	1,0	4,3	-0,2	2,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	8,7	29,5	13,2	6,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	13,6	17,3	13,3	10,5
Comércio varejista	5,1	4,9	4,8	4,0
Veículos, motocicletas, partes e peças	15,8	7,4	3,7	1,3
Material de construção	4,8	8,9	8,2	7,2
Comércio varejista ampliado	8,0	6,0	4,8	3,4

Fonte: PMC/IBGE.

I.III Mercado de Trabalho

A população economicamente ativa da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) em outubro de 2013 manteve-se em outubro próxima à média do ano, apesar da redução de 1,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Analisando esta queda, pode-se observar dois efeitos: (1) queda da ocupação de 0,77%; e (2) queda da desocupação, de 4,6% para 4,1%.

Metade da ocupação no estado (em outubro) é de postos de trabalho ‘Com carteira assinada’, cuja variação (-0,57%) se deu muito próxima à variação da ocupação total. Em seguida, encontra-se o setor informal (35%), com empregos ‘Contra própria’ (+3,0%) e ‘Sem carteira assinada’ (-8,1%). Ainda se sobressaem os postos de trabalho ‘Militares ou funcionários públicos estatutários’ (+5,2%), cujo crescimento se deu no bimestre anterior.

Avaliando os setores econômicos no período, a ocupação no Rio de Janeiro foi impulsionada pelas contratações no setor ‘Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais’ (+1,1%), correspondendo a 20% da ocupação em outubro, e ‘Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa’ (+2,1%), correspondendo a 16%. Isto

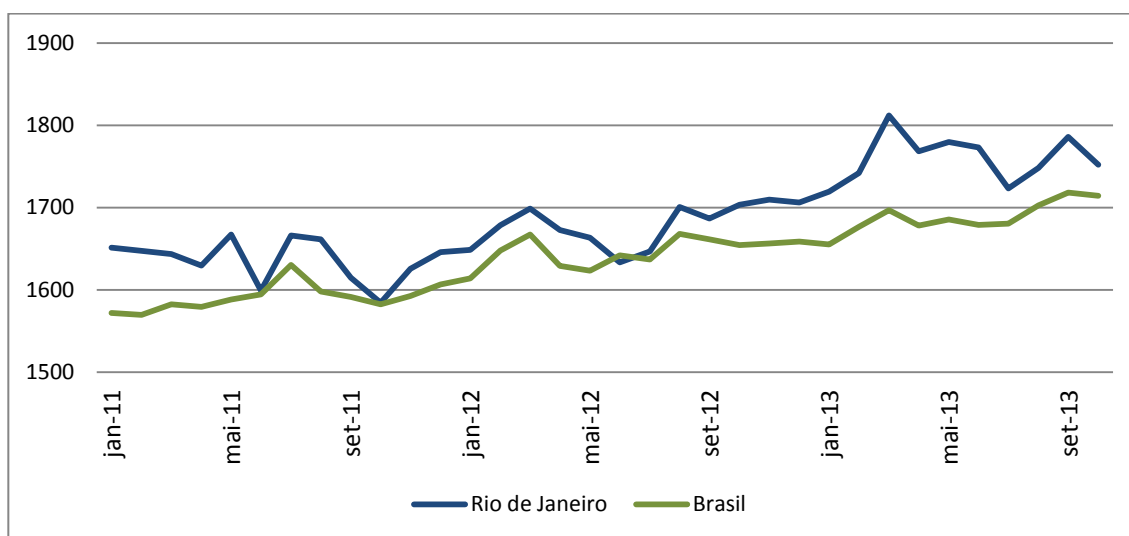
porque todos os demais setores apresentaram retração na ocupação, destacando-se ‘Serviços domésticos’, com queda de 9,4% (6% de participação).

Tratando apenas dos empregos com carteira assinada, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED mostram que em outubro, acumulado em 12 meses, houve admissões líquidas no Estado do Rio de Janeiro no total de 86.237 postos. Este resultado é decorrente das admissões líquidas no setor ‘Serviço’ (+41.137), ‘Comércio’ (+25.051) e ‘Indústria de Transformação’ (+13.531). Embora o setor ‘Serviço’ em 2013 tenha gerado maior número de admissões que em 2012 (acumulado em 12 meses), a quantidade de desligamentos no período recente foi superior, o que resultou na redução de 48% das admissões líquidas na comparação entre os períodos.

Quanto ao rendimento médio real – preços de setembro de 2013 – dos trabalhadores na RMRJ, houve aumento real de +2,9% nos últimos 12 meses (outubro). Este crescimento não é superior ao observado no país (+3,6%) para o mesmo período. É importante observar que no estado o rendimento ainda é superior ao nacional, em 2%.

Gráfico 4

Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês



Fonte: PME/IBGE.

I.IV Inflação

Em 2013, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no Estado do Rio de Janeiro, registrou variação de 0,40% e 0,54% nos meses de setembro e outubro, respectivamente. Em relação ao Brasil, os índices apresentados foram de 0,35% e 0,57% no mesmo período.

Ressalta-se que o Rio de Janeiro alcançou no acumulado do ano 4,16%, variação inferior ao mesmo período de 2012, 5,46%. Nos últimos 12 meses, essa foi de 6,02%, abaixo dos 6,65% registrados no mesmo período de 2012. No que tange ao Brasil, o acumulado nos últimos 12 meses foi de 5,84%. No período em questão a inflação no Rio de Janeiro e no Brasil ficou dentro do intervalo estabelecido pelo Banco Central, para o qual o teto é 6,50%. Mesmo assim, para conter o qualquer avanço na inflação, o Comitê de Política Monetária – COPOM deu prosseguimento ao processo de elevação da taxa SELIC na última reunião, elevando esta de 9,00% para 9,50%.

Tabela 3

Variação do IPCA sem ajuste sazonal (%)

Índice 4º Bimestre	RJ		Acumulado 2013		Acumulado 12 meses	
	Set	Out	RJ	BR	RJ	BR
Índice Geral	0,40	0,54	4,16	4,38	6,02	5,84
Alimentação e bebidas	0,37	1,15	7,69	6,92	9,02	8,88
Habitação	0,79	0,28	2,07	2,15	4,92	3,45
Artigos de Residência	0,97	0,36	5,74	5,77	5,45	6,56
Vestuário	0,48	0,87	2,87	3,66	4,69	5,72
Transportes	0,44	0,39	1,31	1,05	2,47	2,50
Saúde e Cuidados Pessoais	0,64	0,48	6,94	6,09	7,84	6,86
Despesas Pessoais	-0,36	0,29	2,64	6,39	8,57	8,67
Educação	0,17	0,19	7,20	7,79	7,58	8,05
Comunicação	0,01	0,01	0,08	0,35	0,25	0,69

Fonte: IPCA/IBGE.

Avaliando os preços por setores, em outubro, os que sofreram os maiores aumentos no IPCA-RJ foram Alimentação e Bebidas (1,15%), Vestuário (0,87%) e Saúde e Cuidados Pessoais (0,52%) – com peso de 8,88%, 5,72% e 6,86%, respectivamente, no índice do mês. No que tange à Alimentação e Bebidas, contribuíram para esta variação o fim da deflação dos alimentos in natura e o aumento das carnes. A variação do Vestuário ocorreu em função da sazonalidade do período.

Entre os grupos que sofreram as maiores desacelerações Setembro-Outubro estão: (i) Artigos de residência (de 0,97% para 0,36%), influenciada, principalmente, pela queda no preço de Consertos e Manutenção e (ii) Habitação (0,79% para 0,28%), em função da redução do preço dos itens Combustíveis e Energia.



I.V Setor Externo

As exportações realizadas no RJ alcançaram US\$ 16,3 bilhões no ano, queda de 30% em relação a igual período de 2012. Apesar da queda, em outubro houve aumento em relação a outubro de 2012 (+3,9%), primeira variação interanual positiva no ano. Do lado das importações, no período houve crescimento de entrada de mercadorias (+5,2%), alcançando US\$ 18,0 bilhões – outubro é o terceiro mês consecutivo com queda de importações em relação ao mesmo mês de 2012.

II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais de arrecadação para 2013 foram divulgadas pela Resolução SEFAZ nº 586/2013, publicada no mês de Janeiro.

- Receita Total Realizada

Bimestre: R\$ 11.612,70 milhões / 102,4% da meta realizada.
Acumulado: R\$ 59.245,31 milhões / 102,7% da meta realizada.

Tabela 4
Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET - OUT) 2013	RECETA REALIZADA (SET - OUT) 2013	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - OUT) 2013	RECETA REALIZADA (JAN - OUT) 2013	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	8.833,47	9.749,52	110,4%	48.312,99	51.550,02	106,7%
RECEITAS DE CAPITAL (1)	2.502,32	1.863,18	74,5%	9.380,41	7.695,29	82,0%
TOTAL	11.335,78	11.612,70	102,4%	57.693,40	59.245,31	102,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/11/2013.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

No quinto bimestre de 2013, a Receita Total Realizada superou a meta prevista para o período em 2,4%, totalizando o valor de R\$ 11.612,70 milhões. O resultado acumulado também foi positivo, uma vez que a Receita Realizada Acumulada ultrapassou em 2,7% a meta estabelecida para os meses de Setembro e Outubro.

No quinto bimestre, a Receita Total foi de R\$ 11.612,70 milhões, ultrapassando a meta prevista em 2,4%.

Gráfico 5

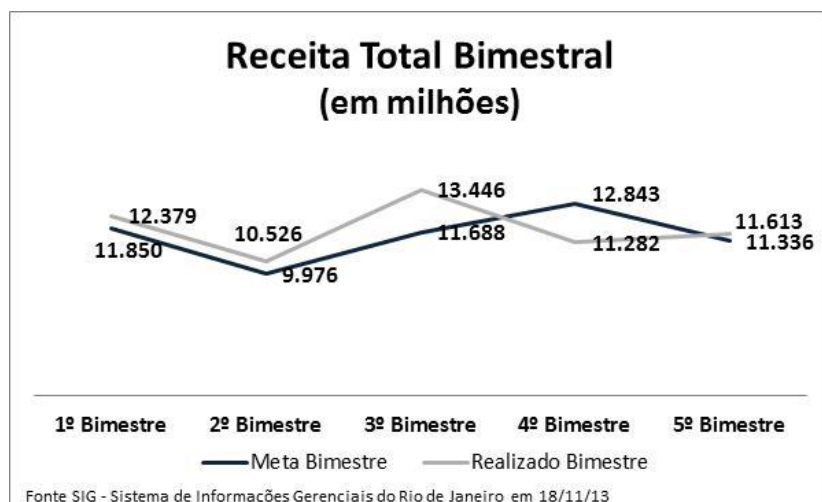
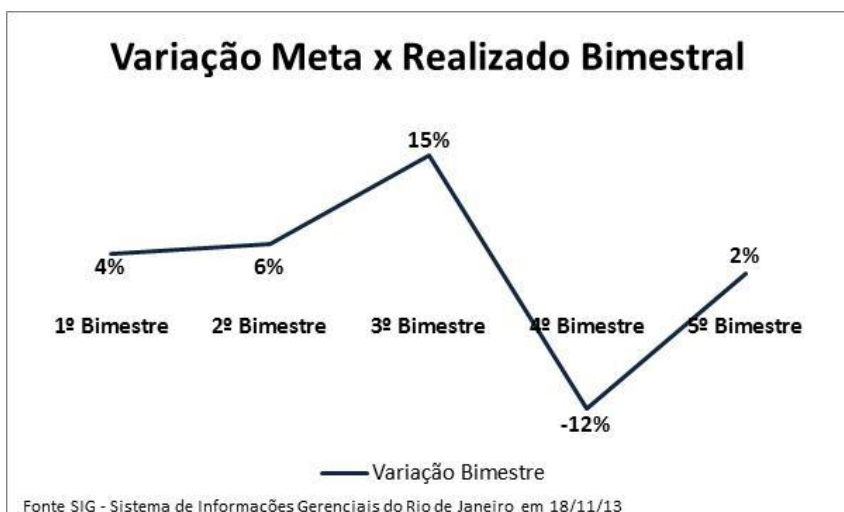


Gráfico 6



O resultado positivo alcançado no bimestre foi decorrente do bom desempenho das Receitas Correntes, que extrapolaram a meta em 10,4%. Já as Receitas de Capital atingiram 74,5% da meta.

No acumulado, a Receita Total Realizada também excedeu a meta em 2,7%, alcançando R\$ 59.245,31 milhões no período. As Receitas Correntes Realizadas somaram R\$ 51.550,02 milhões, representando um aumento de 6,7% com relação à meta.

No acumulado, as Receitas Correntes desempenham papel importante no bom resultado das Receitas Totais.

Gráfico 7

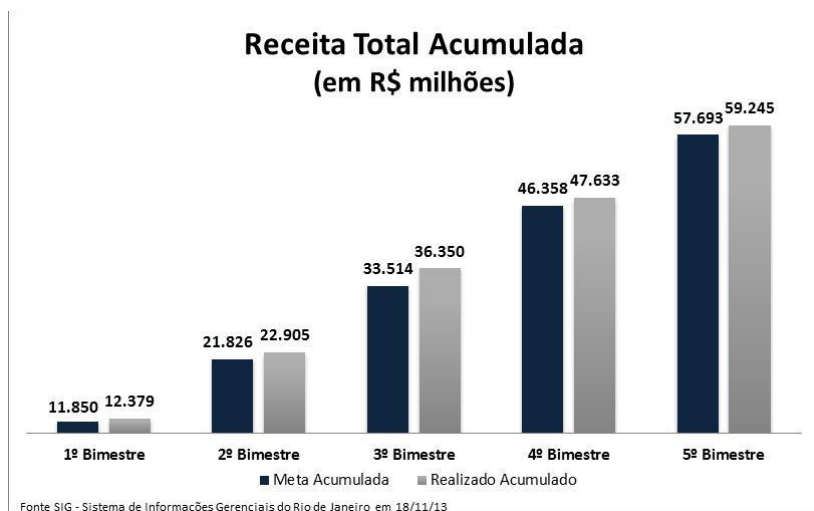


Gráfico 8



- Receita Corrente Realizada

Bimestre: R\$ 9.749,52 milhões / 110,4% da meta realizada.
Acumulado: R\$ 51.550,02 milhões / 106,7% da meta realizada.

Tabela 5
Metas de Receitas Correntes

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET - OUT) 2013	RECEITA REALIZADA (SET - OUT) 2013	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - OUT) 2013	RECEITA REALIZADA (JAN - OUT) 2013	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	8.833,47	9.749,52	110,4%	48.312,99	51.550,02	106,7%
TRIBUTÁRIA	6.051,48	6.878,08	113,7%	31.264,83	33.360,93	106,7%
CONTRIBUIÇÕES	214,17	231,92	108,3%	1.069,54	1.182,36	110,5%
PATRIMONIAL	575,74	779,97	135,5%	6.448,86	6.890,64	106,9%
AGROPECUÁRIA	0,08	0,05	56,3%	0,40	0,10	24,5%
INDUSTRIAL	18,04	30,57	169,5%	90,18	144,27	160,0%
SERVIÇOS	89,49	64,87	72,5%	436,89	315,74	72,3%
TRANSF. CORRENTES	1.086,29	943,46	86,9%	5.031,14	4.748,34	94,4%
OUTRAS	288,55	394,44	136,7%	1.434,18	2.558,42	178,4%
INTRAORÇAMENTÁRIA	509,63	426,16	83,6%	2.536,97	2.349,22	92,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/11/2013.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

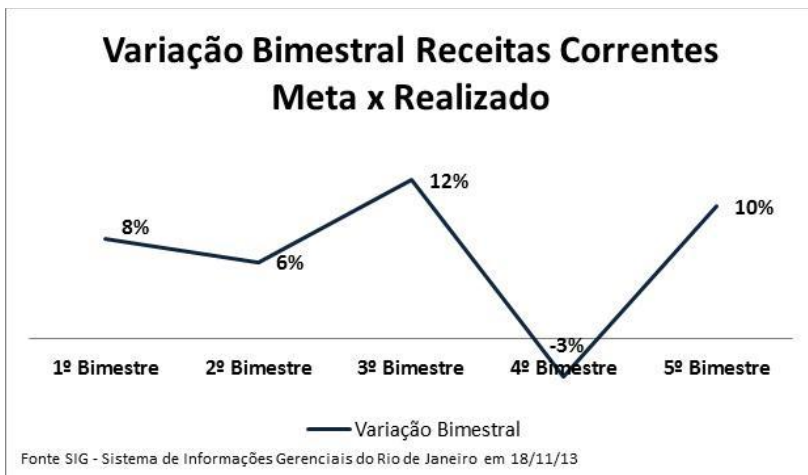
As Receitas Correntes tiveram um resultado positivo tanto no bimestre quanto no resultado acumulado. No bimestre, observa-se um aumento de 10,4% em relação à meta, e no acumulado, um aumento de 6,7% em relação ao esperado para essas receitas.

Gráfico 10



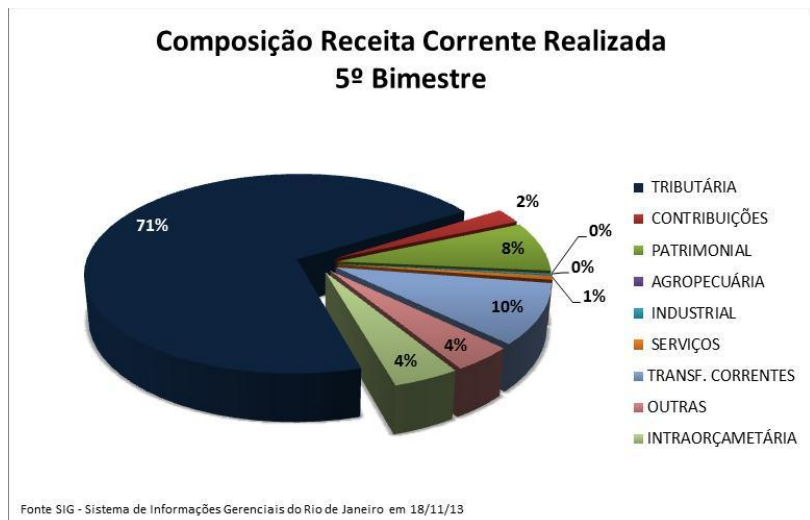
No quinto bimestre, as Receitas Correntes ultrapassaram a meta prevista em + R\$ 916,05 milhões (+ 10,4%).

Gráfico 9



Entre as Receitas Correntes a que tem maior destaque é a Receita Tributária, que superou a meta em 13,7%, sendo equivalente a R\$ 6.878,08 milhões no bimestre. Este resultado deve-se principalmente às Receitas do ICMS, que alcançaram R\$ 5.550,06 milhões no bimestre, representando aumento de 22,8% quando comparado ao mesmo período de 2012. As receitas Tributárias provenientes Taxas, por sua vez, apresentaram alta de 16,2% com relação ao bimestre do ano anterior, com destaque para as Taxas de Serviço de Trânsito, que somaram R\$ 93,88 milhões no bimestre e para os Emolumentos e Custas Judiciais que apresentaram o valor de R\$ 75,08 milhões no período. As Receitas Patrimoniais alcançaram um valor de R\$ 779,97 no bimestre, apresentando um percentual de 35,5% acima da meta, com destaque para as Receitas provenientes do Petróleo (R\$ 637,74 milhões).

Gráfico 11



No acumulado, as Receitas Tributárias totalizaram R\$ 33.360,93 milhões, representando um aumento de 6,7% em relação à meta prevista. Mais uma vez, o destaque é Receita de ICMS, - R\$ 25.097,86 milhões no total acumulado – com variação total de 14,6%. As Receitas Patrimoniais acumuladas alcançaram R\$ 6.890,64 milhões, ultrapassando em 6,9% a meta prevista acumulada.

No quinto bimestre, as Receitas Tributárias representaram 71% das Receitas Totais do Estado, considerando as receitas intraorçamentárias.

As Outras Receitas Correntes superaram em 36,7% a meta do bimestre – total de R\$ 394,44 milhões – e de 78,4% no acumulado, alcançando R\$ 2.558,42 milhões.

Gráfico 12

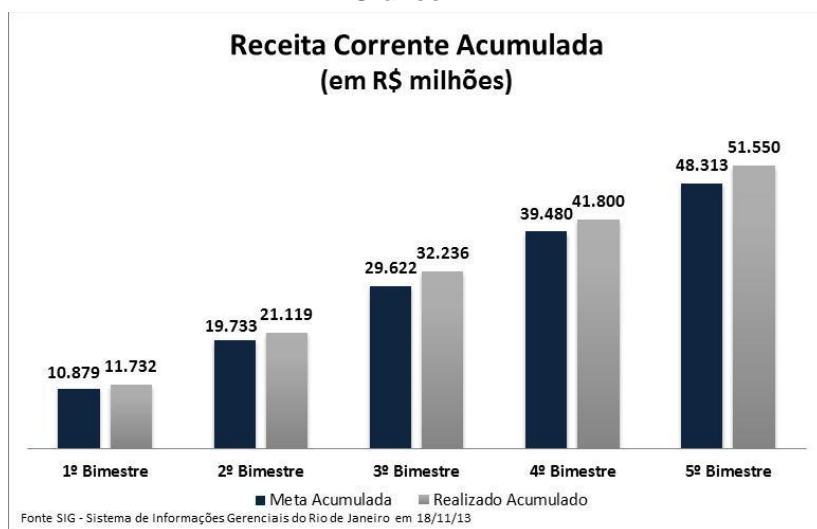
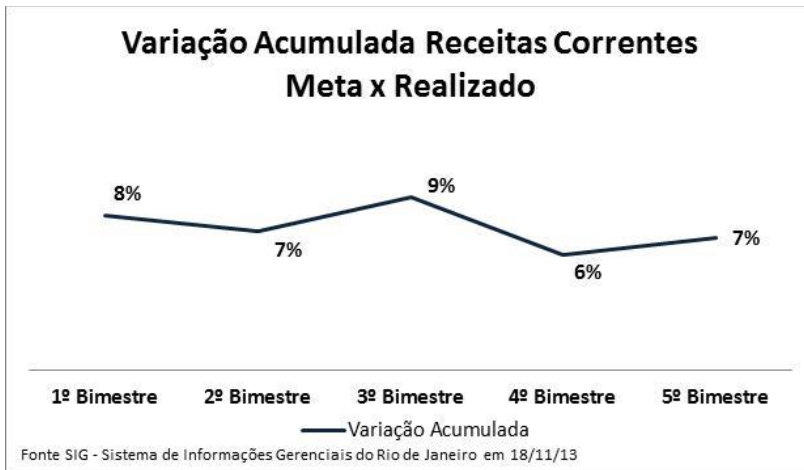




Gráfico 13



Mais informações sobre as Receitas Correntes na Seção IV.I deste boletim.

- Receita de Capital Realizada

Bimestre: R\$ 1.863,18 milhões / 74,5% da meta realizada.
Acumulado: R\$ 7.695,29 milhões / 82,0% da meta realizada.

Tabela 6
Metas de Receitas de Capital

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECETA (SET - OUT) 2013	RECETA REALIZADA (SET - OUT) 2013	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECETA (JAN - OUT) 2013	RECETA REALIZADA (JAN - OUT) 2013	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL ⁽¹⁾	2.502,32	1.863,18	74,5%	9.380,41	7.695,29	82,0%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.384,07	44,41	1,9%	6.444,43	3.281,73	50,9%
ALIENAÇÃO DE BENS	6,77	1.665,13	24.586,7%	2.127,06	3.671,60	172,6%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	44,44	31,62	71,1%	199,88	193,42	96,8%
TRANSF. CAPITAL	64,02	43,89	68,6%	585,16	379,58	64,9%
OUTRAS	0,17	0,00	0,0%	0,85	0,00	0,0%
INTRAORÇAMENTÁRIA	2,84	78,14	2.747,6%	23,02	168,96	734,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/11/2013.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

No quinto bimestre de 2013, as Receitas de Capital alcançaram 74,5% da meta prevista acumulando, totalizando R\$ 1.863,18 milhões no bimestre.

Gráfico 14

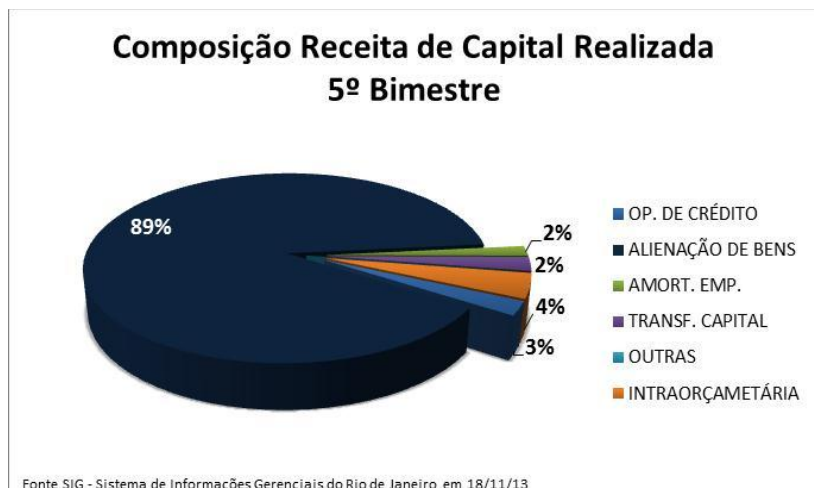


As Receitas de Operações de Crédito, nos meses de Setembro e Outubro, atingiram apenas 1,9% da meta devido à postergação do fluxo de recebimentos das Receitas de Operações de Crédito, que agora estão previstas para o fim do ano. Este resultado, aquém do

esperado, contribuiu fortemente para a frustração do alcance das metas das Receitas de Capital.

De outra maneira as Receitas de Alienações de bens tiveram um grande aumento no período devido à venda de ativos do RIOPREVIDÊNCIA e ao recebimento da segunda parcela do preço de oferta do BERJ.

Gráfico 15



No acumulado, as Receitas de Capital atingiram R\$ 7.695,29 milhões, representando 82% da meta prevista para o período.

Outras informações sobre as Receitas de Capital na seção IV.II deste Boletim.



Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 50,88 Bilhões / 95,0%⁹

Nos termos do artigo 8º da LRF, a Resolução SEFAZ nº 587/2013, publicada no mês de Fevereiro, divulgou o Cronograma Mensal de Desembolso para o exercício. Neste item do Boletim compara-se o cronograma previsto com a despesa realizada no período, a luz dos fatos ocorridos.

A economia fluminense voltou a apresentar, neste 5º bimestre, indícios do bom momento evidenciado no primeiro semestre do exercício: a receita tributária, imprescindível fonte de recursos para a gestão dos serviços públicos do ERJ, apresentou notável crescimento, viabilizando a superação da meta de receita estimada para o período. Consequentemente, o orçamento inicial foi ampliado: até o mês de outubro, o valor da despesa fixado na LOA foi incrementado em R\$ 7,34 bilhões¹⁰, indicando um aumento de 10,1%. Desse montante, no final do 5º bimestre, numa atitude conservadora, ainda permanecem contingenciados R\$ 1,64 bilhão, 2,0% do orçamento atual, em virtude de frustração de algumas rubricas de receitas.

Ao longo do ano, a capacidade arrecadatória do Estado, fundamentada na tendência do exercício, orienta a liberação gradativa das dotações ainda contingenciadas, a fim de manter o equilíbrio econômico-orçamentário das finanças do Estado. Vale ressaltar que as alterações orçamentárias a partir da incorporação de superávit financeiro, excesso de arrecadação e/ou contratação de novas operações de créditos, quando se configuram, afetam sobremaneira o cronograma inicial.

A superação da meta arrecadatória possibilitou além da expansão do valor fixado na Lei Orçamentária, uma relevante redução no seu contingenciamento: até outubro, o orçamento do Estado foi ampliado em R\$ 7,34 bilhões, estando apenas R\$ 1,64 bilhão (2,0%) contingenciados.

⁹ As informações representam: a execução até o bimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

¹⁰ Valor exclui apenas as empresas independentes do ERJ.

Tabela 7

Valores em R\$

Lei Orçamentária do ERJ					
Análise do Orçamento ao longo do Exercício					
Bimestres		Até Agosto	Variação (%)	Até Outubro	Variação (%)
DOTAÇÃO	INICIAL	72.739.524.652		72.739.524.652	
	ATUAL	78.881.625.118	1,2%	80.082.448.890	1,5%
	DISPONÍVEL	76.839.549.703	1,2%	78.447.866.363	2,1%
CONTINGENCIADO		2.042.075.415	-0,5%	1.634.582.527	-20,0%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		6.142.100.466	17,8%	7.342.924.238	19,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/11/2013.

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

Até o mês de outubro, conforme Tabela 8, a meta de execução foi estimada em R\$ 53,57 bilhões, dos quais 25,1% se referem a Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e 55,4% a Outras Despesas Correntes. No valor indicado estão incluídos os pagamentos referentes aos Restos a Pagar inscritos em 2012 (R\$ 2,42 bilhões), excluídos os intra-orçamentárias, os quais foram parcelados em até 7 (sete) meses.

Tabela 8

R\$ Milhões

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*					
GRUPO DE DESPESA	JAN A OUT				Variação %
	METAS DE EXECUÇÃO**	DESP. ORÇAM. REALIZADA	RP 2012 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA	
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	13.427	12.947	595	13.542	100,9%
OUTRAS DESP. CORRENTES	29.698	27.051	1.064	28.115	94,7%
INVEST /INVERSÕES	5.838	4.059	436	4.495	77,0%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	4.609	4.725	0	4.725	102,5%
TOTAL	53.573	48.782	2.095	50.877	95,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/11/2013.

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 478

***Considerado apenas o pagamento de RP Total inscrito em 2012.

A despesa paga até o 5º bimestre (R\$ 50,88 bilhões) se manteve próxima à estimada no Cronograma de Desembolso do Estado: 95,0% da meta foi alcançada, expondo uma ligeira diferença a menor (-R\$ 2,70 bilhões). Do total de obrigações cumpridas até o período, R\$ 2,10 bilhões (4,1%) são referentes aos encargos de RP de 2012,

restando pouco mais de R\$ 320 milhões, 13,3% do total de RP Inscrito, a serem quitados.

Na análise por grupo de despesa, o cumprimento da meta foi fortemente induzido pela execução em Pessoal e Encargos Sociais do Estado (+1,0%, ou seja, +R\$ 115,26 milhões). Cabe salientar as principais funções que cooperaram para a superação da meta planejada: Educação com uma despesa paga da ordem de R\$ 2,83 bilhões (21,9% do total do grupo), Segurança Pública com R\$ 3,94 bilhões realizados até o período (30,5% do total apurado no grupo) e Saúde com R\$ 937,46 milhões (7,2%).

No tocante aos Investimentos e Inversões, a parcela destinada ao pagamento do RP somou R\$ 435,96 milhões, influenciando em 9,7% no total de despesa realizada no grupo. Do montante total executado até outubro, vale destacar alguns importantes projetos: na função Desporto e Lazer, as obras executadas na Reforma do Complexo do Maracanã (execução de R\$ 476,10 milhões); na função Urbanismo, a Implantação do Arco Metropolitano (R\$ 240,85 milhões), a Implantação de Projetos de Infraestrutura (R\$ 260,24 milhões), a Urbanização de Comunidades (R\$ 79,10 milhões) e a Recuperação da Região Serrana (R\$ 53,58 milhões); e na função Transporte, a Implantação de Novas Linhas Metroviárias (R\$ 1,50 bilhão).

As Outras Despesas Correntes, apesar da execução abaixo da meta traçada inicialmente (-5,3%, -R\$ 1,58 bilhão), continuam com elevada representatividade (55,3%) no total executado até o 5º bimestre. Ressalta-se ainda que, estão aqui inclusos, os gastos com a folha de inativos e pensionistas até o bimestre (R\$ 9,35 bilhões) e com as vinculações constitucionais (R\$ 7,95 bilhões), despesas não discricionárias diretamente relacionadas às receitas arrecadadas. Somadas, tais obrigações responderam por 63,9% (R\$ 17,30 bilhões) do total apurado até o quinto bimestre do exercício.

Por fim, as despesas apuradas com o pagamento do Serviço da Dívida (Juros, Encargos da Dívida e Amortizações), até o bimestre, apresentaram uma realização ligeiramente superior à meta traçada (102,5% = +R\$ 115,44 milhões). Sua execução considera as condições contratuais pactuadas e a média móvel da Receita Líquida Real dos últimos 12 meses.

As despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no item V deste Boletim.

Com uma meta de execução de R\$ 53,57 bilhões, o ERJ apresentou uma despesa total, até o 5º bimestre, de R\$ 50,88 bilhões: alcance de 95,0% da meta traçada.

III. Resultados Fiscais¹¹

III.I Resultado Orçamentário

Bimestre: R\$ 523,45 milhões / + 129,8%
Acumulado: R\$ 5.916,99 milhões / + 1.564,7%

Tabela 9
Resultado Orçamentário

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
I. RECEITA TOTAL (A)	8.982,70	11.612,70	29,3%	49.202,93	59.245,31	20,4%
I.1 RECEITA CORRENTE	8.428,32	9.323,36	10,6%	45.143,77	49.200,80	9,0%
I.1.1 Tributária	5.693,33	6.878,08	20,8%	29.118,67	33.360,93	14,6%
I.1.2 Patrimonial	731,41	779,97	6,6%	7.737,38	6.890,64	-10,9%
I.1.3 Transferências	929,62	943,46	1,5%	4.666,54	4.748,34	1,8%
I.1.4 Demais Correntes	1.073,95	721,85	-32,8%	3.621,18	4.200,89	16,0%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	139,12	1.785,04	1.183,1%	2.031,64	7.526,33	270,5%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	415,26	504,29	21,4%	2.027,51	2.518,18	24,2%
II. DESPESA TOTAL (B)	10.739,80	11.089,25	3,3%	49.606,90	53.328,31	7,5%
II.1 DESPESA CORRENTE	8.873,47	8.957,51	0,9%	42.625,29	44.126,50	3,5%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	4.407,00	4.709,13	6,9%	20.539,04	23.508,97	14,5%
II.1.2 Demais Correntes	4.012,47	3.768,34	-6,1%	19.941,83	18.268,95	-8,4%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	453,99	480,04	5,7%	2.144,42	2.348,59	9,5%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.427,14	1.658,44	16,2%	4.982,72	6.581,08	32,1%
II.2.1 Invest.	981,79	1.130,89	15,2%	2.994,86	4.106,11	37,1%
II.2.1.1 Obras e Instalações	737,98	910,85	23,4%	1.997,56	3.325,80	66,5%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	25,12	23,04	-8,3%	54,86	64,50	17,6%
II.2.1.3 Demais Investimentos	218,68	197,00	-9,9%	942,44	715,81	-24,0%
II.2.2 Inv. Financ.	9,82	9,98	1,6%	136,35	98,51	-27,8%
II.2.3 Amort. Dívida	435,53	517,57	18,8%	1.851,52	2.376,46	28,4%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	439,20	473,30	7,8%	1.998,88	2.620,73	31,1%
RES. ORÇAM. (A-B)	-1.757,10	523,45	129,8%	-403,97	5.916,99	1.564,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/11/2013.

O Resultado Orçamentário, proveniente do Balanço Orçamentário, demonstra o resultado entre as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O resultado da execução orçamentária pode ser superavitário ou deficitário.

Nos meses de Setembro e Outubro, conforme observado na tabela acima, as Receitas Totais atingiram R\$ 11.612,70 milhões e as Despesas Totais totalizaram de R\$ 11.089,25 milhões, o que gerou

O Resultado Orçamentário do bimestre foi positivo (+ R\$523,45 milhões) devido ao bom desempenho das Receitas frente às Despesas.

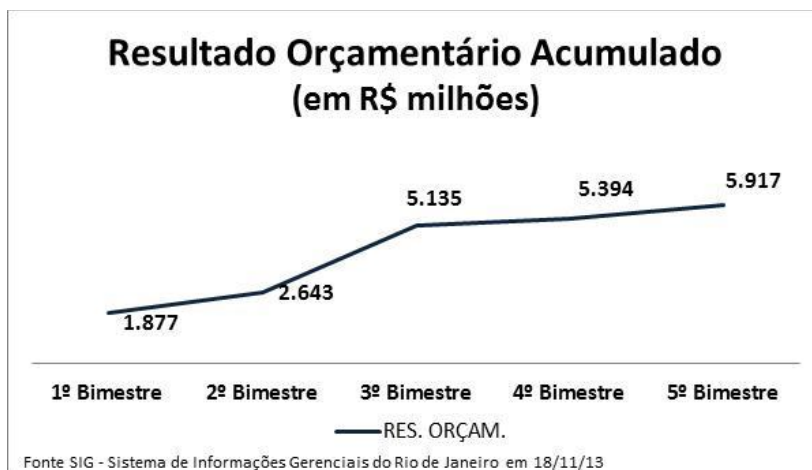
¹¹ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

um Resultado Orçamentário de R\$ 523,45 milhões. Este resultado pode ser explicado pelo Superávit Corrente e pelo de Capital, uma vez que as Receitas Correntes superaram as Despesas Correntes em R\$ 365,85 milhões e as Receitas de Capital ultrapassaram as Despesas de Capital em R\$ 126,6 milhões.

No acumulado, mais uma vez, o Resultado Orçamentário foi superavitário, totalizando R\$ 5.916,99 milhões. Ao decompor este resultado, tem-se como destaque um superávit corrente de R\$ 5.074,30 milhões e um superávit capital de R\$ 945,25 milhões.

Quando comparado com o ano de 2012, observa-se que o Resultado Orçamentário do quinto bimestre de 2013 foi 129,8% maior (+ R\$ 2.280,55 milhões). Já no resultado acumulado, essa variação foi de + 1.564,7% (+ R\$ 6.320,97 milhões).

Gráfico 16



III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: + R\$ 711,37 milhões / + 172,8%
Acumulado: + R\$ 6.077,80 milhões / + 1.128,0%

Tabela 10

Resultado Orçamentário sem o RIOPREVIDÊNCIA

(R\$ milhões)

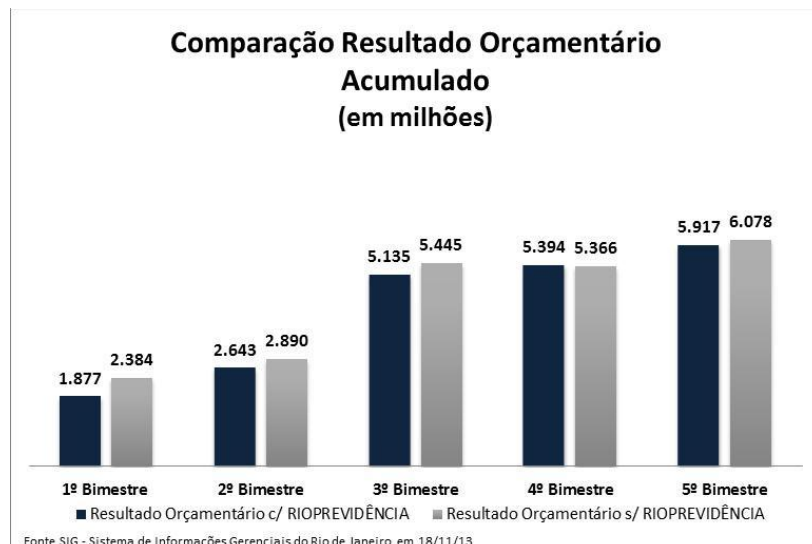
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	7.946,31	9.754,36	22,8%	41.416,28	49.449,73	19,4%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	8.923,87	9.042,98	1,3%	40.921,34	43.371,93	6,0%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-977,56	711,37	172,8%	494,95	6.077,80	1128,0%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	1.036,39	1.858,34	79,3%	7.786,64	9.795,57	25,8%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.815,94	2.046,26	12,7%	8.685,56	9.956,38	14,6%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	-779,54	-187,92	314,8%	-898,92	-160,81	459,0%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	-1.757,10	523,45	129,8%	-403,97	5.916,99	1564,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/11/2013.

Analisando o Resultado Orçamentário, sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA, o quinto bimestre foi superavitário alcançando o valor de R\$ 711,37 milhões. Este valor representa uma variação de 172,8% (+ R\$ 1.688,93 milhões) em relação ao mesmo período de 2012. Neste período o RIOPREVIDÊNCIA não contribuiu para o Superávit Orçamentário do Estado, uma vez que ele teve déficit de R\$ 187,92 milhões.

No acumulado, excluindo o RIOPREVIDÊNCIA da análise, observa-se que o Resultado Orçamentário é superavitário em R\$ 6.077,80 milhões, gerando uma variação de 1128,0% frente ao acumulado de 2012 (R\$ 5.582,85 milhões).

Gráfico 17



A fim de que seja compreendido o peso desse órgão no Resultado Orçamentário do Estado será, a seguir, evidenciado o seu Resultado Orçamentário específico.

Analisando os dados do RIOPREVIDÊNCIA, observa-se que o Resultado foi deficitário em R\$ 187,92 milhões no bimestre, composto pela Receita de R\$ 1.858,34 milhões e Despesa de R\$ 2.046,26 milhões. Comparando o Resultado de 2013 ao de 2012 desse órgão, observa-se uma variação de 314,8% positiva, com aumento tanto da Receita quanto da Despesa sendo esta em menor proporção que aquela. O crescimento da despesa é explicado, principalmente, pelos reajustes salariais, obtidos em 2013, de algumas categorias que possuem grande contingente de servidores efetivos e aposentados.

Com relação à execução acumulada do RIOPREVIDÊNCIA em 2013, pode-se observar que, até Outubro, houve uma variação positiva de 459,0% com relação ao Resultado de 2012.

As Receitas do RIOPREVIDÊNCIA não foram suficientes para pagar as Despesas do RIOPREVIDÊNCIA no quinto bimestre de 2013.

III.III Resultado Primário¹²

Bimestre: - R\$ 368,02 milhões / + 177,8%
Acumulado: + R\$ 3.110,06 milhões / + 115,7%

Tabela 11
Resultado Primário

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITAS TOTAL	8.982,70	11.612,70	29,3%	49.202,93	59.245,31	20,4%
RECEITAS FINANCEIRAS	181,68	1.865,13	926,6%	2.142,81	7.656,95	257,3%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	415,26	504,29	21,4%	2.027,51	2.518,18	24,2%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	8.385,76	9.243,28	10,2%	45.032,60	49.070,18	9,0%
DESPESAS TOTAL	10.739,80	11.089,25	3,3%	49.606,90	53.328,31	7,5%
DESPESAS FINANCEIRAS	892,44	1.004,65	12,6%	4.017,19	4.747,46	18,2%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	439,20	473,30	7,8%	1.998,88	2.620,73	31,1%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	9.408,16	9.611,30	2,2%	43.590,83	45.960,11	5,4%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	-1.022,40	-368,02	177,8%	1.441,78	3.110,06	115,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/11/2013.

O Resultado Primário mede o comportamento fiscal do governo no período, representando a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

Analisando o Resultado Primário, observa-se que a Despesa Primária excedeu a Receita Primária em R\$ 368,02 milhões ocasionando um déficit no Resultado Primário do bimestre. Ainda assim, quando comparando ao mesmo bimestre do ano anterior, o déficit diminuiu em R\$ 654,38 milhões (+ 1778,8%).

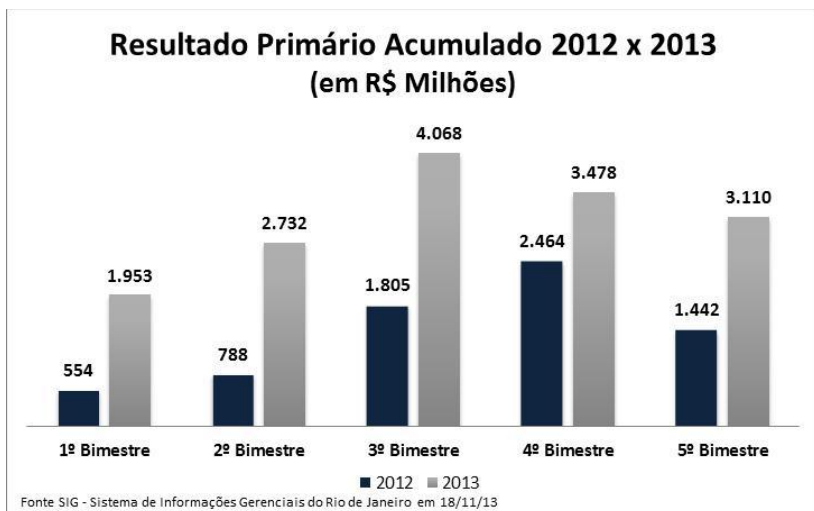
A despeito do Resultado Primário bimestral desfavorável, o Resultado Primário Acumulado apresenta um superávit de R\$ 3.110,06 milhões, representando uma variação de 115,7% (R\$ 1.668,28 milhões) quando comparado ao mesmo período de 2012.

O Resultado Primário Acumulado foi positivo (+ R\$ 3.110,06 milhões) decorrente do bom desempenho das Receitas Financeiras.

¹² O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.



Gráfico 18



Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: + R\$ 1.538,94 milhões / + 1.423,0%
Acumulado: + R\$ 8.390,94 milhões / + 100,5%

Tabela 12
Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
RECITA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	7.693,87	9.104,64	18,3%	39.094,33	44.454,10	13,7%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	7.592,82	7.565,70	-0,4%	34.908,45	36.063,16	3,3%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	101,05	1.538,94	1423,0%	4.185,88	8.390,94	100,5%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	-1.123,45	-1.906,96	-41,1%	-2.744,11	-5.280,88	-48,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/11/2013.

A análise do Resultado Primário sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA nos mostra que, no bimestre, o Resultado Primário seria positivo, com um valor de R\$ 1.538,94 milhões em oposição ao desempenho incluindo esse órgão. Com relação ao mesmo período de 2012, este valor representa um aumento de 1.423% (+ R\$ 1.437,89 milhões). No acumulado, a variação é de 100,5% (+ R\$ 4.205,06 milhões) quando comparado a 2012, alcançando R\$ 8.390,94 milhões.

Desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA, o Resultado Primário do Estado estaria positivo em R\$ 1.538,94 milhões no bimestre.

Gráfico 19

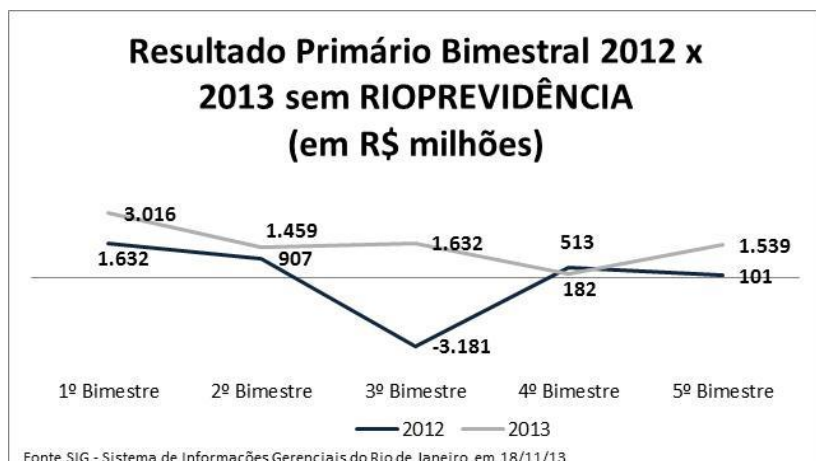
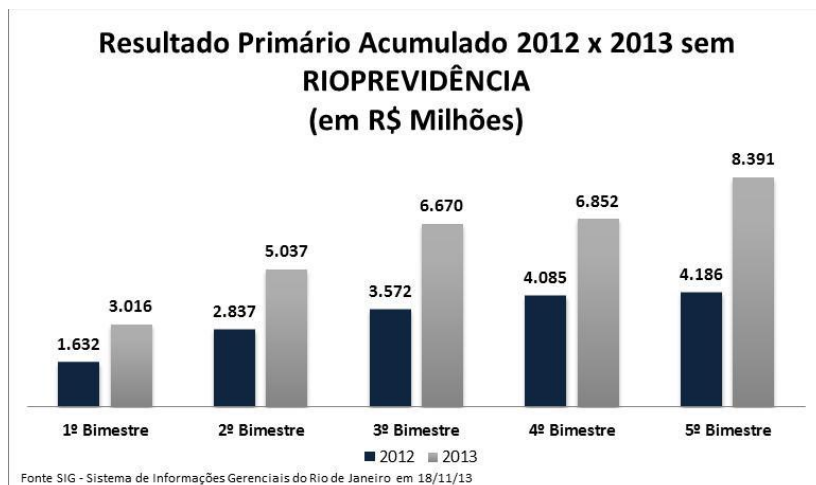


Gráfico 20



Conforme dados da Tabela 12, o Resultado Primário do RIOPREVIDÊNCIA é deficitário, com valor de R\$ 1.906,96 milhões. Ao analisar o acumulado, observa-se que, novamente, o Resultado Primário é negativo, com valor de R\$ 5.280,88 milhões. Desta forma, fica evidente o efeito negativo do RIOPREVIDÊNCIA, que afetou o Resultado Primário total do Estado.

IV. Receita Estadual ¹³

Bimestre: R\$ 11.612,70 milhões / + 29,3%¹⁴
Acumulado: R\$ 59.245,31 milhões / + 20,4%

Tabela 13
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2012-2013.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
REC. CORRENTES	8.428,32	9.323,36	10,6%	45.143,77	49.200,80	9,0%
REC. CAPITAL	139,12	1.785,04	1183,1%	2.031,64	7.526,33	270,5%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	415,26	504,29	21,4%	2.027,51	2.518,18	24,2%
Total	8.982,70	11.612,70	29,3%	49.202,93	59.245,31	20,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/11/2013.

No quinto bimestre de 2013, a Receita Estadual totalizou R\$ 11.612,70 milhões, um acréscimo de 29,3% (+ R\$ 2.630,00 milhões) frente ao mesmo período de 2012.

A variação positiva da receita do Estado, no bimestre, deve-se ao desempenho das Receitas de Capital que totalizaram R\$ 1.785,04 milhões significando um aumento de + 1.183,1% (+ R\$ 1.645,92 milhões) em relação ao mesmo período de 2012. Mais especificamente, contribuíram as Receitas de Alienações de Bens, que contribuíram - por si só - com um crescimento de R\$ 1.663,10 milhões.

Esse crescimento foi acompanhado, ainda, pelo crescimento das Receitas Correntes que, embora tenham apresentado uma variação menos expressiva em valores absolutos, obteve receita bastante representativa (+ 10,6%, + R\$ 895,04 milhões).

No acumulado das Receitas Estaduais observa-se um incremento de R\$ 10.042,38 milhões (+ 20,4%), atingindo o valor de R\$ 59.245,31 milhões. Somadas às Receitas Correntes, que apresentaram um acréscimo de 9,0% (+ R\$ 4.057,02 milhões), as Receitas de Capital influenciaram significativamente esse resultado, com um acréscimo de R\$ 5.494,69 milhões (+ 270,5%), fundamentados nas Alienações de Bens (+ R\$ 3.652,15 milhões) e nas Operações de Crédito (+ R\$ 1.810,67 milhões).

¹³ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

¹⁴ As informações representam a arrecadação no período e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior, respectivamente.



Mais informações sobre as essas receitas serão pormenorizadas a seguir.

IV.I Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 9.323,36 milhões / + 10,6%
Acumulado: R\$ 49.200,80 milhões / + 9,0%

Tabela 14
DECOMPOSIÇÃO DA RECETA POR NATUREZA, 2012-2013.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
TRIBUTÁRIA	5.693,33	6.878,08	20,8%	29.118,67	33.360,93	14,6%
CONTRIBUIÇÕES	171,58	231,92	35,2%	912,56	1.182,36	29,6%
PATRIMONIAL	731,41	779,97	6,6%	7.737,38	6.890,64	-10,9%
AGROPECUÁRIA	-0,03	0,05	-250,1%	0,12	0,10	-17,3%
INDUSTRIAL	16,28	30,57	87,7%	16,42	144,27	778,7%
DE SERVIÇOS	69,53	64,87	-6,7%	311,12	315,74	1,5%
TRANSF. CORRENTES	929,62	943,46	1,5%	4.666,54	4.748,34	1,8%
OUTRAS CORRENTES	816,59	394,44	-51,7%	2.380,97	2.558,42	7,5%
TOTAL	8.428,32	9.323,36	10,6%	45.143,77	49.200,80	9,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/11/2013.

No quinto bimestre de 2013, o aumento de R\$ 1.184,75 milhões (+ 20,8%) nas Receitas Tributárias, influenciado principalmente pela arrecadação de Impostos sobre a Produção e a Circulação somado ao acréscimo nas Receitas de Contribuições (+ R\$ 60,34 milhões, + 35,2%) e Patrimoniais (+ R\$ 48,56 milhões), superaram a redução de R\$ 422,15 milhões (- 51,7%) em Outras Receitas Correntes, provocando ainda assim um incremento de R\$ 895,04 milhões (+ 10,6%) frente ao mesmo período de 2012.

No acumulado, houve um suave crescimento de 9,0% (+ R\$ 4.057,02 milhões) reflexo, principalmente, do desempenho do ICMS e IRRF ainda que tenha havido queda de 10,9% (- R\$ 846,73 milhões) nas Receitas Patrimoniais quando considerado todo o ano de 2013.

Mais detalhes sobre essas receitas serão abordados nas seções IV.I.1. e IV.I.3 deste boletim.

IV.I.1 Receita Tributária

Bimestre: R\$ 6.878,08 milhões / + 20,8%
Acumulado: 33.360,93 milhões / + 14,6%

Tabela 15
RECETA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2012/2013.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
RECETA TRIBUTÁRIA	5.693,33	6.878,08	20,8%	29.118,67	33.360,93	14,6%
ICMS	4.520,35	5.550,06	22,8%	21.901,49	25.097,86	14,6%
Adicional do ICMS	420,50	470,36	11,9%	2.094,82	2.271,74	8,4%
IRRF	338,84	386,45	14,1%	1.486,30	1.978,12	33,1%
IPVA	89,23	92,63	3,8%	1.675,72	1.810,42	8,0%
ITD	86,78	102,51	18,1%	419,71	461,15	9,9%
Taxas	237,63	276,07	16,2%	1.540,64	1.741,63	13,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/11/2013.

No quinto bimestre de 2013, a Receita Tributária total atingiu o montante de R\$ 6.878,08 milhões, representando uma variação positiva de 20,8% frente ao mesmo período em 2012. Este desempenho foi influenciado pela arrecadação de todos os tributos, destacando-se, mais uma vez, a arrecadação do ICMS, que, em valores absolutos, atingiu R\$ 5.550,06 milhões, o que equivale a 80,69% do total das receitas tributárias alcançadas em setembro e outubro de 2013.

No acumulado, a Receita Tributária apresentou um acréscimo de 14,6% totalizando R\$ 33.360,93 milhões. Da mesma forma que a análise bimestral, o ICMS foi o destaque da arrecadação tributária ao longo do ano, permitindo que as Receitas Tributárias obtivessem um aumento de 14,6% (R\$ 4.242,26 milhões).

As Receitas Tributárias aumentaram R\$ 1.184,75 milhões (+ 20,8%) na análise bimestral 2012 - 2013. Esse aumento foi motivado, principalmente, pelas receitas advindas do ICMS.

- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):

Bimestre: R\$ 5.550,06 milhões / + 22,8%
Acumulado: R\$ 25.097,86 milhões / + 14,6%

O ICMS é o tributo de maior peso nas Receitas Tributárias, representando 80,69% da arrecadação destas receitas no bimestre e 75,23% no acumulado.

A arrecadação com o tributo aumentou 22,8% em relação ao mesmo período do ano anterior e atingiu R\$ 5.550,06 milhões (+ R\$ 1.029,70). Já no acumulado, houve um acréscimo de 14,6% (+ R\$ 3.196,37 milhões).

Os setores que mais contribuíram para o alcance dessa receita em 2013, tanto no bimestre quanto no acumulado foram Alimentação; Bebidas; Eletroeletrônicos; Mercados, Lojas e Magazines; Perfumaria, Cosméticos e Higiene Pessoal; Petróleo e Veículos Automotores. Já os setores de Energia Elétrica e Metalurgia e Siderurgia apresentaram queda bimestral ainda que tenham apresentado aumento no acumulado. Tais desempenhos serão detalhados na seção IV.I.1.1.

O crescimento do ICMS (+R\$ 1.029,70 milhões) impulsionou o crescimento da arrecadação tributária no quinto bimestre de 2013 influenciado, principalmente, pelos setores de Alimentação; Bebidas; Eletroeletrônicos; Mercados, Lojas e Magazines; Perfumaria, Cosméticos e Higiene Pessoal; Petróleo e Veículos Automotores.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA):

Bimestre: R\$ 92,63 milhões / + 3,8%
Acumulado: R\$ 1.810,42 milhões / + 8,0%

No quinto bimestre de 2013, o IPVA¹⁵ sofreu um aumento de 3,8% (+R\$ 3,39 milhões) em comparação com o mesmo período de 2012. Acompanhando o crescimento bimestral, a análise feita sobre o acumulado também demonstra o aumento na receita deste imposto. Em relação ao todo ano anterior, houve um acréscimo de 8,0% (+ R\$ 134,70 milhões).

O incremento na arrecadação do IPVA foi efeito da cobrança administrativa de mais de trezentos e noventa mil devedores, que receberam notificação dos débitos e tiveram prazo para regularização até o dia 21 de novembro.

¹⁵ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.

– Imposto de Renda (IRRF):**Bimestre: R\$ 386,45 milhões / + 14,1%****Acumulado: R\$ 1.978,12 milhões / + 33,1%**

O IRRF teve como arrecadação R\$ 386,45 milhões no quinto bimestre de 2013, representando um aumento de R\$ 47,61 milhões (+ 14,1%) frente ao mesmo período de 2012.

O acumulado, que obteve uma variação positiva de 33,1% (+ R\$ 491,82 milhões) em relação a 2012 foi influenciado, principalmente, pelos seguidos aumentos concedidos a diversas classes de servidores em 2012, entre elas a PMERJ, cujo salário base saltou para a faixa de alíquota de 7,5% para a tributação desse imposto .

A arrecadação de IRRF no quinto bimestre de 2013 apresentou um acréscimo de 14,1% em relação ao mesmo período de 2012.

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):**Bimestre: R\$ 102,51 milhões / + 18,1%****Acumulado: R\$ 461,15 milhões / + 9,9%**

No bimestre, houve um incremento na receita do ITD de R\$ 15,73 milhões (+ 18,1%). resultante, principalmente, da mudança do seu fluxo de arrecadação.

O atendimento aos pedidos de emissão de guia de controle de ITD na Inspeção Especializada, teve seu prazo estendido para vinte dias úteis nos meses de junho a setembro majorando a receita do 5º bimestre de 2013. Além disso, posteriormente, houve a redução deste prazo antecipando o recebimento do imposto e mais uma vez impactando o bimestre.

No acumulado, houve um acréscimo de 9,9% (+ R\$ 41,45 milhões), atingindo o valor de R\$ 461,15 milhões. Conforme explicado no boletim anterior, a liberação da emissão de Guias de Controle de Doação de Bens Móveis pela internet elevou a arrecadação de ITD-Bens Móveis (cód. 101-5) em julho de 2013. Em agosto houve um leve incremento na arrecadação de ITD Bens Imóveis (cód. 102-3). A alta do resultado acumulado é, ainda, reflexo do resultado positivo das boas arrecadações do 2º, 4º e 5º bimestres, devidamente justificadas nos respectivos boletins.

- Taxas:
Bimestre: R\$ 276,07 milhões / + 16,2%
Acumulado: R\$ 1.741,63 milhões / + 13,0%
Tabela 16
RECETA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2012 / 2013.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
Taxas	237,63	276,07	16,2%	1.540,64	1.741,63	13,0%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	24,41	28,21	15,6%	281,35	353,12	25,5%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito ⁽¹⁾	18,85	20,73	10,0%	255,79	317,69	24,2%
Outras	5,57	7,48	34,5%	25,56	35,43	38,6%
Taxas pela Prestação de Serviços	213,22	247,86	16,2%	1.259,29	1.388,51	10,3%
Emolumentos e Custas Judiciais	73,97	75,08	1,5%	359,93	373,61	3,8%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	45,32	65,65	44,8%	224,70	286,41	27,5%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	93,92	107,13	14,1%	674,66	728,49	8,0%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	84,23	93,88	11,5%	515,10	548,25	6,4%
Outras	9,69	13,25	36,7%	159,56	180,24	13,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/11/2013.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

A Receita Tributária proveniente das Taxas obteve um acréscimo de 16,2% no quinto bimestre de 2013 (+ R\$ 38,44 milhões). Este resultado foi influenciado, principalmente, pelas Taxas de Prestação de Serviços Extrajudiciais que aumentaram a receita em 44,8% (+ R\$ 20,32 milhões) e das Outras Taxas de Prestação de Serviços em especial as referentes aos Serviços de Trânsito (+R\$ 9,65 milhões, 25,0%).

No acumulado, as Taxas atingiram R\$ 1.741,63 milhões (+ R\$ 200,99 milhões, + 13,0%), com destaque, para as Taxas do Exercício do Poder de Polícia, especialmente quanto à Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito (+ 24,2%, + R\$ 61,9 milhões) e pelas Taxas de Prestação de Serviços Extrajudiciais (+ 27,5%, + R\$ 61,7 milhões)

Box 01 - O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM) é um fundo de natureza contábil, autorizado pelo Art. 263 da Constituição Estadual (CE) do Rio de Janeiro instituído pela Lei nº 1.060 de 10 de novembro de 1986 e demais alterações. Objetiva atender às necessidades financeiras de projetos e programas ambientais e de desenvolvimento urbano. Os recursos do FECAM podem ser utilizados em programas e projetos de recuperação, preservação e uso sustentável no meio ambiente, bem como no desenvolvimento urbano por órgãos públicos estaduais, prefeituras municipais, universidades públicas e organizações não governamentais, sem fins lucrativos, cujos objetivos estejam em consonância com as questões ambientais, sendo vedada a sua utilização para pagamento de pessoal da administração pública direta ou indireta ou ainda de despesas de custeio diversas de sua finalidade.

Com relação à composição dos recursos destinados ao FECAM, estes provêm na quase totalidade, de recursos advindos dos Royalties de petróleo devidos ao Estado do Rio de Janeiro, que, de acordo com o artigo 20 da Constituição Federal, assegura a Estados e Municípios participação no resultado da exploração de Petróleo ou gás natural, de recursos hídricos e de outros recursos minerais em seus territórios.

Dos recursos provenientes da compensação financeira a que se refere o artigo 20 da Constituição Federal (CF), inicialmente, foi estipulado que 5% destas receitas iriam compor o FECAM, além de outras receitas menos expressivas, como: receita proveniente de multas administrativas aplicadas e condenações judiciais por irregularidade constatadas pelos órgãos fiscalizadores do meio ambiente; produto da arrecadação de taxas ou contribuições pela utilização de recursos ambientais; dotações e créditos adicionais que lhe forem atribuídos; empréstimos, repasses, doações, subvenções, auxílios, contribuições, legados ou quaisquer outras transferências de pessoas físicas ou jurídicas nacionais, estrangeiras ou internacionais de direito público ou privado, diretamente ou através de convênios; rendimentos provenientes de suas operações ou aplicações financeiras e outros recursos eventuais.

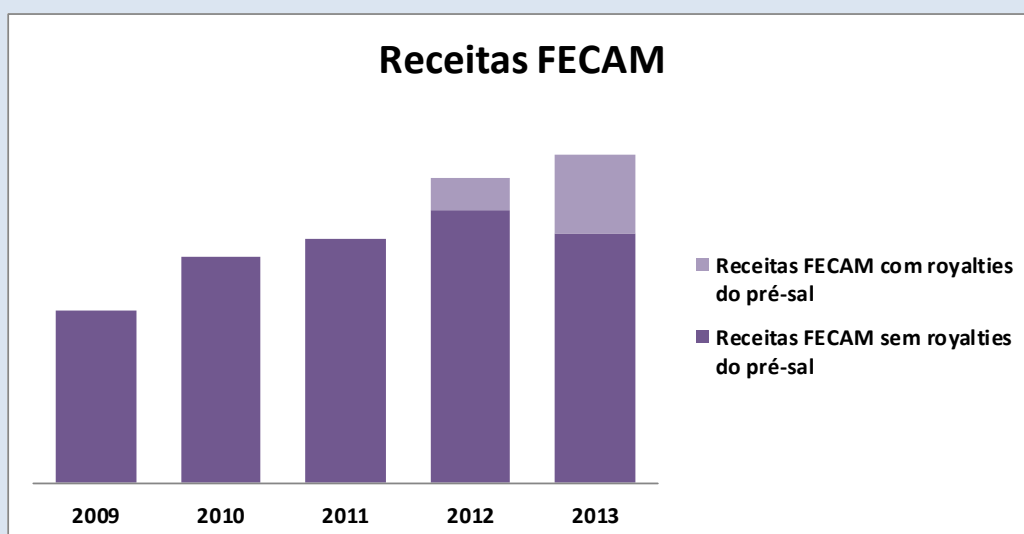
Além dessas receitas, a Emenda à Constituição Estadual nº48 de 2011 acrescentou ao artigo 263 da CE outro recurso ao FECAM, proveniente, também, da compensação financeira a que se refere o artigo 20 da CF, a que faz jus o Estado do Rio de Janeiro, quando se tratar de petróleo e gás extraído da camada do pré-sal. Neste caso, 10% da compensação financeira irão compor o Fundo Estadual.

A EC nº48 começou a produzir efeitos em 01 de janeiro de 2012 aumentando substancialmente as receitas do FECAM em comparação com os outros anos.

Na tabela e gráfico abaixo, pode-se visualizar os recursos que compõem o FECAM. Observa-se que, em 2012, com a introdução da EC nº 48, a receita total do FECAM atingiu o montante de R\$ 412,89 milhões, acarretando em uma variação positiva de 25% em relação a 2011. Este aumento se deve tanto pelo aumento das Receitas de Royalties e Participações Especiais Pós-sal, que arrecadaram R\$ 38,84 milhões a mais do que 2011, quanto pelas receitas dos Royalties e Participações Especiais do Pré-sal, que arrecadaram R\$ 43,54 milhões no ano. Assim, observa-se que as receitas provenientes da EC nº48/2011

equivalem a mais de 10% do total das receitas do FECAM. Já em 2013, as Receitas de Royalties e Participações Especiais provenientes do Pré-sal atingiram R\$ 107,87 milhões o que acarretou em uma variação positiva de 147% em relação a 2012 (+ R\$ 64,33 milhões) e essas receitas equivalem a 24,28% das Receitas Totais do FECAM em 2013.

Receitas FECAM (R\$ Milhões)	2009	2010	2011	2012	2013
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos	0,107	0,509	0,877	0,603	0,459
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais	0,104	0,114	0,157	0,198	0,181
Royalties e Participações Especiais Pós-sal (5%)	231,90	305,74	329,70	368,54	335,75
Royalties e Participações Especiais Pré-Sal (10%)	-	-	-	43,54	107,87
Receitas totais	232,12	306,37	330,74	412,89	444,26
Fonte: SIG. Extração feita no dia 07.01.2014					



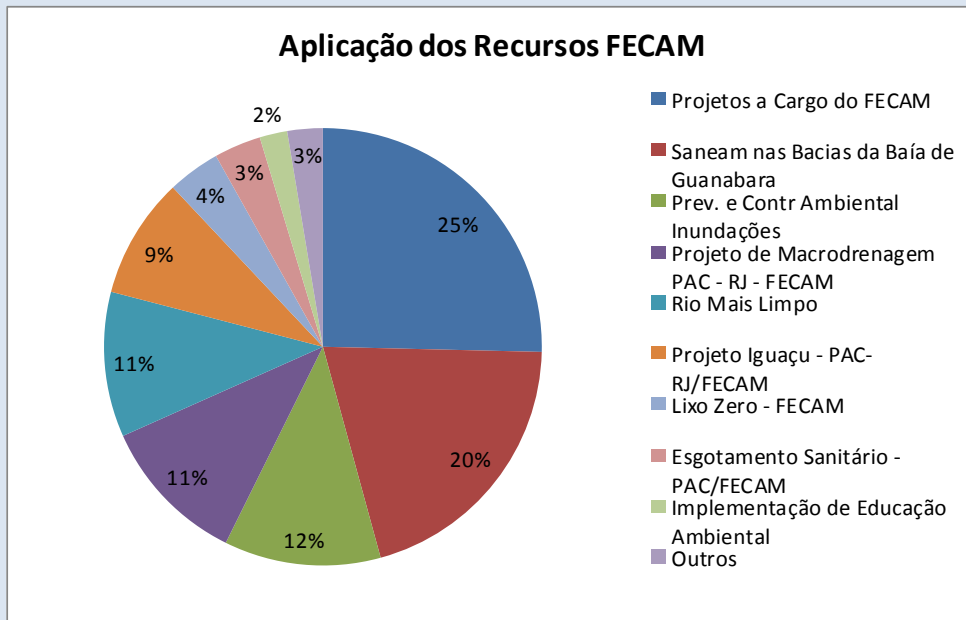
Fonte: SIG. extração feita no dia dia 7.01.2014

Para o exercício de 2013, foram autorizados R\$ 427,92 milhões a serem utilizados em projetos e atividades relacionados aos recursos provenientes do FECAM, cabendo a fonte de recurso 04 (indenização pela extração de petróleo) a maior parte da execução destes recursos: 99,58% ou R\$ 426,14 milhões. Com os recursos advindos dessa importante fonte, o Estado tem investido em ações de saneamento, recuperação de áreas degradadas, erradicação de lixões, incentivo à implementação de aterros sanitários, dentre outras.

Até dezembro de 2013, as despesas empenhadas do FECAM somaram R\$ 413,78 milhões. A tabela e o gráfico abaixo discriminam a aplicação dos recursos do FECAM nos diferentes projetos:

Aplicação dos Recursos do FECAM (R\$ Milhões)	
Projetos a Cargo do FECAM	104,99
Saneam nas Bacias da Baía de Guanabara	84,30
Prev. e Contr Ambiental Inundações	47,87
Projeto de Macrodrenagem PAC - RJ - FECAM	45,53
Rio Mais Limpo	44,39
Projeto Iguaçu - PAC-RJ/FECAM	36,98
Lixo Zero - FECAM	16,09
Esgotamento Sanitário - PAC/FECAM	14,35
Implementação de Educação Ambiental	8,44
Recuper Infraestr Hidr BCampista-PAC-RJ/FECAM	2,83
Geração de empreg e renda em comunidades assi	2,73
Saneam Amb Mun do Entorno B. Guanabara-FECAM	1,88
Projetos a Cargo do FECAM	1,06
Esgotamento Sanitário da Zona Oeste	0,68
Implementação do Plano Mudança do Clima	0,53
Implementação do Plano de Economia Verde	0,44
Prog de Reaproveit de Óleo Vegetal - PROVE	0,38
Instrumentos de Conservação da Biodiversidade	0,26
Gestão e Controle Florestal	0,03
Rio Mais Limpo	0,000109
Total	413,78

Fonte: SIG - Valores empenhados



Fonte: SIG

IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico
Tabela 17
**ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2012/2013**
R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		PART % 2013	VAR % 13/12	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		PART % 2013	VAR % 13/12
	2012	2013			2012	2013		
	Alimentação	193,52			262,45	4,7%		
Bebidas	204,89	281,68	5,1%	37,5%	1.163,97	1.210,78	4,8%	4,0%
Borracha e plástico	37,76	62,63	1,1%	65,8%	183,48	291,68	1,2%	59,0%
Comunicação e informação	93,46	109,77	2,0%	17,4%	411,32	494,87	2,0%	20,3%
Construção civil	166,23	185,31	3,3%	11,5%	764,66	840,98	3,4%	10,0%
Editorial, gráfica e publicidade	27,89	20,62	0,4%	-26,1%	111,46	101,80	0,4%	-8,7%
Eletroeletrônicos	110,53	183,90	3,3%	66,4%	442,35	693,46	2,8%	56,8%
Energia elétrica	555,28	500,54	9,0%	-9,9%	2.678,17	2.749,79	11,0%	2,7%
Informática e óptico	33,08	34,63	0,6%	4,7%	147,09	164,50	0,7%	11,8%
Madeira, papel e fumo	120,01	138,74	2,5%	15,6%	577,03	666,78	2,7%	15,6%
Máquinas e equipamentos em geral	51,83	53,47	1,0%	3,2%	249,74	271,24	1,1%	8,6%
Médico-hospitalar e odontologia	38,72	37,09	0,7%	-4,2%	162,31	172,68	0,7%	6,4%
Mercados, lojas e magazines	256,01	285,09	5,1%	11,4%	1.265,94	1.359,13	5,4%	7,4%
Metalurgia e siderurgia	179,00	177,25	3,2%	-1,0%	947,90	961,32	3,8%	1,42%
Móveis e utensílios	45,74	52,27	0,9%	14,3%	213,97	239,78	1,0%	12,1%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	126,64	176,40	3,2%	39,3%	588,64	803,96	3,2%	36,6%
Petróleo, combustíveis e gás natural	776,39	1.365,99	24,6%	75,9%	3.974,32	5.101,29	20,3%	28,4%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	181,47	190,08	3,4%	4,7%	857,49	913,61	3,6%	6,5%
Química e petroquímica	158,24	160,69	2,9%	1,5%	687,53	794,97	3,2%	15,6%
Telecomunicações	648,38	668,47	12,0%	3,1%	3.125,16	3.212,04	12,8%	2,8%
Têxtil e vestuário	166,78	183,15	3,3%	9,8%	825,00	914,15	3,6%	10,8%
Transportes gerais e armazenagem	95,93	100,10	1,8%	4,3%	451,33	500,38	2,0%	10,9%
Veículos automotores	202,50	232,73	4,2%	14,9%	864,57	1.073,29	4,3%	24,1%
Outras atividades econômicas	50,08	87,02	1,6%	73,8%	307,36	350,78	1,4%	14,1%
Total das atividades econômicas	4.520,35	5.550,06	100,0%	22,8%	21.901,49	25.097,86	100,0%	14,6%

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.

Na arrecadação do ICMS por grupos econômicos, observa-se que os grupos que mais se destacaram na participação no quinto bimestre de 2013 foram os seguintes: Petróleo; Bebidas; Eletroeletrônicos; Alimentação; Perfumaria, Cosméticos e Higiene Pessoal; Mercados, Lojas e Magazines; e Veículos Automotores. Por outro lado, os setores de Energia Elétrica; Editorial, Gráfica e Publicidade; e Metalurgia e Siderurgia apresentaram um desempenho negativo no bimestre, comparado ao mesmo período de 2012.

No acumulado, destacam-se positivamente os mesmo setores. De forma diversa, os setores Energia Elétrica e Metalurgia e siderurgia, apesar de apresentarem queda bimestral, obtiveram crescimento quando considerado todo o ano de 2013. O setor Editorial, Gráfica e Publicidade, por sua vez, manteve a queda no acumulado.

A seguir, é apresentada uma análise pormenorizada dos setores econômicos acima mencionados.

Na arrecadação do ICMS, no bimestre e acumulado, os setores que mais se destacaram foram os seguintes: Petróleo; Bebidas; Eletroeletrônicos; Alimentação; Perfumaria, Cosméticos e Higiene Pessoal; Mercados, Lojas e Magazines; e Veículos Automotores.

- Alimentação:

Bimestre: R\$ 262,45 milhões / + 35,6%
Acumulado: R\$ 1.214,59 milhões / + 34,9 %

No bimestre houve um aumento de 35,6% (+ R\$ 68,93 milhões) em comparação ao mesmo período de 2012, atingindo o valor de R\$ 262,45 milhões. No acumulado de 2013, houve um acréscimo de R\$ 313,90 milhões (+ 34,9%), chegando ao valor de R\$ 1.214,59 milhões. O setor econômico responsável por este crescimento foi o comércio atacadista de produtos alimentícios, principalmente com operações sujeitas à substituição tributária.

- Bebidas:

Bimestre: R\$ 281,68 milhões / + 37,5%
Acumulado: R\$ 1.210,78 milhões / + 4,0 %

No bimestre houve um aumento no segmento de 37,5% (R\$ 76,79 milhões) em comparação ao mesmo período de 2012, totalizando o valor de R\$ 281,68 milhões de arrecadação. Os setores econômicos responsáveis pela alta foram a Indústria de fabricação de cerveja e chope e o Comércio atacadista de refrigerantes, especialmente na substituição tributária interna.

No acumulado de 2013, houve acréscimo de R\$ 46,81 milhões (+ 4,0%), chegando ao valor de R\$ 1.210,78 milhões. A reversão da tendência de queda no acumulado deve-se aos bons resultados apresentados pelo setor acima citado, que vem contribuindo positivamente para o setor.

- Eletroeletrônicos:

Bimestre: R\$ 183,90 milhões / + 66,4%
Acumulado: R\$ 693,46 milhões / + 56,8 %

No bimestre, a arrecadação do grupo subiu 66,4% (+ R\$ 73,37 milhões), atingindo a marca de R\$ 183,90 milhões no quinto bimestre de 2013 contra R\$ 110,53 milhões no mesmo período em 2012, representando um aumento de R\$ 73,38 milhões na arrecadação deste setor no bimestre. O setor econômico responsável pelo crescimento foi o comércio varejista, principalmente por causa do movimento econômico registrado em substituição tributária.

No acumulado, houve um acréscimo de R\$ 251,11 milhões (+ 56,8%), chegando ao valor de R\$ 693,46 milhões arrecadados.

- Mercados, lojas e magazines:

Bimestre: R\$ 285,09 milhões / + 11,4%
Acumulado: R\$ 1.359,13 milhões / + 7,4 %

No bimestre, a arrecadação do grupo subiu 11,4 %, atingindo a marca de R\$ 285,09 milhões no quinto bimestre de 2013 contra R\$ 256,01 milhões no mesmo período em 2012, representando um aumento de R\$ 29,08 milhões na arrecadação deste setor no bimestre. A maior influência sobre a alta veio do setor de comércio varejista no segmento de supermercados.

No acumulado, houve um acréscimo de R\$ 93,19 milhões (+ 7,4%), chegando ao valor de R\$ 1.359,13 milhões arrecadados.

- Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal:

Bimestre: R\$ 176,40 milhões / + 39,3%
Acumulado: R\$ 803,96 milhões / + 36,6 %

A arrecadação do grupo econômico de Perfumaria, Cosméticos e Higiene Pessoal cresceu 39,3% (+ R\$ 49,76 milhões) comparado ao quinto bimestre de 2012. O grupo representa 3,2% do total do ICMS arrecadado no bimestre.

O setor econômico responsável pelo crescimento foi o comércio atacadista no segmento cosméticos e produtos de perfumaria. Essa atividade econômica é a que possui maior representatividade no grupo e seu crescimento teve origem, principalmente, na substituição tributária externa.

No acumulado, houve uma variação positiva de 36,6% (+ R\$ 215,32 milhões) em relação ao mesmo período de 2012.

- Petróleo, combustíveis e gás natural:

Bimestre: R\$ 1.365,99 milhões / + 75,9%
Acumulado: R\$ 5.101,29 milhões / + 28,4 %

O grupo econômico de Petróleo, Combustíveis e Gás Natural arrecadou R\$ 1.365,99 milhões no quinto bimestre, gerando um acréscimo de 75,9% frente ao mesmo período de 2012. Em relação à

participação do setor, esta corresponde a 24,6% da arrecadação de ICMS do Estado no bimestre.

As atividades econômicas responsáveis pelo movimento de alta foram refino de petróleo e comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados. O principal elemento para a elevação da arrecadação na indústria de refino de petróleo foi o de importações de bens de capital, por conta de investimentos do setor.

No acumulado, o grupo de Petróleo continua a demonstrar sua importante representatividade, com 20,3% de participação. O grupo obteve uma variação de +28,4% de 2012 para 2013 (+ R\$ 1.126,98 milhões). O bom desempenho foi resultado de algumas atividades econômicas do setor, como: Produção e processamento de gás natural, Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel e gasolina e, também, pelo setor de Extração de petróleo e gás natural.

Destaque para o setor de comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados, que teve um crescimento muito elevado desde o início do ano, sendo o principal responsável pelo resultado acumulado.

- Veículos automotores:

Bimestre: R\$ 232,73 milhões / + 14,9%
Acumulado: R\$ 1.073,29 milhões / + 24,1 %

O grupo econômico de Veículos Automotores apresentou um acréscimo significativo de 14,9% (+ R\$ 30,23 milhões) comparado ao quinto bimestre de 2012. O grupo representa 4,2% do total do ICMS arrecadado no bimestre. No acumulado observa-se uma variação positiva de 24,1% (+ R\$ 208,71 milhões) em relação ao mesmo período de 2012.

O setor econômico responsável pelo crescimento foi o da indústria, mais precisamente no segmento de automóveis, camionetas e utilitários, com grande força na substituição tributária externa, já que as grandes fábricas estão fora do Estado. Este movimento vinha sendo observado desde os primeiros meses, mas foi intensificado substancialmente nos três últimos bimestres.

- Energia Elétrica:**Bimestre: R\$ 500,54 milhões / - 9,9%****Acumulado: R\$ 2.749,79 milhões / + 2,7 %**

Com participação de 9,0% na arrecadação total de ICMS (incluindo as receitas acessórias), no quinto bimestre, este segmento decresceu 9,9% (- R\$ 54,74 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, atingindo o valor de R\$ 500,54 milhões arrecadados. A queda deve-se, principalmente, à atividade econômica de distribuição e à redução da base de cálculo feita pelo Governo Federal.

No acumulado, o grupo de Energia Elétrica atingiu o valor de R\$ 2.749,79 milhões – uma variação positiva de 2,7% (+RS 71,62 milhões) frente a 2012 e representa 11,0% da arrecadação total do ICMS no ano de 2013. A pequena variação demonstra uma tendência à estabilidade do valor arrecadado. Isso porque os efeitos da desoneração citada acima devem estar sendo atenuados pelo aumento do consumo.

- Metalurgia e siderurgia:**Bimestre: R\$ 177,25 milhões / - 1,0 %****Acumulado: R\$ 961,32 milhões / + 1,42 %**

Com participação de 3,2% na arrecadação total de ICMS no quinto bimestre, este segmento apresentou queda de 1,0% (- R\$ 1,74 milhão) em relação ao mesmo período de 2012, atingindo a receita de R\$ 177,25 milhões. O setor da Indústria de produção de laminados planos de aço ao carbono e de tubos de aço sem costura influenciaram fortemente a queda.

No acumulado, o grupo atingiu o valor de R\$ 961,32 milhões – uma variação positiva de 1,42% (+RS 13,42 milhões) frente a 2012 e representa 3,8% da arrecadação total do ICMS no ano de 2013. O setor vem se mostrando estável ao longo do ano, mantendo sua participação na arrecadação de ICMS entre 3,8 e 4,2%.

IV.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

Bimestre: R\$ 779,97 milhões / + 6,6%
Acumulado: R\$ 6.890,64 milhões / - 10,9%

Tabela 18
Receitas Patrimoniais

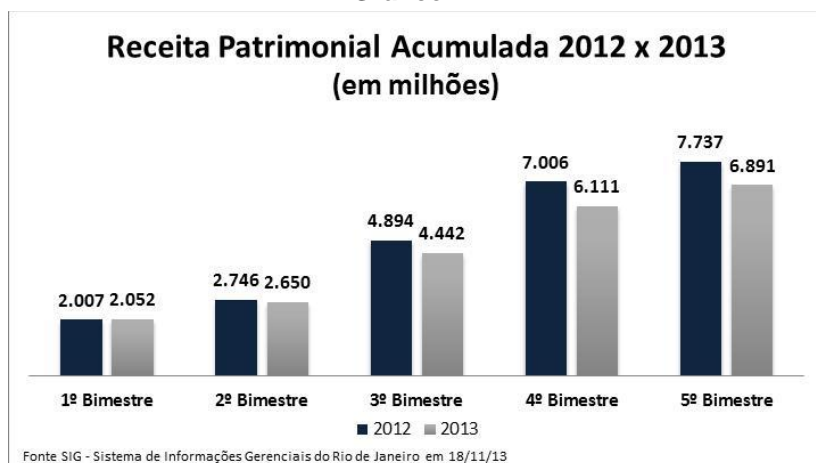
(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITA PATRIMONIAL	731,41	779,97	6,6%	7.737,38	6.890,64	-10,9%
Petróleo	498,35	637,74	28,0%	6.499,46	6.269,42	-3,5%
Royalties	494,84	537,02	8,5%	2.472,33	2.443,80	-1,2%
Part. Especial	2,88	100,00	3376,6%	4.023,93	3.625,45	-9,9%
FEP	0,63	0,72	14,4%	3,20	3,25	1,8%
CFT's	133,76	0,00	-100,0%	655,51	0,00	-100,0%
Aplic. Financeiras	82,20	123,97	50,8%	471,53	510,20	8,2%
Demais Rec. Patrimoniais	17,11	18,26	6,8%	110,88	111,02	0,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/11/2013.

No quinto bimestre de 2013, as Receitas Patrimoniais atingiram R\$ 779,97 milhões, representando um aumento de 6,6% (+ R\$ 48,56 milhões) quando comparadas as do mesmo período de 2012. A Receita Patrimonial acumulada, em oposição ao resultado bimestral, apresentou uma queda de 10,9% (- R\$ 846,73 milhões) em relação a 2012, totalizando R\$ 6.890,64 milhões.

Gráfico 21



A Receita Patrimonial obteve uma variação positiva de 6,6% (+ R\$ 48,56 milhões) no 5º bimestre de 2013, decorrente do aumento das Receitas do Petróleo e Aplicações Financeiras.

O resultado positivo obtido no bimestre pode ser explicado principalmente pelo aumento das Receitas provenientes dos Royalties, das Participações Especiais e das Aplicações Financeiras. No acumulado, a queda deve-se principalmente ao fim das receitas

relativas aos Certificados Financeiros do Tesouro e, em menor proporção, às Receitas de Petróleo, especialmente Royalties e Participação Especial.

– **Petróleo:** As receitas de petróleo alcançaram R\$ 637,74 milhões, no quinto bimestre de 2013, gerando um crescimento de 28,0% frente a 2012. Do total das receitas de petróleo arrecadadas, as principais são as de Royalties e as Participações Especiais, que são as compensações financeiras extraordinárias devidas pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade. No bimestre, a Receita dos Royalties alcançou R\$ 537,02 milhões (+ 8,5%, + R\$ 42,18 milhões) enquanto a Receita de Participações Especiais foi de R\$ 100,0 milhões (+ 3.376,6%, + R\$ 97,12 milhões) em relação a 2012. Esta diferença deve-se a um complemento da receita devida referente ao período anterior, que por motivos contábeis entraram neste bimestre.

A produção de petróleo do Estado do Rio de Janeiro correspondeu a 72,0% da produção nacional no 4º bimestre de 2013.

Em relação à produção de Petróleo, houve diminuição da mesma em relação ao mesmo período de 2012 (- 5,3%), porém a queda foi amortizada pelo aumento de 11,1% da taxa de câmbio e também pelo preço do *Brent*, que teve um ligeiro crescimento (1,5% em relação a 2012).

Apesar da queda da produção bimestral, a produção de petróleo no Estado do Rio de Janeiro, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis¹⁶, correspondeu a 72,0% do total da produção Nacional.

Tabela 19

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (NOV - AGO)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
Produção (milhões de m³)	14,95	14,16	-5,3%	75,90	70,33	-7,3%
Brent (US\$)	107,99	109,61	1,5%	111,53	108,30	-2,9%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,03	2,26	11,1%	1,89	2,08	10,1%

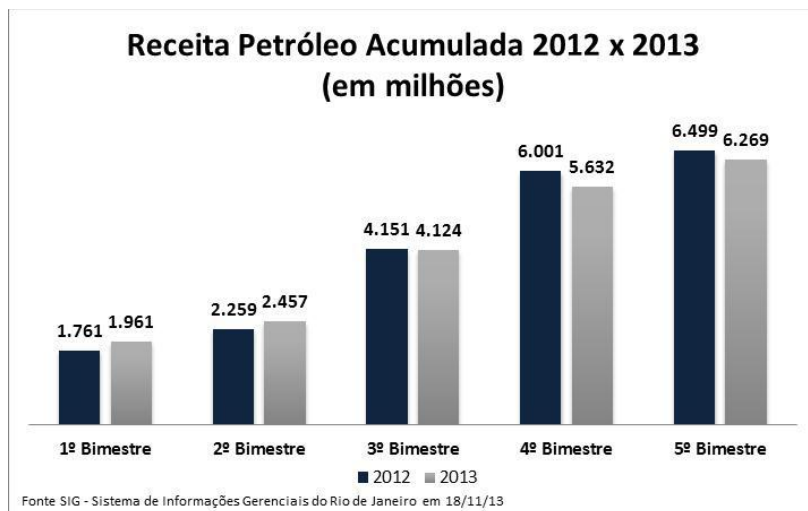
Fonte: Energy Information Administration - EIA, 2012.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 5º bimestre são apresentados os dados de produção do 4º bimestre de 2013.

¹⁶ Segundo dados estatísticos do site da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis www.anp.gov.br

Na receita acumulada do Petróleo de R\$ 6.269,42 milhões observa-se uma queda de 3,5% (- R\$ 230,04 milhões) em comparação a 2012. No acumulado, a despeito do resultado bimestral, a Receita dos Royalties teve uma ligeira retração quando comparada ao acumulado de 2012 (-1,2%, -R\$ 28,53 milhões), assim como a Receita de Participações Especiais que também foi menor que no período anterior (-9,9%, -R\$ 398,48 milhões). Já a Receita do FEP apresentou um aumento de 1,8% em relação ao ano anterior, alcançando R\$3,25 milhões em 2013.

Gráfico 22



A Receita dos Certificados Financeiros do Tesouro não geraram receita em 2013 devido à antecipação feita em 2012, ocasionando uma variação de R\$133,76 milhões no período.

– **CFT's:** Como já explicado em edições anteriores, os Certificados Financeiros do Tesouro não geraram receita para o Estado em 2013, uma vez que a totalidade da receita foi antecipada para 2012 explicando a alta receita neste ano e sua nulidade naquele.

– **Aplicações Financeiras:** as aplicações financeiras, no quinto bimestre, aumentaram 50,8% frente a 2012 (+ R\$ 41,77 milhões), totalizando R\$ 123,97 milhões. Este aumento tem como um dos fatores o aumento da taxa SELIC entre 2012 (7,25% a.a.) e 2013 (9,5% a.a.)¹⁷. Além disso, destaca-se o aumento nas contas Remuneração de Depósitos Bancários e na conta Receita Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados. Já no acumulado, observa-se que, até Outubro, as receitas provenientes das Aplicações Financeiras arrecadaram R\$ 510,20 milhões representando um crescimento de 8,2% em relação ao acumulado em 2012 (+ R\$ 38.67 milhões).

¹⁷ Segundo dados do Banco Central do Brasil www.bcb.gov.br

IV. I.3 Demais Receitas Correntes
Bimestre: R\$ 721,85 milhões / - 32,8%
Acumulado: R\$ 4.200,89 milhões / + 16,0%
Tabela 20
DEMAIS RECETAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012-2013.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
DEMAIS RECETAS CORRENTES	1.073,95	721,85	-32,8%	3.621,18	4.200,89	16,0%
Receita de Contribuições	171,58	231,92	35,2%	912,56	1.182,36	29,6%
Receita Agropecuária	-0,03	0,05	-250,1%	0,12	0,10	-17,3%
Receita Industrial	16,28	30,57	87,7%	16,42	144,27	778,7%
Receita de Serviços	69,53	64,87	-6,7%	311,12	315,74	1,5%
Multas e Juros de Mora	85,01	104,69	23,1%	462,02	503,49	9,0%
Indenizações e Restituições	475,21	50,98	-89,3%	603,23	246,79	-59,1%
Dívida Ativa	125,71	107,42	-14,6%	522,70	612,67	17,2%
Receitas Diversas	130,66	131,36	0,5%	793,02	1.195,47	50,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/11/2013.

As Demais Receitas Correntes tiveram redução de 32,8% (- R\$ 352,10 milhões) no quinto bimestre em relação a 2012, influenciadas, principalmente, pela grande queda na Receita de Indenizações e Restituições (- R\$ 424,23). Ainda assim, ressalta-se o crescimento de 35,2% (+ R\$ 60,34 milhões) das Receitas de Contribuições.

No acumulado, por sua vez, ocorreu um aumento de 16,0% (+ R\$ 579,70 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, suportado pelas Receitas Diversas (+ R\$ 402,45 milhões), Receitas de Contribuições (+ R\$ 269,79 milhões) e Receita Industrial (+ R\$ 127,85 milhões).

– **Receitas de Contribuições:** Houve aumento de R\$ 60,34 milhões (+ 35,2%) em relação ao mesmo período do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 231,92 milhões no bimestre, influenciada principalmente pelas Contribuições de Servidores Ativos Civis (R\$ 139,47 milhões), Contribuições de Servidores Inativos Civis (R\$ 35,01 milhões) e Contribuições de Servidores Ativos Militares (R\$ 26,64 milhões).

O acumulado mostrou um aumento de 29,6% (+ R\$ 269,79 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, totalizando R\$ 1.182,36 milhões, justificado também pelas arrecadações de Contribuições de Servidores Ativos Civis (R\$ 696,13 milhões), Contribuições de

Servidores Inativos Civis (R\$ 171,40 milhões), Contribuições de Servidores Ativos Militares (R\$ 142,14 milhões) e pelas contribuições de Pensionistas Civis (R\$ 67,20 milhões) e Contribuições para o Fundo de Saúde dos Militares (R\$ 68,87 milhões).

– **Receita Industrial:** Houve aumento de R\$ 14,28 milhões (+ 87,7%) em relação ao mesmo período do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 30,57 milhões no bimestre, em que predominou a arrecadação em Receitas de Indústrias de Produtos Farmacêuticos e Veterinários (R\$ 30,48 milhões).

O acumulado mostrou um aumento de 778,7% (+ R\$ 127,85 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, totalizando R\$ 144,27 milhões, justificado pelos motivos citados anteriormente, em que a arrecadação em Receitas de Indústrias de Produtos Farmacêuticos e Veterinários chegou a R\$ 143,96 milhões.

– **Receitas Diversas:** Comparativamente ao mesmo bimestre de 2012, houve um pequeno aumento de 0,5% (+ R\$ 0,70 milhões), totalizando R\$ 131,36 milhões no bimestre.

No acumulado, registrou-se um acréscimo de 50,7%, que corresponde a um aumento de R\$ 402,45 milhões em relação ao mesmo período de 2012, reflexo, ainda, da receita extraordinária relativa à venda de folha do BERJ ao Banco Bradesco, em julho de 2013, como explicado na análise bimestral do boletim anterior.

– **Indenizações e Restituições:** Apresentaram um decréscimo de R\$ 424,23 milhões (- 89,3%) no bimestre em relação ao mesmo período de 2012, atingindo um valor de R\$ 50,98 milhões.

No acumulado, houve um decréscimo de 59,1% (- R\$ 356,44 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, reflexo ainda do estorno realizado em julho relacionado a um lançamento de junho de 2013, em Receitas Diversas, relativo à venda da Folha do BERJ para o Bradesco no valor de R\$ 500,00 milhões.

– **Dívida Ativa:** Apresentaram um decréscimo de R\$ 18,29 milhões (- 14,6%) no bimestre em relação ao mesmo período de 2012, atingindo um valor de R\$ 107,42 milhões, principalmente devido à redução da arrecadação da Dívida Ativa Tributária referente à Cota-Parte do Estado da Dívida Ativa-ICMS e da Cota-Parte dos Municípios da Dívida Ativa-ICMS, inscritas após 1997.

No acumulado, registrou-se um acréscimo de 50,7%, que corresponde a um aumento de R\$ 402,45 milhões em relação ao mesmo período de 2012, reflexo, ainda, da receita extraordinária relativa à venda de folha do BERJ ao Banco Bradesco, em julho de 2013.



No acumulado, a influência negativa da arrecadação do bimestre não foi sentida, observando-se um acréscimo de 17,2% (+ R\$ 89,97 milhões) em relação ao mesmo período de 2012.

IV.I.3.1 Receita de Transferências

Bimestre: R\$ 943,46 milhões / +1,5%
Acumulado: R\$ 4.748,34 milhões / + 1,8%

Tabela 21

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	929,62	943,46	1,5%	4.666,54	4.748,34	1,8%
Transferências da União	490,77	480,60	-2,1%	2.456,28	2.500,06	1,8%
FPE	121,83	136,12	11,7%	765,86	825,60	7,8%
IPI Exp	132,28	141,82	7,2%	619,56	679,67	9,7%
IOF	0,01	0,01	19,9%	0,03	0,04	18,7%
CIDE	2,94	0,00	0,0%	57,25	2,93	-94,9%
SUS	138,29	107,11	-22,5%	494,41	514,75	4,1%
Salário Educação	63,83	66,50	4,2%	327,19	344,74	5,4%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	71,48	71,48	0,0%
Outras Transf. da União	17,29	14,74	-14,7%	120,49	60,85	-49,5%
FUNDEB	403,45	440,85	9,3%	2.071,14	2.161,03	4,3%
Convênios	35,39	21,19	-40,1%	138,61	86,35	-37,7%
Outras Transf. Corr.	0,01	0,83	6494,2%	0,51	0,90	74,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais em 18/11/2013

As Receitas de Transferências apresentaram aumento bimestral de 1,5% (+ R\$ 13,84 milhões), em comparação com o mesmo bimestre de 2012. A manutenção do crescimento positivo, embora tímido, é derivado das receitas do FUNDEB, suficientes para fazer frente à queda das transferências da União, em especial, das Transferências do SUS. O acumulado até outubro totalizou R\$ 4.748,34 milhões, o que representou um aumento de 1,8% (+ R\$ 81,79 milhões) em relação ao ano passado. O pequeno crescimento é devido à frustração de importantes transferências da União ocorridas em 2012 e que não se repetiram em 2013 como as da CIDE as do FEX (Outras Transferências da União) e as de Convênios.

O crescimento acumulado de 4,3% (+ 89,89 milhões) das receitas do FUNDEB foi o principal responsável por manter o aumento das Receitas de Transferências (+ 1,8%, + R\$ 81,79 milhões) apesar da não realização de determinadas receitas advindas da União.

Gráfico 23

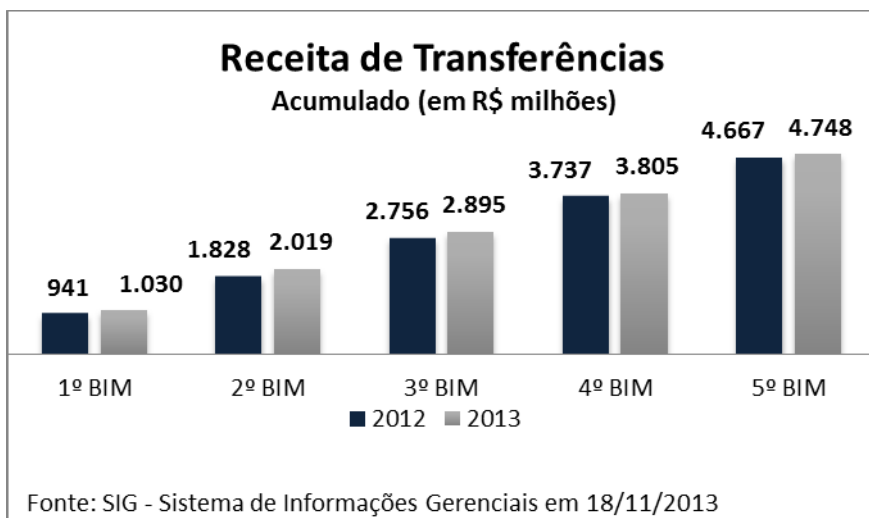
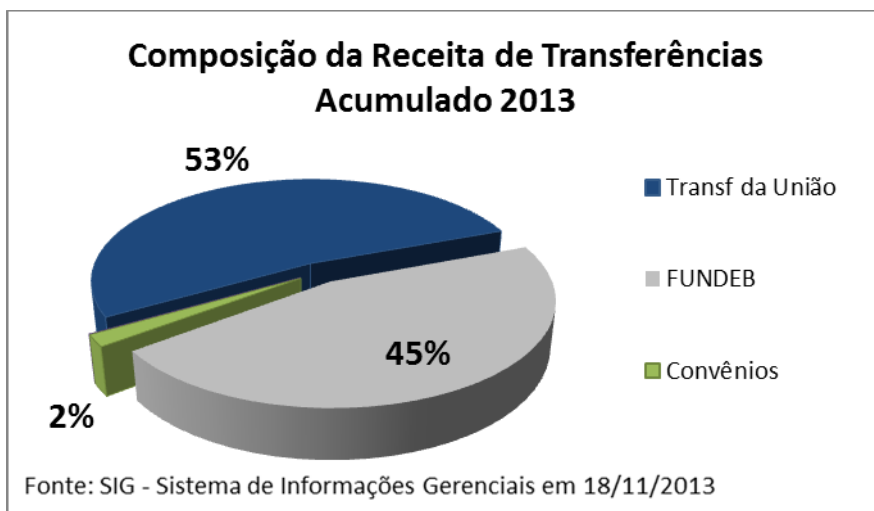
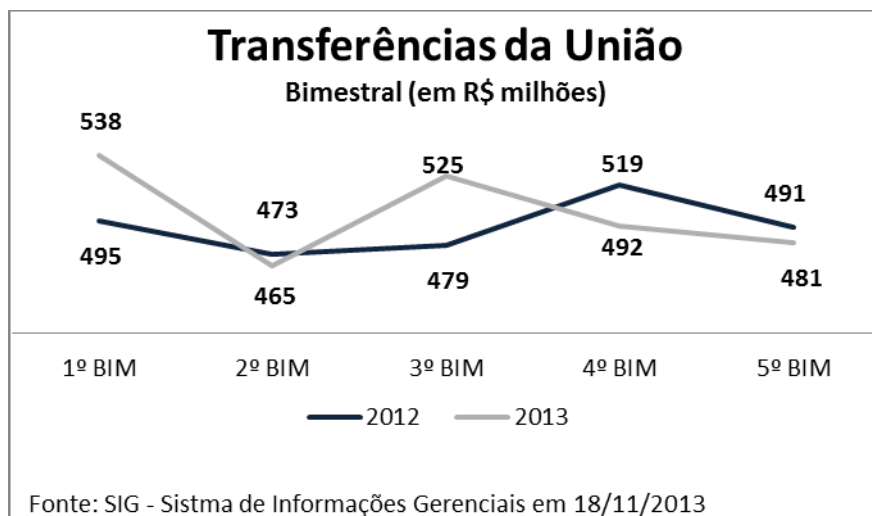


Gráfico 24



IV.I.3.2 Transferências da União

Gráfico 25

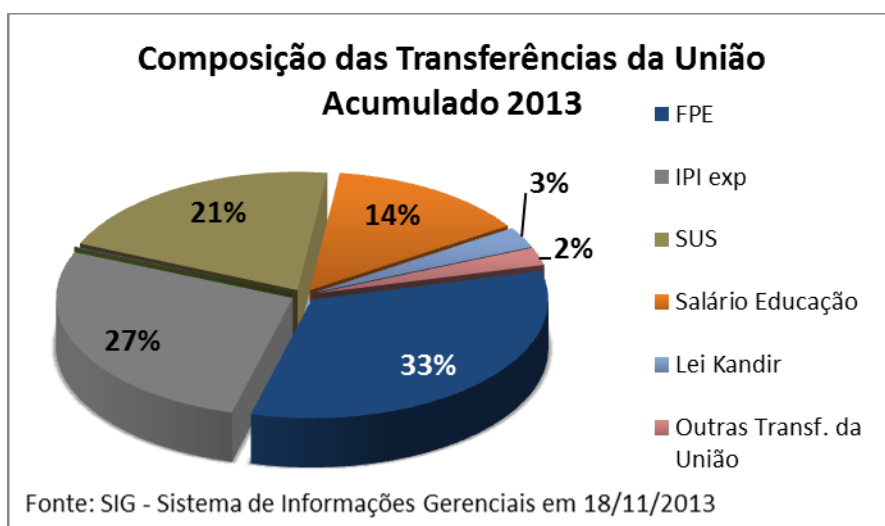


Apesar do efeito negativo no 5º bimestre de 2013, que apresentou queda de R\$ 10,17 milhões (- 2,1%) em relação ao ano anterior, as transferências da União apresentaram resultado acumulado favorável de 1,8% (+R\$ 43,78 milhões), totalizando R\$ 2.500,06 milhões.

No bimestre, destacaram-se positivamente as transferências do FPE, e as do IPI-Exportação, Contudo, tais acréscimos foram anulados pela redução nas transferências do SUS. .

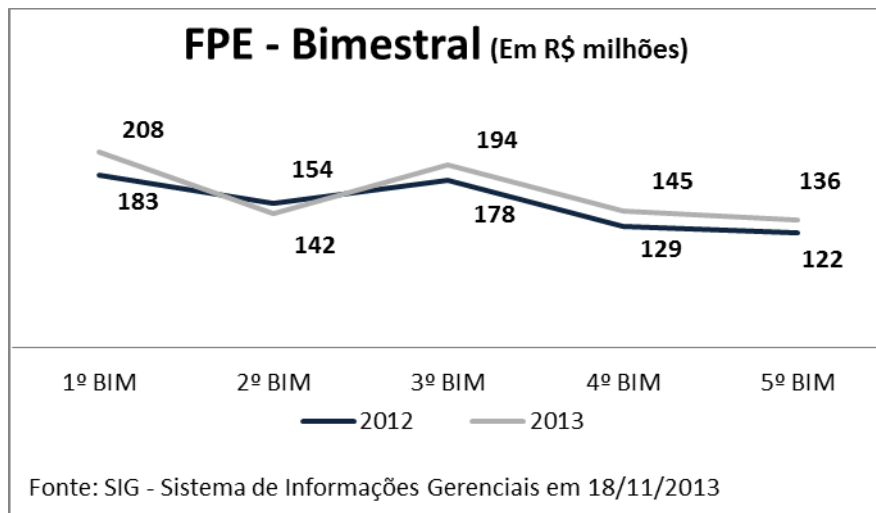
No acumulado, o crescimento tornou-se possível pelo desempenho do FPE e do IPI-Exportação, ainda que houvesse exclusão da quase totalidade dos recebimentos de CIDE e da queda de Outras Transferências da União em 2013.

Gráfico 26



– FPE¹⁸: O resultado do 5º bimestre dos recursos do FPE repetiu o bom desempenho do bimestre anterior e superou em 11,7% (+ 14,29 milhões) o mesmo bimestre de 2012.

Gráfico 27



Este resultado positivo é reflexo do aumento na arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) pela União. Os dados referentes ao IPI serão objeto de análise no item IPI-Exportação.

Em relação ao IR, o crescimento do resultado bimestral deve-se, em primeiro lugar, à arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) das Entidades Não-Financeiras que aumentaram 10,96% (+ R\$ 1.763 milhões) em relação ao mesmo período de 2012.

Tal resultado é explicado pelos pagamentos efetuados, no mês de outubro, por empresas submetidas ao regime da estimativa mensal, segundo o boletim Análise da Arrecadação das Receitas Federais de setembro e outubro de 2013, publicado pela Receita Federal.

Também obteve bom desempenho neste bimestre a parcela referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) – notadamente sobre os Rendimentos de Capital com aumento de 27,90% (+ R\$ 1.021 milhões). Este item deve seu resultado às variações nominais nos fundos de renda fixa e à reclassificação de alguns códigos de receita relativos à tributação dos rendimentos de fundos de previdência

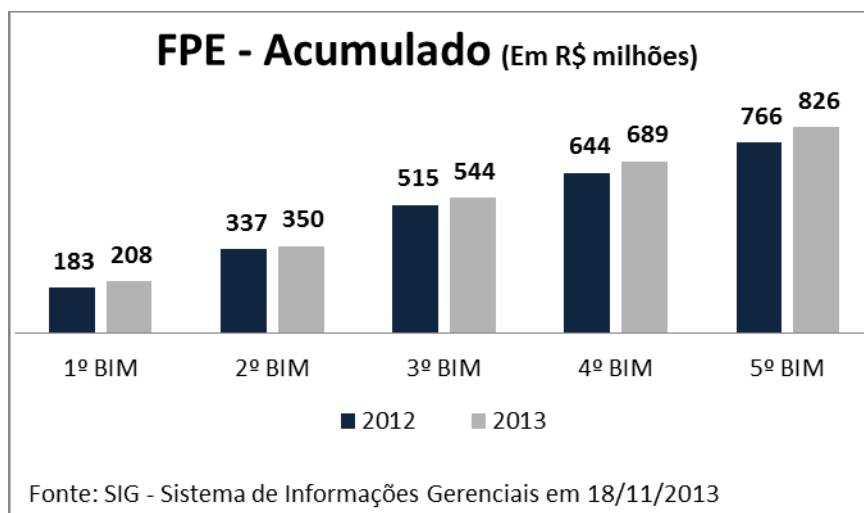
¹⁸ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de setembro e outubro de 2013, Receita Federal.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2013/Analismensalset13.pdf>

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2013/Analismensalout13.pdf>

privada, do IRRF Trabalho para o IRRF Capital e dos juros sobre o capital próprio (setembro). Por último, o item IRRF – Rendimentos de Residentes no Exterior igualmente apresentou acréscimo (+ 38,74% / R\$ 913 milhões), devido ao aumento nos rendimentos do trabalho no exterior, royalties e assistência técnica e juros sobre o capital próprio (setembro).

Gráfico 28

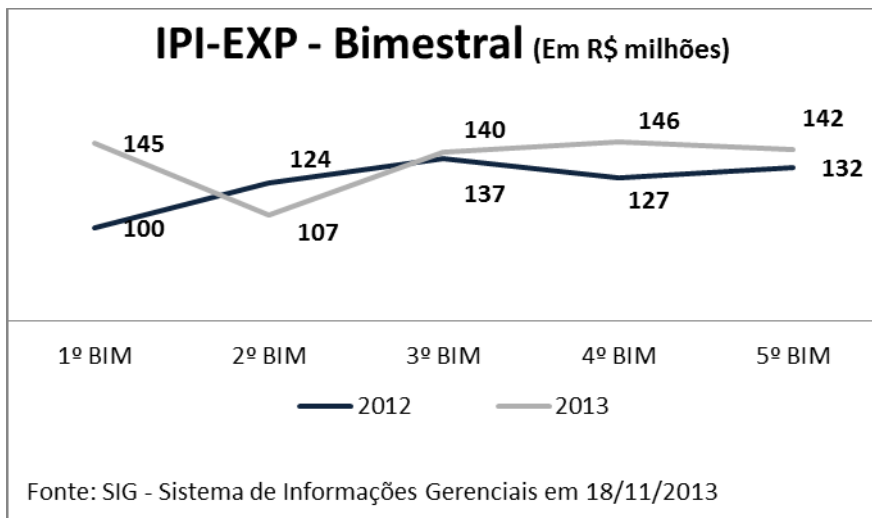


O acumulado do FPE em 2013 já supera o do ano passado em R\$ 59,74 milhões, o que representa um aumento de 7,8% em valores nominais, alcançando R\$ 825,60 milhões. Tal resultado foi conseguido, mais uma vez, devido à arrecadação do Imposto de Renda (IR), principalmente o IRPJ, cujo desempenho foi atingido pelo crescimento na arrecadação do imposto pago por estimativa mensal.

Também contribuíram para o resultado do IR a arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), notadamente Rendimentos do Trabalho – decorrente da variação nominal da massa salarial habitual – e Rendimentos de Residentes no Exterior – com acréscimos em rendimentos do trabalho de residentes no exterior e royalties e assistência técnica.

-IPI-EXP: Esta fonte de recursos apresentou um crescimento bimestral de 7,2% (+ 9,54 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano passado. Tal aumento colaborou para o bom desempenho do resultado acumulado de 2013 frente ao de 2012 (+ 9,7%/ + R\$ 60,11 milhões).

Gráfico 29

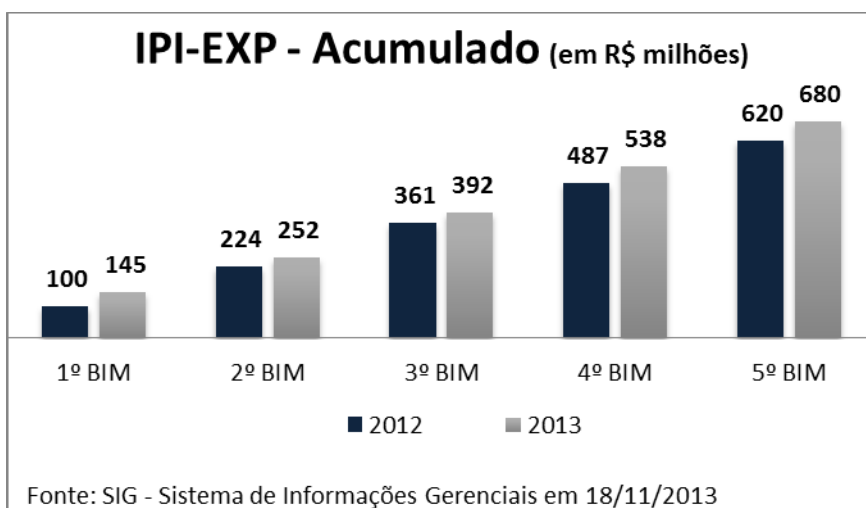


Os segmentos que concorreram para o crescimento bimestral do IPI foram o IPI Fumo, IPI Vinculado à Importação, IPI Automóveis e Outros.

O Decreto 7.555/11 foi determinante no crescimento da arrecadação do IPI-Fumo, pois aumentou as alíquotas do imposto, além de elevar o preço mínimo do maço de cigarros. O IPI- Automóveis reflete a recomposição parcial de alíquotas para os fatos geradores ocorridos a partir de janeiro de 2013. Já o IPI-Outros deve seu resultado ao crescimento da produção industrial em setembro com efeitos em outubro. Quanto ao IPI- Vinculado à Importação, seu acréscimo é decorrência da elevação na taxa de câmbio e o crescimento no volume das importações em dólar, apesar da redução na sua alíquota média.

O aumento na arrecadação do IPI-Fumo é decorrente do Decreto 7.555/11 que estabeleceu alíquotas e preços mínimos maiores a partir de janeiro de 2013.

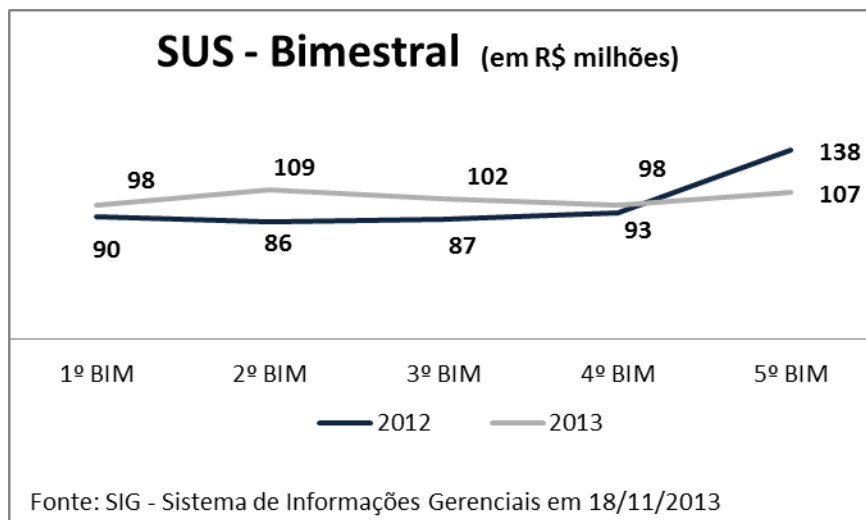
Gráfico 30



No acumulado, o crescimento do IPI deveu-se ao IPI Fumo (Decreto 7.555 de 19 de agosto de 2012) e IPI Outros (crescimento da produção industrial). Vale ainda mencionar o desconto a título de restituições (no valor de R\$ 2.480,35 milhões) em janeiro de 2012, o que fez reduzir expressivamente a arrecadação líquida de IPI da União e o consequente repasse aos Estados, distorcendo a base de comparação. Esta redução atípica em 2012 acaba por não retratar o tímido crescimento do IPI em 2013, principalmente do IPI-Vinculado à Importação (queda na alíquota média efetiva) e do IPI-Automóveis (alteração na tabela de incidência para os fatos geradores a partir de maio de 2012).

-SUS: As Transferências do SUS sofreram um decréscimo de 22,5% (- R\$ 31,18 milhões) em relação ao mesmo bimestre de 2012. A queda concentrou-se nos repasses para o Programa Teto Estadual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar. Apesar disso, o resultado acumulado ainda apresenta resultado favorável de 4,1% (+ R\$ 20,34 milhões) devido ao crescimento dos Repasses Fundo a Fundo do Sistema Único de Saúde e destinados, principalmente, ao mesmo Programa citado anteriormente.

Gráfico 31



-CIDE: O decreto 7.764/12 que entrou em vigor a partir do dia 25 de junho de 2012 reduziu a zero as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus

A queda de R\$ 54,32 milhões na CIDE ao longo do ano demonstra o impacto da desoneração da União nas receitas estaduais.

derivados, e álcool etílico combustível. Isso justifica a ausência de repasse dessa transferência no bimestre.

No acumulado, evidencia-se os efeitos de tal decreto, tendo a CIDE redução de R\$ 54,32 milhões (- 94,9%) O valor da receita de R\$ 2,93 milhões no acumulado é residual.

- OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO: Com arrecadação de R\$ 14,74 milhões no bimestre, esta receita apresentou redução de 14,7% (- R\$ 2,55 milhões) em relação ao mesmo período de 2012. A queda concentrou-se nas transferências diretas do FNDE. De outra forma, uma receita atípica no mês de julho de 2012 na conta Outras Transferências Diretas do FNDE foi a principal responsável por retratar uma queda no acumulado de 49,5% (- R\$ 59,64 milhões), em comparação com os cinco primeiros bimestres de 2012.

- FUNDEB

O crescimento das receitas do FUNDEB no bimestre (+9,3% / + R\$ 37,40 milhões) refere-se à composição do ICMS nas receitas do fundo que, dado seu resultado favorável reverteu as quedas dos dois bimestres anteriores e contribuiu para que o acumulado alcançasse R\$ 2.161,03 milhões, superando em R\$ 89,89 milhões (+4,3%) o acumulado do ano passado.

- CONVÊNIOS

As receitas de Convênios neste bimestre repetiram a tendência de queda (- 40,1%) dos bimestres anteriores em relação aos mesmos períodos do ano passado e acentuaram a variação negativa do acumulado (-37,7%). Nesse bimestre, merece destaque a queda na conta de Transferências de Convênios de Instituições Privadas. O resultado acumulado atingiu R\$ 86,35 milhões e já é R\$ 52,26 milhões menor (- 37,7%) que o acumulado do ano anterior.

Sob essa análise, destaca-se a redução de receitas nas contas Outras Transferências de Convênios da União, nos itens do Instituto Vital Brazil S.A., Secretaria de Estado de Segurança, Secretaria de Estado do Ambiente e a conta Transferência de Convênios de Instituições Privadas, no item Subsecretaria de Comunicação Social.

IV.II Receitas de Capital

Bimestre: R\$ 1.785,04 milhões / +1.183,1%
Acumulado: R\$ 7.526,33 milhões / + 270,5%

Tabela 22

RECETA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012-2013.

(R\$ milhões)

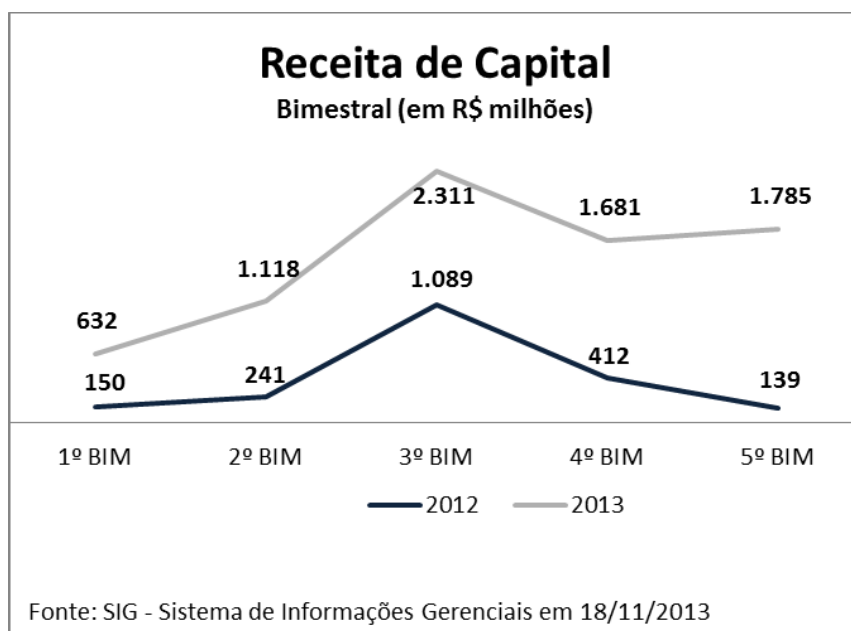
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2012	2013		2012	2013	
RECETAS DE CAPITAL	139,12	1.785,04	1.183,1%	2.031,64	7.526,33	270,5%
Operações de Crédito	57,33	44,41	-22,5%	1.471,06	3.281,73	123,1%
Alienação de Bens	2,03	1.665,13	82.006,8%	19,45	3.671,60	18.776,1%
Amortiz. de Empréstimos	40,13	31,62	-21,2%	180,77	193,42	7,0%
Transf. de Capital	39,51	43,89	11,1%	360,16	379,58	5,4%
Outras Rec. de Capital	0,13	0,00	-100,0%	0,19		-100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 18/11/2013.

Valores Nominais

As Receitas de Capital apresentaram aumento bimestral atípico de 1.183,1% (+ R\$ 1.645,92 milhões), em relação ao mesmo bimestre do ano passado. A conta que mais contribuiu para tal resultado foi Alienação de Bens devido ao valor auferido de R\$ 1.665,13 milhões.

Gráfico 32



No acumulado, as Receitas de Capital já acumulam um crescimento de 270,5% (+ R\$ 5.494,69 milhões) em relação a 2012. Esse desempenho é, mais uma vez, resultado do aumento das receitas de Alienação de Bens além das receitas provenientes de Operações de Crédito.

A receita de Alienações de Bens apresentou crescimento bimestral expressivo de 82.006,8% (+ R\$1.663,10 milhões). Tal atipicidade é explicada pelo ingresso financeiro da receita proveniente do RIOPREVIDÊNCIA, no valor de R\$ 1.000,00 milhões em setembro e R\$ 400 milhões em outubro

Também contribuiu para o bom desempenho da conta Alienação de Bens a receita de privatização referente à segunda parcela do preço de oferta do BERJ no valor de R\$ 265,10 milhões no mês de setembro.

No acumulado, essa conta apresentou aumento de 18.776,1% (+ R\$ 3.652,15 milhões). Esse resultado é explicado pelo ingresso financeiro da receita proveniente da Venda de Títulos do RIOPREVIDÊNCIA já citado anteriormente.

A conta Transferências de Capital obteve, no bimestre, acréscimo de 11,1% (+ R\$ 4,38 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, o que contribuiu para que o acumulado apresentasse um aumento de 5,4% (+ R\$ 19,41 milhões). Tal desempenho no acumulado em 2013 foi obtido pelo fluxo de recursos oriundos do PAC no valor de R\$ 280,83 milhões - o que representa um aumento de 45,5% (+ R\$ 91,74 milhões) em relação a 2012. Os recursos do PAC influenciaram também o resultado bimestral, juntamente com a conta de Transferências de Outros Convênios dos Municípios.

A redução de 22,5% (- R\$ 12,92 milhões) nas Receitas de Operações de Crédito neste bimestre em relação ao mesmo período do ano passado não afetou o bom desempenho do acumulado de 2013, que já atingiu R\$ 3.281,73 milhões. A queda bimestral concentrou-se nas contas Metro Linha 4 e Programa Estadual de Transportes. O resultado acumulado representa um aumento de 123,1% (+ R\$1.810,67 milhões) em relação ao acumulado de 2012. Esse desempenho é resultante das operações de crédito que objetivam

A venda de títulos do RIOPREVIDÊNCIA garantiu a entrada bimestral de R\$ 1,4 bilhões na Receita de Alienação de Bens.



financiar programas de governo, sendo os mais expressivos Pro-Cidades II¹⁹, Metro Linha 4 Fase II e PROCOI²⁰.

¹⁹ A operação de crédito realizada para o Programa de Melhoria da Infra Estrutura do Estado do Rio de Janeiro para Grandes Eventos – PRÓ-CIDADES II/RJ destina-se a complementar os recursos para as seguintes intervenções: Mobilidade Urbana (Linhas 3 e 4 do Metrô, Asfalto e Estação Ferroviária do Maracanã), Segurança Pública, Cultura, Saúde Pública, Educação, Defesa Civil e Saneamento Básico.

²⁰ Os recursos resultantes da operação de crédito referente ao Programa Coordenado de Investimentos – PROCOI destinam-se a complementar os recursos para a realização das obras de infraestrutura viária da Fundação Departamento de Estradas e Rodagem (DER-RJ), do Programa Pró-Moradia, Reforma e Adequação do Estádio do Maracanã, de recuperação do Complexo Lagunar de Jacarepaguá e da Construção de Unidades de Segurança Pública.

V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

Até o 5º bimestre, conforme apresentado na Tabela 23, foram liquidados R\$ 53,33 bilhões em despesas pelo ERJ, incluindo as intraorçamentárias: R\$ 48,73 bilhões no âmbito do Poder Executivo e R\$ 4,60 bilhões inerente aos demais Poderes e ao Ministério Público Estadual.

A dotação atual, despesa autorizada inicialmente na peça orçamentária adicionada às suplementações realizadas ao longo do exercício, alcançou o valor de R\$ 80,08 bilhões, estando ainda contingenciados R\$ 1,64 bilhão, a fim de manter o equilíbrio da equação orçamentária.

A tabela a seguir evidencia a despesa total do Estado, detalhando, o Poder Executivo dos demais Poderes.

Até outubro, já foram liquidados R\$ 53,33 bilhões, considerando as despesas intraorçamentárias. Desse montante, R\$ 48,73 bilhões (91,4%) foram executados pelo Poder Executivo.

Tabela 23

R\$ Milhões

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - JAN A OUT 2013							
PODER EXECUTIVO							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2012	DESPESA SEM INTRA	56.436	62.449	1.845	60.604	45.614	43.606
	DESPESA INTRA	2.351	2.128	0	2.128	1.748	1.695
	DESPESA TOTAL	58.787	64.577	1.845	62.732	47.362	45.301
2013	DESPESA SEM INTRA	64.691	71.126	1.635	69.491	49.779	46.495
	DESPESA INTRA	2.694	2.876	0	2.876	2.456	2.233
	DESPESA TOTAL	67.386	74.002	1.635	72.367	52.234	48.728
OUTROS PODERES							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2012	DESPESA SEM INTRA	4.854	5.391	0	5.391	4.643	4.002
	DESPESA INTRA	392	432	0	432	341	323
	DESPESA TOTAL	5.246	5.822	0	5.822	4.984	4.325
2013	DESPESA SEM INTRA	4.799	5.511	0	5.511	4.738	4.213
	DESPESA INTRA	555	570	0	570	418	388
	DESPESA TOTAL	5.354	6.081	0	6.081	5.156	4.600

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/11/2013.

V.II Créditos Adicionais

O orçamento 2013 do ERJ fixou, inicialmente, as despesas em R\$ 69,49 bilhões, excluídas as despesas intraorçamentárias e as empresas públicas independentes, CEDAE e Imprensa Oficial. Até outubro, em decorrência de créditos adicionais, a despesa foi ampliada em 10,28%, ou seja, um acréscimo de R\$ 7,15 bilhões.

Este acréscimo ocorreu, principalmente, pelo ingresso de recursos vinculados, que não integravam o orçamento inicial: no âmbito dos recursos do Tesouro, + R\$ 5,29 bilhões, oriundos principalmente de Operações de Crédito contratadas pelo ERJ (R\$ 4,19 bilhões), e nas Demais Fontes de Recursos, + R\$ 1,85 bilhão, dos quais R\$ 709 milhões provenientes de Convênios e R\$ 1,15 bilhão de outras fontes de recursos - incorporação de superávits financeiros e excesso de arrecadação - conforme indicado na Tabela 24.

Tamanho incremento possibilitou que importantes ações governamentais fossem suplementadas, como é o caso da "Implementação de Novas Metroviárias", responsável pela construção da Linha 4 do Metrô que recebeu mais R\$1,70 bilhão conforme apresentado na Tabela 25.

A ação de Implantação do Arco Metropolitano recebeu créditos no total de R\$ 504,42 milhões dos quais R\$ 313,97 milhões oriundos de Convênio com o Governo Federal/PAC.

As ações de Implantação de Projetos de Infraestrutura, com R\$ 488,57 milhões, e Reforma do Complexo do Maracanã, R\$ 452,36 milhões, também sofreram considerável aumento no período.

Tabela 24
Alterações no Orçamento 213

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A OUT 2013			
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUAL
TESOURO	49.869	5.292	55.161
OP. CRÉDITO	6.092	4.194	10.286
DEMAIS FONTES	19.622	1.854	21.476
CONVÊNIOS	1.898	709	2.606
OUTRAS	17.724	1.146	18.870
TOTAL	69.491	7.147	76.637

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/11/2013.

Exceto despesas intra-orçamentárias

Tabela 25

Alterações Orçamentárias – Principais Ações

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A AGO 2013		
PRINCIPAIS AÇÕES	FR	CRÉDITOS ADICIONAIS
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	Oper. Crédito	1.703
	Oper. Crédito	79
	Convênios	314
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	Impostos	111
	TOTAL	504
	Oper. Crédito	497
Implantação de Projetos de Infraestrutura	Impostos	-8
	TOTAL	489
	Impostos	150
Reforma do Complexo do Maracanã	Oper. Crédito	302
	TOTAL	452
SUBTOTAL		3.149
OUTRAS DEMANDAS		3.998
TOTAL		7.147

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/11/2013.

Exceto despesas intra-orçamentárias

V.III Despesas por Fontes

Até o 5º bimestre, as despesas custeadas com Recursos do Tesouro atingiram 69,6% (R\$ 35,28 bilhões). Esse montante foi financiado principalmente com Recursos Provenientes de Impostos (Fonte 00), responsável por R\$ 24,46 bilhões da despesa liquidada no período.

Quando comparada ao mesmo período de 2012, verifica-se um crescimento de 4,2% (+R\$ 1,43 bilhão) nos Recursos do Tesouro. Nas Outras Fontes, a execução até o bimestre foi maior em 12,1% (+R\$ 1,67 bilhão), justificado basicamente pelo pagamento de inativos e pensionistas na FR 10 – arrecadação própria.

Discriminando melhor as despesas liquidadas pelo ERJ a partir dos Recursos do Tesouro, constata-se que algumas fontes de recursos apresentaram relevante crescimento, quando comparadas a igual período do último exercício: as Operações de Crédito (FR 11), +R\$ 1,05 bilhão; Royalties e Participação Especial do Petróleo (FR 04), +R\$ 602,92 milhões; Recursos não Provenientes de Impostos (FR 01), +R\$ 308,37 milhões; e FECP - Adicional do ICMS (FR 22), +R\$ 206,46 milhões.

O Gráfico 33 demonstra a participação dessas fontes na composição dos Recursos do Tesouro.

Tabela 26

Despesas por FR

R\$ Milhões

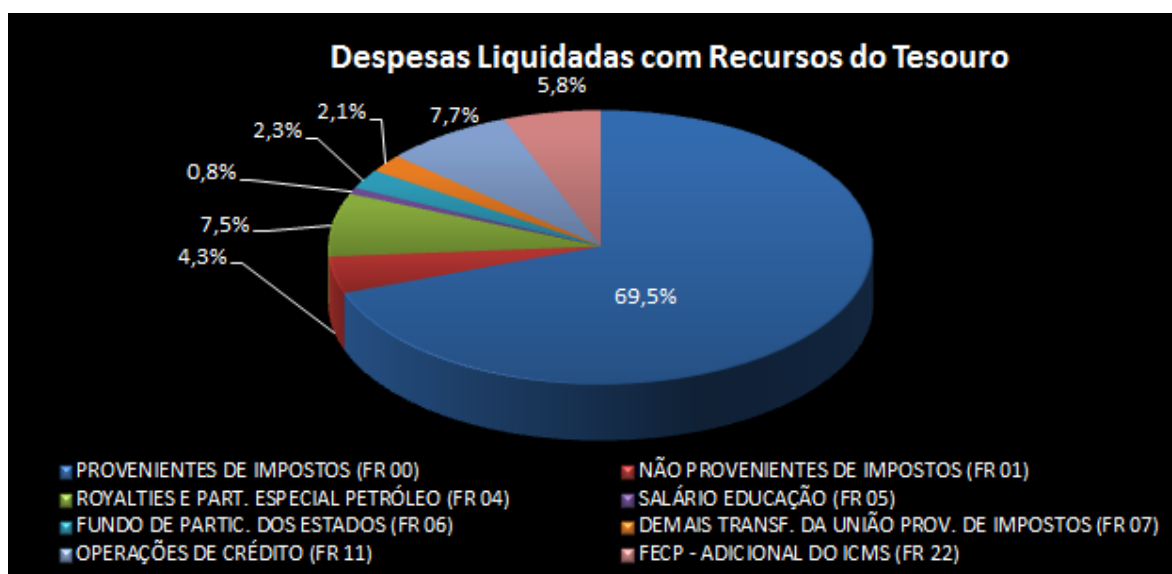
DISCRIMINAÇÃO	JAN A OUT		Variação %
	2012	2013	
RECURSOS DO TESOURO	33.852	35.285	4,2%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	13.756	15.422	12,1%
TOTAL	47.607	50.706	6,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/11/2013.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Gráfico 33



Diante do significativo esforço do Estado na captação de recursos para financiar os investimentos que vem sendo realizados, a Tabela 27 demonstra as principais ações financiadas com Operações de Crédito (FR 11), com destaque para os seguintes projetos:

- Implantação de Projetos de Infraestrutura: contempla o Programa Bairro Novo, que consiste na implantação de drenagem, abastecimento de água, pavimentação e construção de meios-fios e calçamento de ruas, beneficiando todo o ERJ. Os municípios de Nova Iguaçu, Queimados e São Gonçalo são alguns dos que estão recebendo as obras de reurbanização.
- Implantação do Arco Metropolitano: obra estratégica para o Estado, propiciará a interligação de rodovias federais e a integração de complexos industriais, transformando a Baixada Fluminense em uma grande área logística. Há uma estimativa de que este importante projeto reduza em até 20% o custo do transporte de produtos no Estado.
- Implantação de novas linhas metroviárias: destaque para a construção da Linha 4 do Metrô, que ligará Barra a Ipanema, com percurso previsto para 15 minutos. Essa nova linha transportará a partir de 2016, mais de 300 mil pessoas por dia.

Tabela 27

Ações Financiadas FR 11

EM R\$

Principais Ações Financiadas com Operações de Crédito JAN-OUT 2013	Despesas Liquidadas
<i>Implantação de Projetos de Infraestrutura</i>	296.408.183
<i>Implantação de Novas Linhas Metroviárias</i>	1.501.653.147
<i>Reforma do Complexo do Maracanã</i>	326.098.914
<i>Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ</i>	106.575.617
Implant e Melh da Infraestr Viária – Pró-Vias	60.219.590
Melhoria Transp Copa 2014 e Olimpíadas 2016	49.353.054
Gestão da Frota da PMERJ	39.245.184
Recup Reg. Serrana	39.241.678
Aquisição de Embarcação	38.411.723
Reestr Delegacias Legais e Órg Investigativos	37.233.058
Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	31.607.939
Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	25.613.422
Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	13.025.719
Implantação Biblioteca Pública Estadual-BPE	11.825.522
<i>Demais Ações</i>	289.615.410
TOTAL	2.866.128.159

Programa Bairro Novo



Arco Metropolitano



Linha 4 Barra / Ipanema

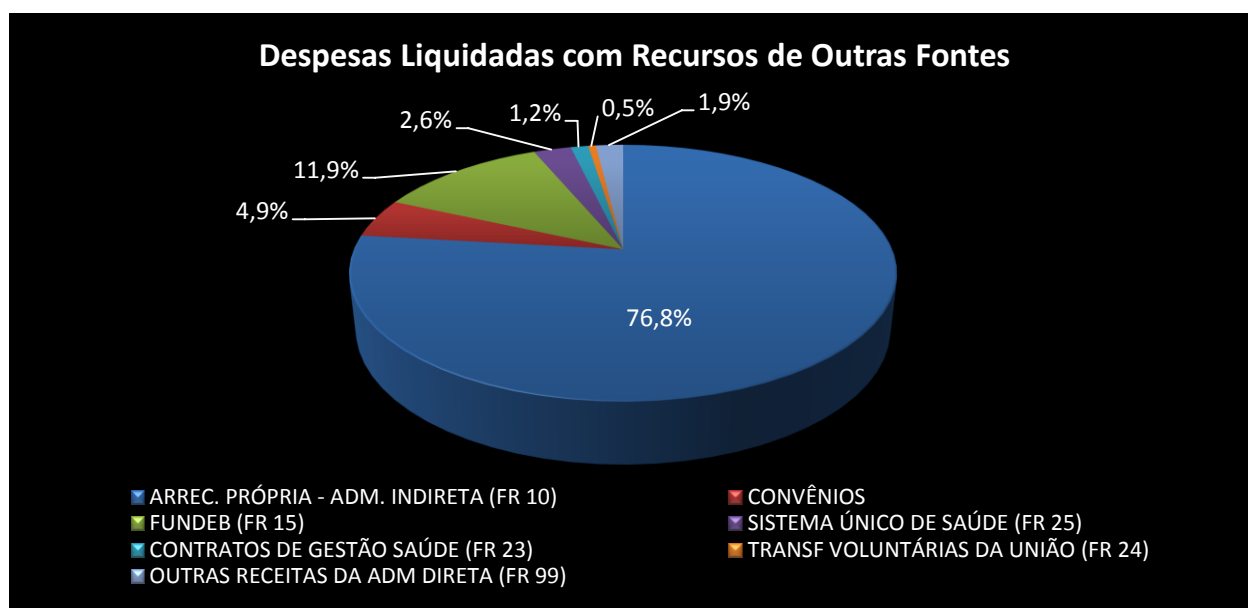


Com relação aos Recursos de Outras Fontes, as despesas liquidadas até outubro somaram R\$ 15,42 bilhões, 12,1% maior do que em 2012 (+R\$ 1,67 bilhão).

A maior participação (76,8%, ou seja, R\$ 11,85 bilhões) ocorreu na FR10 (Arrecadação Própria da Administração Indireta) – basicamente RIOPREVIDÊNCIA no pagamento de inativos e pensionistas – seguida pela FR 15 (FUNDEB – retorno de parcela dos recursos repassados ao Fundo, para aplicação em sua rede de Ensino), R\$ 1,84 bilhão (11,9%).

O gráfico abaixo demonstra a participação dessas fontes. Inclui-se nesta análise as despesas financiadas com a FR 23 - Contratos Intra-Orçamentários de Gestão de Saúde, para pagamento de servidores contratados pela Fundação Saúde (R\$ 192,40 milhões).

Gráfico 34



V.IV Despesas por Grupo

Tabela 28
Despesas por Grupo

R\$ Milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	SET A OUT			JAN A OUT		
		2012	2013	Variação %	2012	2013	Variação %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.598	2.676	3,0%	11.880	13.746	15,7%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	1.999	2.040	2,0%	8.990	10.621	18,1%
	1.2 - OUTROS PODERES	599	636	6,2%	2.891	3.125	8,1%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	454	480	5,7%	2.144	2.349	9,5%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.047	5.802	15,0%	24.695	28.032	13,5%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	1.905	2.177	14,3%	7.546	9.019	19,5%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	1.700	1.963	15,5%	6.710	8.096	20,7%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	205	214	4,3%	836	923	10,4%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	1.803	2.029	12,5%	8.633	9.739	12,8%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	1.339	1.596	19,2%	8.516	9.274	8,9%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)				1.388	1.293	-6,8%
	3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.339	1.596	19,2%	7.128	7.981	12,0%
	SUBTOTAL CORRENTE	8.099	8.958	10,6%	38.720	44.126	14,0%
CAPITAL	FUNDEB	774	938	21,1%	3.905	4.446	13,9%
	4 - INVESTIMENTOS	982	1.131	15,2%	2.995	4.106	37,1%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	893	1.095	22,6%	2.721	3.945	44,9%
	4.2 - OUTROS PODERES	89	36	-59,8%	273	162	-40,9%
	4.3 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS						
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	10	10	1,6%	136	99	-27,8%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	436	518	18,8%	1.852	2.376	28,4%
SUBTOTAL CAPITAL	1.427	1.658	16,2%	4.983	6.581	32,1%	
TOTAL (SEM FUNDEB)		9.526	10.616	11,4%	43.703	50.708	16,0%
TOTAL (COM FUNDEB)		10.301	11.554	12,2%	47.608	55.154	15,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Posição SIG/SIAFEM: 18/11/2013

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

*Em 2013, o cálculo do FUNDEB passou a ser feito por meio de contas redutoras.

- Despesas Correntes Total:
Bimestre 2013: R\$ 8,96 bilhões
Acumulado 2013: R\$ 44,12 bilhões

- Despesas de Capital Total:
Bimestre 2013: R\$ 1,66 bilhão
Acumulado 2013: R\$ 6,58 bilhões

- FUNDEB Total:
Bimestre 2013: R\$ 938 milhões
Acumulado 2013: R\$ 4,45 bilhões

A análise pela ótica da classificação econômica da despesa pública dá visibilidade ao peso que cada Categoria exerce sobre o total aplicado no período.

A Tabela 28, apresentada acima, especifica os gastos realizados por grupo de despesa e por categoria econômica, correlacionando os dados apurados neste 5º bimestre e no acumulado do exercício com os realizados em 2012.

As Despesas Correntes, aqui consideradas as despesas de pessoal, inativos, custeio e as vinculações constitucionais e legais (transferências aos municípios e encargos com a união), excluído o valor do FUNDEB, requereram 87,0% do total liquidado até o momento. O montante aplicado nas Despesas de Capital, basicamente em Investimentos e Amortização da Dívida, correspondeu a 13,0%.

No que tange ao grupo de Despesas Correntes, cabe destacar a significativa participação das Transferências Obrigatórias (repasses

aos municípios, pagamento de encargos com a União assegurados constitucionalmente e pagamento com inativos e pensionistas): crescimento de 8,9% (+R\$ 758,09 milhões) até outubro e, no bimestre, 19,2% (+R\$ 256,94 milhões), reflexo direto do cumprimento legal e da concessão de benefícios salariais ao longo do ano.

As Despesas de Custeio, direcionadas à manutenção das atividades dos órgãos e aos principais programas de Governo, cresceram 14,3% (+R\$ 272,41 milhões) neste 5º bimestre, e 19,5% (+R\$ 1,47 bilhão) no acumulado do ano. Esta variação é fruto das ações desenvolvidas em setores estratégicos do Governo do Estado: saúde pública e transporte público. No âmbito da saúde, destaque para a Implantação do Sistema de Gestão Compartilhada Parcial e Integral nas UPAS e a Contratação de Serviços de Saúde. Na área de transportes, a manutenção do Bilhete Único, relevante ação cujo objetivo é beneficiar grande parte da população carioca com vistas a reduzir o custo diário das passagens (ônibus, barcas, trens e metros).

As Despesas com Investimentos cresceram 37,1% (+R\$ 1,11 bilhão) até outubro, e 15,2% (+R\$ 149,10 milhões) no bimestre, consequência direta do financiamento de ações que visam melhorar a infraestrutura do Estado: implantação de novas linhas de metro; projeto de implantação e melhoria da Infraestrutura Viária; Implantação do Arco Metropolitano; dentre outras.

Nos próximos itens serão discriminados os gastos, as variações e as justificativas ocorridas em cada grupo de despesas.

➤ Despesas de Pessoal

Tabela 29

Despesas de Pessoal - Principais Áreas

R\$ Milhões

ÓRGÃO	SET A OUT		Variação %	JAN A OUT		Variação %
	2012	2013		2012	2013	
Segurança	496	612	23,5%	2.387	3.207	34,3%
Educação	410	415	1,2%	1.915	2.157	12,6%
Saúde	210	176	-16,2%	1.011	969	-4,1%
Defesa Civil	127	170	34,1%	660	862	30,7%
Ciência e Tecnologia	158	175	10,6%	759	856	12,8%
DEMAIS ÁREAS	1.198	1.128	-5,8%	5.148	5.695	10,6%
TOTAL	2.598	2.676	3,0%	11.880	13.746	15,7%

Bimestre 2013: R\$ 2,68 bilhões/ + 2,9%

Acumulado 2013: R\$ 13,75 bilhões/
+15,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 19/11/2013.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

A Tabela 29 detalha as Despesas de Pessoal do ERJ. Nela o valor executado até o 5º bimestre é analisado pelos órgãos que expressaram grande representatividade até o momento.

As áreas da Segurança, Educação, Defesa Civil, Ciência e Tecnologia se destacaram pelas significativas variações apontadas até o bimestre: juntas, liquidaram R\$ 7,08 bilhões, ou seja, 51,5% do total realizado até outubro. Comparando os valores apurados com o executado em 2012, evidencia-se um aumento de R\$ 1,36 bilhão, refletidos, principalmente, nos benefícios concedidos aos servidores e nos reajustes salariais.

A Tabela 30 ao lado detalha a composição dos gastos com pessoal na área de Segurança Pública. No que tange as gratificações disponibilizadas a estes servidores, merece destaque a proveniente de Premiação pelo Cumprimento de Metas, estabelecida pelo Sistema Integrado de metas (SIM), conforme previsto no Decreto N° 41.931/09, a qual é paga a cada semestre. A gratificação consiste em incentivos financeiros pagos aos agentes de segurança pública que alcançarem suas metas e obterem os melhores resultados. Esta premiação é o resultado dos esforços da Secretaria de Estado de Segurança em desenvolver ações de prevenção e controle qualificado do crime, através do SIM.

O SIM foi desenvolvido nas Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) a fim de viabilizar a sinergia das ações nas áreas integradas. Representa, portanto, a busca pelo controle amplo dos resultados alcançados.

No acumulado até o mês Outubro, houve um incremento de R\$ 1,87 bilhão nas despesas de pessoal - um aumento de 15,7% frente ao mesmo período de 2012.

Tabela 30

Despesas de Pessoal da área de Segurança

Em R\$

Despesa de Pessoal	Acumulado JAN-OUT		
	2012	2013	%VAR
Folha de Pagamento	2.355.548.399	3.040.802.466	29,1%
PROEIS	8.773.166	7.790.168	-11,2%
RAS	1.808.349	111.618.222	6072,4%
UPP	21.223.514	46.389.720	118,6%
Total	2.387.353.429	3.206.600.576	34,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Posição SIG/SIAFEM: 18/11/2013

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Além deste mecanismo de valorização, estes agentes públicos contam com certas gratificações mensais que visam à melhoria nos serviços prestados à sociedade: o PROEIS - Programa Estadual de Integração na Segurança, o RAS - Regime Adicional de Serviços, e a gratificação concedida a policiais alocados em Unidades de Polícia Pacificadora (UPP).

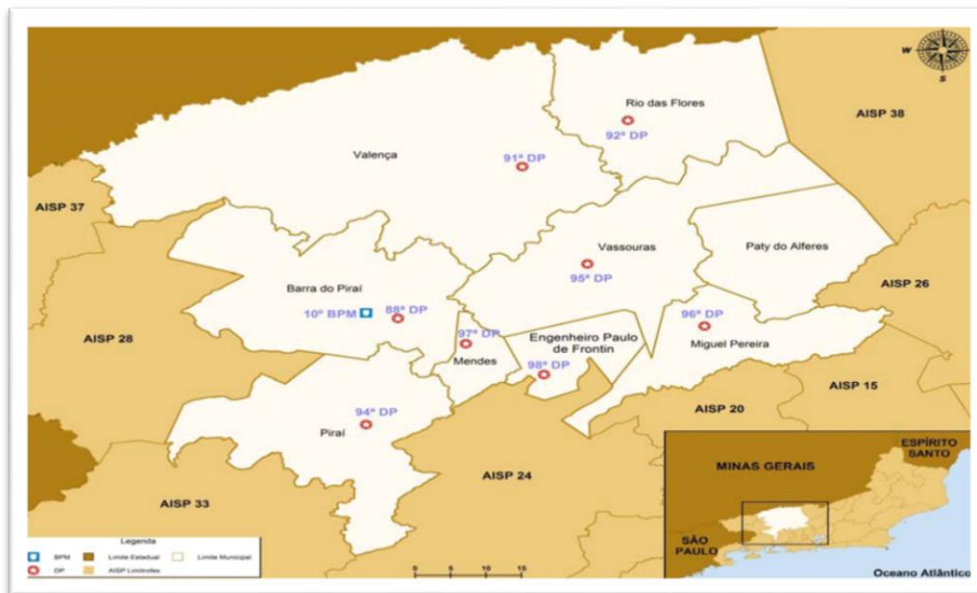
A Tabela 31 ao lado apresenta as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) que receberam a premiação por terem atingido as metas traçadas e por terem alcançado o objetivo de reduzir as ocorrências de homicídios, roubo de veículos e roubo a pedestres.

Destaque para a AISP 10 que recebeu o primeiro lugar por seu alto índice de desempenho.

Tabela 31
Premiação por Meta Cumprida

Prêmiação por Produtividade - Nível ISP		
1ª Colocada - 120%	AISP 10 - contemplando os efetivos lotados no 10º Batalhão da Polícia Militar em Barra do Pirai e no 88º DP em Barra do Pirai, 91º DP em Valença, 92º DP em Rio das Flores, 94º DP em Pirai, 95º DP em Vassouras, 96º DP em Miguel Pereira, 97º DP em Mendes e 98º DP em Eng. Paulo de Frontin.	R\$ 13.500
2ª Colocada - 115,7%	AISP 40 - contemplado os efetivo lotados no 40º Batalhão da Polícia Militar e na 35ª DP, ambos em Campo Grande	R\$ 9.000
3ª Colocada - 114,2%	AISP 23 - contemplando os efeitos lotados no 23º Batalhão da Polícia Militar no Leblon, 14ª DP no Leblon e o 15ª DP na Gávea	R\$ 6.750
Premiação por Cumprimento de Todas a metas - Nível ISP		
AISP 26	Contemplado os efetivo lotados no 26º Batalhão da Polícia Militar em Petrópolis e o 105º DP em Petrópolis, 106º DP em Itaipava.	R\$ 5.064,03
AISP 36	Contemplado os efetivo lotados no 36º BPM em Santo Antônio de Pádua e no 135º DP em Itaocara, 136º DP em Santo Antônio de Pádua, 137º DP em Miracema, 142º DP em Cambuci, e 155º em São Sebastião do Alto.	R\$ 4.912,50
AISP 14	Contemplado os efetivo lotados no 14º BPM em Bangu e no 33º DP em Realengo e 34º DP em Bangu	R\$ 4.658,75
Premiação por Boas Práticas - PCERJ		
1ª Colocada	Delegacia Especializada de Apoio ao Turista - DEAT	R\$ 13.500,00
2ª Colocada	Corregedoria Interna da Polícia Civil - COINPOL	R\$ 9.000,00
3ª Colocada	Instituto de Identificação Félix Pacheco - IIFP	R\$ 6.750,00
Premiação por Boas Práticas - PMERJ		
1ª Colocada	Batalhão de Polícia de Choque - BPChoq	R\$ 13.500,00
2ª Colocada	Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE	R\$ 9.000,00
3ª Colocada	Regime de Polícia Montada - RPMont	R\$ 6.750,00

Área de Integração de Segurança Pública 10



A despesa de pessoal da Educação apresentou, até o bimestre, um crescimento de 12,6% (+R\$ 241,5 milhões). No exercício, do montante executado até o momento, 97,1% (R\$ 2,09 bilhões) foram liquidados diretamente pela Secretaria de Educação (SEEDUC) e o restante pelo Novo DEGASE. O aumento averiguado na SEEDUC é reflexo direto da política assumida pela secretaria em conceder gratificações aos seus servidores, dentre eles o Adicional por Qualificação Profissional e ao antecipação do benefício do Programa Nova Escola, inicialmente previsto para terminar em 2015.

As despesas com pessoal realizadas pelo Novo DEGASE, neste bimestre, apresentaram notória variação frente ao apurado em 2012: aumento de 28,9% (+R\$ 2,76 milhões) em consequência à nomeação de 279 servidores, oriundos do concurso de 2012.

Os nomeados assumiram as funções de agentes socioeducativos, agentes administrativos, assistentes sociais, pedagogos, técnicos de enfermagem, bibliotecários, psicólogos, farmacêuticos, nutricionistas, enfermeiros, odontólogos e estatísticos.

Tabela 32
Despesas de Pessoal em Educação Em R\$

Despesas de Pessoal da Educação	Acumulado de JAN-OUT	
	2012	2013
Secretaria de Estado de Educação		
Folha de Pagamento	1.400.802.021	1.556.736.884
Gratificação	464.369.797	538.173.135
Total	1.865.171.818	2.094.910.019
NOVO DEGASE		
Folha de Pagamento	47.861.422	59.599.863
Gratificação	2.303.341	2.315.030
Total	50.164.763	61.914.893
	1.915.336.582	2.156.824.911

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 19/11/2013.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE



Posse dos novos servidores do NOVO DEGASE

➤ **Outras Despesas Correntes**

Tabela 33
Outras Despesas Correntes – Principais Ações R\$ Milhares

AÇÕES	SET - OUT		Variação %	JAN - OUT		Variação %
	2012	2013		2012	2013	
Apoio às Ações de Saúde*	239.509	376.833	57,3%	979.256	1.552.035	58,5%
Ações dos Demais Poderes	205.047	213.865	4,3%	836.150	923.281	10,4%
Operacionalização do Bilhete Único	89.335	80.061	-10,4%	378.757	406.015	7,2%
Apoio às Ações de Educação**	114.921	101.812	-11,4%	350.099	371.119	6,0%
Renda Melhor + Aluguel Social	70.409	52.356	-25,6%	233.423	252.299	8,1%
Alimentação dos Apenados e Custodiados	44.079	56.018	27,1%	149.219	170.540	14,3%
Conservação e Operação de Rodovias	16.488	36.882	123,7%	122.523	145.602	18,8%
FAPERJ***	21.881	33.568	53,4%	120.402	117.821	-2,1%
Incentivo ao Esporte****	12.638	12.728	0,7%	61.836	90.628	46,6%
Demais Desp. Custeio	1.090.544	1.213.132	11,2%	4.314.449	4.989.547	15,6%
Subtotal CUSTEIO	1.904.849	2.177.255	14,3%	7.546.112	9.018.885	19,5%
INATIVOS E PENSIONISTAS	1.803.494	2.028.908	12,5%	8.633.037	9.738.500	12,8%
TRANSF. OBRIGATÓRIAS	1.338.596	1.595.539	19,2%	8.516.060	9.274.151	8,9%
TOTAL	5.046.939	5.801.701	15,0%	24.695.209	28.031.536	13,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/11/2013.

* Op. Unid. Próp. Hosp.e Amb. + Op. Integ. de Unid. Próp. p/ Gest. Compart. + Op. UPAS Próp. p/ OS + Contrat. Serv. Saúde Priv. + Op. Serv. Saúde Unid. Próp. Gest. Compart. + Assist. Hosp. e Amb. em Méd. e Alta Complex. + Apoio UPAS Municipalizadas + Apoio Hospital Pedro Ernesto

** Nutrição Escolar + Apoio aos Serviços Educacionais + Autonomia Financeira e Administrativa das Escolas + Transporte Escolar

*** Apoio a Estudantes e Pesquisadores + Desenv. Estudos e Pesquisas

**** Rio 2016 + Realização de Atividades Esportivas

As Outras Despesas Correntes também registraram crescimento, quando comparadas ao período anterior, tanto no bimestre como no acumulado: 15,0% (+R\$ 754,76 milhões) e 13,5% (+R\$ 3,34 bilhões) respectivamente.

A Tabela 33 acima apresenta as principais ações neste grupo de despesa. Destaque para as realizadas no âmbito da Saúde com variação tanto no acumulado (+58,5%, ou seja, R\$ 572,78 milhões) como no bimestre (+57,3% = +R\$ 137,33 milhões). O acréscimo constatado é resultado da implantação do Sistema de Gestão Compartilhada Parcial e Integral nas Upas e em Unidades Próprias, além da contratação de Serviços de Saúde, Assistência Hospitalar, Ambulatorial em Medicina de Alta Complexidade e Apoio ao Hospital Universitário Pedro Ernesto.

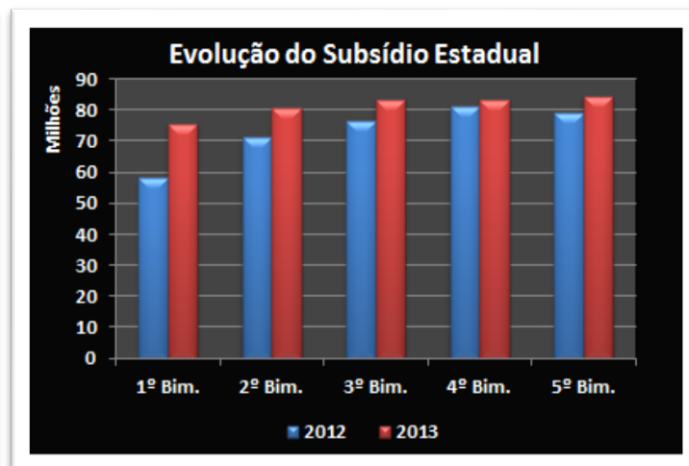
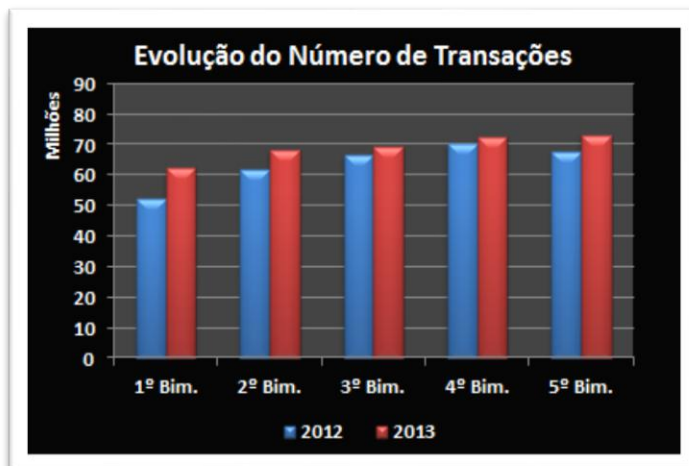
O Programa Bilhete Único somou R\$ 406,01 milhões em despesas realizadas pelo Governo do Estado até o bimestre, sinalizando um aumento de 7,2% (+R\$ 27,26 milhões) em relação ao mesmo período do último ano. A utilização do benefício já supera 346 milhões de transações em 2013, 27 milhões a mais do que no mesmo período em 2012. A variação negativa de 10,4% ocorrida no bimestre é devida a transferência extra à conta da RIOCARD, no mês de setembro de 2012, no valor de R\$ 9,3 milhões, para regularizar o repasse dos recursos às concessionárias.

O Gráfico 35 abaixo apresenta a evolução do número de transações e do subsídio feito pelo Governo Estadual ao Programa.

Até o 5º bimestre, foram liquidados, em Outras Despesas Correntes do ERJ, R\$ 28,03 bilhões: um acréscimo de R\$ 3,34 bilhões (+13,5%) frente ao apurado em 2012.

Gráfico 35

Evolução do Programa Bilhete Único



Também merece destaque o programa de Alimentação dos Apenados e Custodiados: esta ação representou 77,3% das despesas correntes da Secretaria de Administração Penitenciária até o 5º bimestre de 2013, com significativo aumento de R\$ 21,32 milhões no ano (+14,3%), quando comparado ao mesmo período de 2012, em consequência ao reajuste dos contratos firmados.

Outra importante ação do ERJ, a Conservação e Operação de Rodovias, liquidou até o momento R\$ 145,60 milhões, dos quais R\$ 36,88 milhões foram efetivados neste bimestre – 123,7% (R\$ 20,39 milhões) a mais do que no mesmo período de 2012 – demonstrando a permanente preocupação do Governo com a manutenção da malha rodoviária do ERJ.

O Renda Melhor e o Aluguel Social, relevantes ações desenvolvidas pelo ERJ a fim de auxiliar a população fluminense, apresentaram um aumento de R\$ 18,9 milhões (+8,1%) neste ano em decorrência do aumento de beneficiados no programa Renda Melhor.

O Apoio às Ações de Educação, que englobam Nutrição Escolar, Serviços Educacionais, Autonomia Financeira e Administrativa das Escolas e Transporte Escolar, apresentou um aumento de 6,0% (+R\$ 21,02 milhões) nas despesas acumuladas de 2013, com destaque na ação Nutrição Escolar: + R\$ 31,8 milhões (+20,58%).

➤ Investimentos e Inversões Financeiras
Tabela 34
Investimento e Inversão Financeira - Principais Ações

Em R\$ Milhares

**Acumulado 2013:
R\$ 4,20 bilhões/ + 34,3%**

PRINCIPAIS AÇÕES	JAN A OUT		Variação (%)
	2012	2013	
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	269.116	1.501.653	458,0%
Reforma do Complexo do Maracanã	199.657	476.099	138,5%
Implantação de Projetos de Infraestrutura	344.215	262.927	-23,6%
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	156.061	244.055	56,4%
Urbanização das Comunidades - PAC/ Assentamentos Irregulares*	73.959	108.539	46,8%
Melhoria Transp Copa 2014 e Olimpíadas 2016	-	51.098	-
Unidades Habitacionais (Produção, Recuperação e Melhoria)	41.116	63.318	54,0%
Implantação e Melhoria da Infraestrutura Viária – Pró-Vias	-	60.220	-
Aquisição de Embarcação	-	38.412	-
Ações no Meio Ambiente**	171.404	284.709	66,1%
Ações na Educação***	106.152	149.418	40,8%
Ações em Segurança Pública****	46.433	77.234	66,3%
Abastecimento de Água - PAC	69.351	67.535	-2,6%
SUBTOTAL	1.477.462	3.385.216	129,1%
DEMAIS AÇÕES	1.653.746	819.403	-50,5%
TOTAL	3.131.208	4.204.619	34,3%

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/11/2013

Exclui as despesas intra-orçamentárias/Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

* Urbanização dos Complexos de Mangueiras, Complexo do Alemão, Pavão-Pavãozinho, Urbanização do Dona Marta e outras comunidades do PAC.

** Prevenções e Controle Ambiental de Inundações; Apoio a projetos de saneamento; Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara; Projeto Iguaçu - PAC-RJ/FECAM; Rio Mais Limpo.

*** Melhoria na rede de ensino e aumento na infraestrutura e reequipamento das unidades educacionais.

**** Implantação do Centro de Comando e Controle; Reestruturação Delegacias Legais e Órg. Investigativos.

A Tabela 34 demonstra as principais ações realizadas, ao longo do exercício, pelo Governo do ERJ no grupo de Investimentos e Inversões Financeiras.

O projeto de Implantação de Novas Linhas Metroviárias, ação essencial à melhoria do transporte público no ERJ, apresentou um marcante incremento em sua execução: até o 5º bimestre, o Governo desembolsou R\$ 1,50 bilhão para sua continuidade, R\$ 1,23 bilhão a mais (+458,0%) do que o montante pago no mesmo período de 2012. Esta análise evidencia o comprometimento da gestão pública estadual com a melhoria da mobilidade urbana.

O projeto de Reforma do Complexo do Maracanã, ação desenvolvida por meio de uma Parceria Público-Privada (PPP N.º 27/2013) entre o Governo do ERJ e o consórcio formado pelas empresas IMX, Odebrecht e AEG, implementada na modalidade concessão administrativa, teve considerável aumento no período analisado:

+138,5%, ou seja, +R\$ 276,44 milhões frente ao mesmo período de 2012. A parceria estabelecida com o setor privado demonstra a preocupação do ERJ com a manutenção da viabilidade econômica e financeira do projeto: até outubro, foram R\$ 476,10 milhões direcionados ao projeto.

Os projetos executados pelo ERJ na área de Meio Ambiente, apresentaram até outubro variação positiva de 66,1% (+R\$ 113,31 milhões). Tais projetos em andamento englobam diversas ações implementadas pela Administração Pública que visam à preservação do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a melhoria nas condições de vida da população fluminense. Cabe ressaltar que diversas ações, tais como reflorestamento; recuperação de áreas degradadas; canalização de cursos d'água; educação ambiental; implantação de novas tecnologias menos poluentes; despoluição de praias e saneamento, são realizadas com recursos do FECAM, fundo estadual que tem como propósito atender às necessidades financeiras de projetos e programas ambientais e de desenvolvimento urbano.

Na área de Transporte Público, destaque para as seguintes ações em execução pelo Estado: a Implantação e Melhoria da Infraestrutura Viária – Pró-Vias, a Melhoria de Transportes para Copa 2014 e Olimpíadas 2016 e a Aquisição de Embarcação, que foram adquiridas através de um contrato com o estaleiro chinês pertencente a holding China Shipping Group. Juntas, essas ações somam uma despesa já realizada de R\$ 149,73 milhões.

Na área de Segurança Pública, o nível de investimentos realizados pelo ERJ soma R\$ 77,23, um acréscimo de R\$ 30,80 milhões (+66,3%) neste exercício. Vale destacar o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), setor que reúne diversos serviços de atendimento a emergências da Polícia Civil, da Defesa Civil Estadual e do município do Rio de Janeiro.

As demais ações realizadas pelo Estado em investimentos e inversões apesar de indicarem uma queda, até o momento, de 50,5%, representam apenas 19,5% do total de despesas realizadas pelo grupo. Por outro lado, os 80,5% restantes demonstraram um aumento de 129,1% (+R\$ 1,91 bilhão) em 2013.

Em 2013, até o presente bimestre, o ERJ ampliou suas despesas com Investimentos e Inversões Financeiras: já foram executados R\$ 4,20 bilhões, um aumento de 34,3% (+R\$ 1,07 bilhão).

V.V Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ²¹, FECAM²² e FEHIS²³.

A Tabela 35 ao lado apresenta a execução parcial dos índices até o quinto bimestre, evidenciando a receita total, sobre a qual incidirá o percentual mínimo estabelecido, e a despesa total liquidada, seguindo os parâmetros exigidos para a contabilização dos índices.

O acompanhamento bimestral destes resultados representa uma ferramenta fundamental para corrigir possíveis desvios ao longo do ano, já que o cumprimento do índice é apurado no encerramento do exercício, após contabilizadas as receitas e as despesas realizadas.

➤ **Educação**

Neste exercício, as transferências para o FUNDEB estão sendo contabilizadas em conta redutora, não mais havendo execução orçamentária de dotações alocadas nos Programas de Trabalho que identificavam a Perda Líquida do Estado (parcela aplicada pelo Estado nos seus municípios) e o Retorno do FUNDEB (aplicação direta na Rede Pública Estadual). Os R\$ 4,45 bilhões executados, demonstrados na Tabela 35, até o quinto bimestre, correspondem à totalidade dos recursos repassados ao FUNDEB, conforme dispõe a Lei Nº 11.494/2007. Os recursos que retornam ao Estado, para sua Rede de Ensino, são aplicados pela SEEDUC através da FR 15 para identificação de sua origem.

Até o 5º bimestre de 2013, a despesa liquidada na Função Educação, com recursos próprios do ERJ, alcançou R\$ 6,63 bilhões (+R\$ 1,08 bilhão, quando comparada a 2012). O percentual aplicado no período atingiu praticamente os 25,0% da receita base definidos por ato normativo, evidenciando celeridade da execução orçamentária.

Tabela 35

Execução dos Índices Constitucionais

RS Milhares

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			
PERÍODO	JAN - OUT		Variação %
	2012	2013	
EDUCAÇÃO			
RECEITA BASE	23.215.126	26.578.902	14,5%
DESPESA LIQUIDADADA*	5.553.677	6.634.090	19,5%
FUNDEB**	3.905.213	4.446.296	13,9%
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	5.803.782	6.644.725	14,5%
% ÍNDICE	23,9%	25,0%	1,04%
SAÚDE			
RECEITA BASE	23.215.091	26.578.860	14,5%
DESPESA LIQUIDADADA***	2.195.612	2.676.199	21,9%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	2.785.811	3.189.463	14,5%
% ÍNDICE	9,5%	10,1%	0,6%
FAPERJ			
RECEITA BASE	13.829.347	15.881.741	14,8%
DESPESA LIQUIDADADA	279.131	282.745	1,3%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	276.587	317.635	14,8%
% ÍNDICE	2,0%	1,8%	-0,2%
FECAM			
RECEITA BASE	6.155.806	5.620.046	-8,7%
DESPESA LIQUIDADADA	223.620	218.548	-2,3%
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)****	307.790	311.509	1,2%
% ÍNDICE	3,6%	3,9%	0,3%
FEHIS			
RECEITA BASE	2.111.510	2.292.001	8,5%
DESPESA LIQUIDADADA	210.891	176.909	-16,1%
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	211.151	229.200	8,5%
% ÍNDICE	10,0%	7,7%	-2,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/11/2013.

1. Valor da Despesa Liquidada

* Desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 exercícios.

** Valor pela Conta Redutora em 2013

*** Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde e desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 exercícios.

**** Em 2013, incluí valor equivalente a 5% da receita somado ao adicional do Prê-Sal.

²¹ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

²² FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

²³ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

No Grupo Outras Despesas Correntes, o FUNDEB, aqui incluída a perda líquida, participou com 67,0% (R\$ 4,45 bilhões) das aplicações na função, variação positiva de 13,9%, ou seja, aumento R\$ 541,08 milhões, em relação a igual período de 2012.

As despesas de Pessoal realizadas com recursos do Tesouro, em todas as UOs que compõem os índices, Tabela 36, cresceram 45,6% (+R\$ 460,42 milhões em valores absolutos). Quando comparadas a 2012, identifica-se que sua participação aumentou em 4 pontos percentuais no total liquidado na Função. A maior parcela deste aumento está alocada na SEEDUC (+R\$ 332,87 milhões), por conta do reajuste salarial de 8% que impactou a folha em + R\$ 53,66 milhões, e do financiamento de parcelas de despesas, antes custeadas com recursos do FUNDEB: provisionamento de 13º salário, abono de férias (+R\$ 163,66 milhões), a gratificação de desempenho de escola (+R\$ 44,43 milhões), as obrigações patronais (+R\$ 36,77 milhões) e a admissão de novos professores ao longo do ano.

O Custeio aumentou 20,9% em relação às despesas liquidadas em 2012 (+R\$ 113,83 milhões). Do total aplicado neste grupo (R\$ 658,08 milhões), a maior parcela também coube à SEEDUC, 58,4% (R\$ 385,80 milhões), aí incluída a despesa decorrente da implantação de novos benefícios: Auxílio Transporte (R\$ 10,64 milhões), Auxílio Qualificação (R\$ 8,28 milhões) e Auxílio Alimentação (R\$ 35,17 milhões). O serviço de continuidade operacional da INFOVIA (rede pública de comunicação de dados e sistemas adequados às escolas) requereu R\$ 21,25 milhões. Na manutenção de todas as escolas foram gastos R\$ 318,73 milhões, com destaque para despesas de Apoio aos Serviços Educacionais (R\$71,04 milhões) e Autonomia Financeira e Administrativa das Escolas, R\$ 50,09 milhões, a título de suprimento de fundos para despesas rotineiras com manutenção da unidade escolar.

O nível de Investimento/Inversões, em relação ao período anterior teve variação negativa de 32% (R\$ 30,47 milhões), compensada pela execução da despesa com recursos provenientes de operações de crédito, que não é contabilizada no limite mínimo constitucional exigido. Na melhoria da rede física, com recursos do Tesouro, a SEEDUC investiu R\$ 38,14 milhões, dos quais R\$ 22,15 milhões em Reformas e Obras de Reparos em diversas unidades escolares.

Tabela 36
Aplicação na Função

Em R\$ milhares

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2013
	JAN - OUT			
	2012	2013		
Pessoal	1.009.251	1.469.674	45,6%	22,2%
Outras Desp. Correntes	4.449.464	5.104.377	14,7%	76,9%
Custeio*	544.251	658.081	20,9%	9,9%
FUNDEB*	3.905.213	4.446.296	13,9%	67,0%
Investimento/Inversões	95.268	64.802	-32,0%	1,0%
RP Cancelado	(305)	(4.764)	1459,4%	-0,1%
TOTAL	5.553.677	6.634.090	19,5%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/11/2013.

* A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral.

A Tabela 37 abaixo demonstra a distribuição da despesa do índice por Unidade Orçamentária do ERJ.

Tabela 37
Distribuição do Índice por UO

Em R\$

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Variação %	Participação em 2013
	JAN - OUT			
	2012	2013		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	458.018.357	848.873.892	85,3%	38,7%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	89.019.060	105.119.706	18,1%	4,8%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	503.153.621	571.060.011	13,5%	26,0%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	468.690.891	529.345.882	12,9%	24,1%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	96.713.254	98.456.301	1,8%	4,5%
CECIERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distân do Est RJ	18.791.085	21.911.286	16,6%	1,0%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	14.383.530	17.790.043	23,7%	0,8%
Total das Unidades Orçamentárias**	1.648.769.797	2.192.557.123	33,0%	33,0%
FUNDEB**	3.905.212.828	4.446.295.984	13,9%	67,0%
RP Cancelado**	(305.478)	(4.763.545)	1459,4%	-0,1%
TOTAL DO ÍNDICE	5.553.677.147	6.634.089.562	19,5%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/11/2013.

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

** Participação calculada com base no Total do Índice da Educação.

A Secretaria de Educação - SEEDUC, por sua abrangência e público-alvo, é responsável pela maior aplicação de recursos (38,7%); até o quinto bimestre, em comparação com o mesmo período do ano anterior, aplicou +85,3%, ou seja, +R\$ 390,85 milhões, dos quais, R\$ 121,80 milhões foram direcionados ao pagamento de benefícios, aos profissionais da área, citado em parágrafo anterior. Integram a SEEDUC 1.310 escolas que atendem cerca de 850 mil alunos.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) aplicou 26,1% das despesas liquidadas no período, acréscimo de R\$ 67,91 milhões (+13,5%) em relação ao ano passado, dos quais R\$ 48,03 milhões estão relacionados à folha de pagamento: reajustes concedidos ao pessoal docente e convocação de técnicos administrativos concursados para substituir, pessoal de apoio administrativo contratado, embora observe-se que o nível de despesa permanece idêntico ao de 2012.

O Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) e a Policlínica Piquet Carneiro-PPC, unidades organizacionais da Universidade na área médica, com cursos de especialização voltados para residência médica, aplicaram R\$ 19,54 milhões em bolsas auxílio a 358 médicos residentes.

Hospital Universitário Pedro Ernesto – HUPE / UERJ



Policlínica Piquet Carneiro – PPC / UERJ



Ainda em referência aos estudantes, a UERJ aplicou mais R\$ 30,56 milhões no custeio de bolsas auxílio aos alunos cotistas.

CVT Macaé / FAETEC

Os gastos da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) cresceram 12,9% (+R\$ 60,65 milhões) frente a 2012, participação de 24,1% no total liquidado na Função. As despesas de pessoal do órgão cresceram R\$ 59,21 milhões (+14,8%), sendo R\$ 23,54 milhões destinados ao pagamento de pessoal terceirizado para unidades da FAETEC e de Centros de Vocacionais Tecnológicos (CVTs).



Neste bimestre, o ERJ inaugurou o 1º Centro Vocacional (CVT) de Macaé: a unidade é a 34ª do estado e tem capacidade para atender dois mil alunos por ano. Foram investidos R\$ 3,84.

Nos investimentos a FAETEC aplicou R\$ 16,51 milhões dos quais R\$ 6,88 milhões foram direcionados aos CVTs.

- **Educação - Outras Fontes de Recursos**

A área de Educação, além de sua principal fonte de financiamento, recursos diretamente arrecadados pelo Estado ou oriundos de Transferências da União, os quais são contabilizados para fins do cumprimento do Índice, conta ainda com Outras Fontes de Recursos que executam montante significativo dentro do gasto total da área – R\$ 2,32 bilhões até outubro.

A Tabela 38 abaixo discrimina a aplicação desses recursos segundo a origem e vinculação, que em relação a 2012, registra variação positiva de 3,3% (+R\$ 73,62 milhões) até o 5º bimestre.

Tabela 38
Função Educação: Outras Fontes

Em R\$ Milhares

FUNÇÃO EDUCAÇÃO				
FR - FONTES NÃO TESOUREIRO	JAN - OUT		Variação %	Participação em 2013
	2012	2013		
FUNDEB (15)	1.827.285	1.839.682	0,7%	79,4%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	274.353	269.182	-1,9%	11,6%
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 24)	51.821	80.443	55,2%	3,5%
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	36.521	33.660	-7,8%	1,5%
SUS (25)	25.569	29.731	16,3%	1,3%
OPERAÇÃO DE CRÉDITO (FR 11)		41.423	0,0%	1,8%
CONVÊNIOS (FR 12-13)	27.246	22.297	-18,2%	1,0%
TOTAL	2.242.796	2.316.418	3,28%	100,00%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/11/2013.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

O montante da despesa financiada pela FR 15 (FUNDEB) apresentou relevante participação (79,4%) até outubro. No período, sua execução orçamentária atingiu R\$ 1,84 bilhão, dos quais R\$ 1,71 bilhão se refere à folha de pessoal e R\$ 129,14 milhões correspondem aos auxílios concedidos aos profissionais da área: alimentação (R\$ 63,65 milhões), qualificação (R\$ 25,15 milhões) e transporte (R\$ 40,35 milhões). Por fim, cabe ressaltar o importante esforço realizado pelo ERJ na ampliação e melhoria da rede estadual: R\$ 5,19 milhões dessa fonte foram direcionados ao alcance desse objetivo.

As despesas liquidadas pelo Estado por meio do Salário Educação (FR 05) apresentaram uma pequena variação de -1,9% (-R\$ 5,17 milhões). A manutenção da nutrição escolar, importante compromisso a cargo do governo, atingiu o patamar de R\$ 124,98 milhões gastos. Com esse recurso o Estado atende os 843.378 alunos da rede escolar. Para dar suporte aos serviços educacionais (Limpeza e Conservação, Vigilância Ostensiva, Processamento de Dados e Serviços Administrativos) foram desembolsados R\$ 51,19 milhões.

As Transferências Voluntárias do FNDE (FR 24) aumentaram 55,2% (+R\$ 28,62 milhões) e financiaram, até o bimestre, R\$ 61,47 milhões no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. No período analisado, ainda foram desembolsados R\$ 18,17 milhões para equipar as escolas da rede estadual afetadas por desastres naturais: foram distribuídos, como aplicativos educacionais para os professores da Secretaria de Educação 31.340 *tablets*, mais uma ferramenta de fácil transporte e acesso que auxilia o trabalho dos educadores.

Dos R\$ 64,01 milhões recebidos pelo ERJ através do FNDE até outubro na FR 24, R\$ 61,47 milhões foram aplicados no PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Os gastos realizados com Operacionalização do Hospital Universitário Pedro Ernesto, aplicados pela UERJ com repasse do SUS (FR 25), cresceram 16,3% (+R\$ 4,16 milhões) no acumulado até outubro. Basicamente, o recurso foi aplicado no financiamento de despesas básicas para a operacionalização do hospital, aquisição de medicamentos em geral, de equipamentos hospitalares e de materiais cirúrgicos, além do repasse para outras unidades de saúde da UERJ.

➤ **Saúde**

Até o quinto bimestre de 2013, registra-se significativo aumento das despesas em ações direcionadas à saúde pública do ERJ: 21,9%, ou seja, +R\$ 480,59 milhões, conforme demonstrado na Tabela 39.

Tabela 39
Aplicação na Função

Em R\$

APLICAÇÃO NA FUNÇÃO				
GRUPO DE DESPESA	JAN A OUT		Variação %	Participação em 2013
	2012	2013		
Pessoal	1.052.030.019	1.013.823.848	-3,6%	37,9%
Outras Despesas Correntes	1.061.802.293	1.605.548.643	51,2%	60,0%
Investimento/Inversões	81.535.887	52.650.442	-35,4%	2,0%
Amortização da Dívida	782.334	4.741.286	506,0%	0,2%
RP Cancelado	539.023	564.911	4,8%	0,0%
TOTAL	2.195.611.510	2.676.199.308	21,9%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/11/2013.

O expressivo aumento constatado no grupo Outras Despesas Correntes (+51,2%, ou seja, +R\$ 543,75 milhões), contribuiu decisivamente para o acréscimo. O crescimento é reflexo da implantação do novo modelo de gestão na prestação de serviços de saúde, agora administrando a maior parte da Rede Pública de Saúde por contratos de gestão com Organizações Sociais (OS).

Essa nova forma de gestão reduz o investimento direto realizado pelo Estado, uma vez que os recursos são repassados às Organizações Sociais. Os maiores valores liquidados até o bimestre estão registrados na Operacionalização Integral de Unidades Próprias para Gestão Compartilhada. Dos R\$ 349,65 milhões realizados no período, R\$ 334,07 milhões foram direcionados para a Gestão de Serviços de Saúde, assim distribuídos: R\$ 18,36 milhões foram para o Hospital Estadual Roberto Chabo em Araruama; R\$ 35,89 milhões para o Instituto Estadual do Cérebro no centro do RJ; R\$ 77,25 milhões foram para o Centro de Trauma do Hospital Estadual Alberto Torres em São Gonçalo; R\$ 28,52 milhões para o Hospital de Ortopedia e Traumatologia Dona Lindu; R\$ 31,16 milhões para o Hospital da Criança em Vila Valqueire; R\$ 43,47 milhões para o Hospital Adão Pereira Nunes em Duque de Caxias; R\$ 28,73 milhões para o Hospital Estadual Vereador Melchiades Calazans em Nilópolis e R\$ 70,69 milhões para o Hospital da Mulher Heloneida Studart em São João de Meriti.

Desde 2012, a Secretaria de Saúde vem reorientando o modelo de gestão e atenção à saúde no ERJ, com o intuito de melhorar a prestação dos serviços e a satisfação dos usuários. A implementação dessa nova forma de administração, por meio dos contratos de gestão com as Organizações Sociais de Saúde (OSS), tem como objetivos: reduzir custos, melhorar a gestão e garantir um atendimento de qualidade à população.

Com a Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais, o montante gasto foi de R\$ 300,36 milhões, incluindo, dentre outras despesas, R\$ 105,24 milhões ao pagamento de Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; R\$ 42,23 milhões na aquisição de Medicamentos em Geral; R\$ 24,18 no Preparo e Distribuição de Alimentação nas Unidades Próprias de Saúde do ERJ e R\$ 21,86 milhões na compra de Material Cirúrgico de Laboratório e de Enfermagem.

Na Operacionalização das UPA's 24 horas Próprias administradas por OS, a despesa foi de R\$ 259,60 milhões. Tais recursos foram destinados à Gestão dos Serviços de Saúde em diversas unidades do ERJ, conforme Tabela 40 ao lado. Das 52 UPA's, somente as de Magé, Santa Cruz, Campo Grande e Campos ainda não estão sendo geridas por meio de OS. Criadas para reduzir o fluxo nas emergências dos hospitais, as unidades têm cumprido seu respeitável papel, alcançando taxa de resolutividade superior a 99%, ou seja, menos de 1% dos pacientes precisou ser removido para outra unidade de saúde.

Em setembro, as UPA's ultrapassaram dos 19 milhões de atendimentos. Já são quase 134 milhões de medicamentos distribuídos gratuitamente à população e 17 milhões de exames laboratoriais e de raios-X realizados nas 52 unidades do ERJ.

O Hospital da Mulher recebeu mais de R\$ 70 milhões. Ele é gerenciado pela OSS Hospital Maternidade Therezinha de Jesus, responsável por fornecer os recursos humanos e materiais para o adequado funcionamento da unidade.

Tabela 40

Repasse das UPA'S por meio de OS

Em R\$

UPA'S 24HS do ERJ (Gestão por meio de OS)	VALORES REPASSADOS
	JAN A OUT
SÃO GONÇALO	26.095.645
NOVA IGUAÇU	21.905.000
PENHA	13.693.500
QUEIMADOS	13.480.000
NITERÓI	12.639.091
MARECHAL HERMES	12.620.983
BANGU	12.620.983
RICARDO de ALBUQUERQUE	12.620.983
REALENGO	12.620.983
BOTAFOGO	11.880.690
TIJUCA	11.877.090
MESQUITA	11.795.000
ITABORAÍ	11.505.156
ENGENHO NOVO	10.323.500
ILHA do GOVERNADOR	10.323.500
MARÉ	10.323.500
JACAREPAGUÁ	10.192.640
COPACABANA	10.169.840
IRAJÁ	10.110.000
CAXIAS	9.566.452
SÃO PEDRO da ALDEIA	3.229.773
TOTAL REPASSADO	259.594.309

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/11/2013.

Tabela 41

Distribuição do Índice por UO

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO				
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	JAN A OUT		Variação %	Participação em 2013
	2012	2013		
FES - Fundo Estadual de Saúde	2.156.678.419	2.446.038.435	13,4%	91,4%
Fundação Saúde do Estado de Rio de Janeiro	10.088.947	192.485.176	1807,9%	7,2%
IVB - Instituto Vital Brazil S.A.	29.208.773	38.042.152	30,2%	1,4%
SES - Secretaria de Estado de Saúde	144.398	198.456	37,4%	0,0%
UERJ - Fundação Universidade do ERJ	29.996	0	-100,0%	0,0%
Total das Unidades Orçamentárias	2.196.150.533	2.676.764.219	21,88%	100,0%
RP Cancelado	539.023	564.911	4,8%	0,0%
TOTAL DO ÍNDICE	2.195.611.510	2.676.199.308	21,9%	100,0%

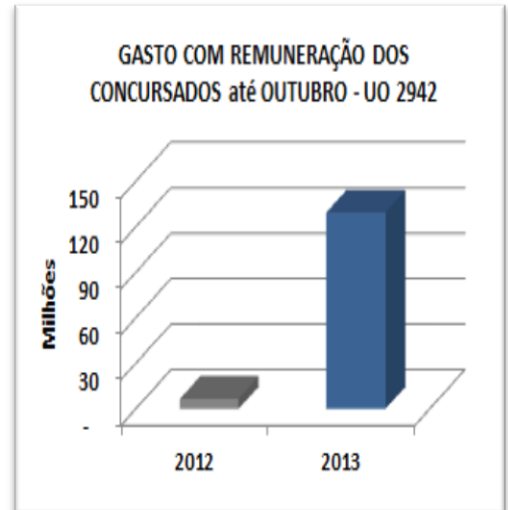
Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/11/2013.

A Tabela 41 acima evidencia a distribuição dos recursos, assegurados por norma constitucional, por unidade orçamentária do Estado. O Fundo Estadual de Saúde – FES – grande responsável pela execução no período (91,4%, R\$ 2,45 bilhões), com um aumento de 13,4% (+R\$ 289,36 milhões) frente ao executado em 2012.

O gasto da Fundação Saúde do ERJ, representando 7,2% do liquidado no índice, exibiu considerável crescimento em relação ao executado em 2012 (+R\$ 182,40 milhões). O aumento é reflexo da contratação pelo regime celetista de profissionais concursados para o preenchimento de vagas existentes. A execução da despesa nessa unidade orçamentária ocorre por meio da FR 23 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde), previamente empenhada no FES, com recursos do Tesouro em favor da Fundação.

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB), até o 5º bimestre, aumentaram R\$ 8,83 milhões (+30,2%) em relação ao ano anterior. Contudo, apesar do incremento constatado, sua participação na execução do índice é de apenas 1,4% das aplicações. Seus principais gastos com recursos do Tesouro referem-se à Ampliação da Capacidade Industrial (R\$ 6,18 milhões), às Despesas Obrigatórias (R\$ 12,42 milhões) e à Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 15,78 milhões).



Novos concursados estão sendo nomeados pela Fundação Saúde do ERJ (UO 2942), desde o início do ano de 2013, em substituição aos profissionais cooperativados de 2012. O gasto com os novos profissionais chegou a R\$ 129,55 milhões em 2013, enquanto no mesmo período de 2012, foi somente de R\$ 6,76 milhões.

Quadro 1

Outras Ações de Saúde em Destaque no ERJ

Metas Alcançadas em algumas Unidades de Referência do ERJ

Hospital Estadual da Criança - em Vila Valqueire

O Hospital da Criança inaugurou, em outubro, um setor de quimioterapia ambulatorial com a capacidade de realizar 200 quimioterapias e hemotransfusões por mês. O investimento do Governo do Estado foi de R\$ 730 mil e o setor conta com 10 espaços individualizados, equipados com cadeiras para pacientes e acompanhantes, além de vídeo games e TV's para entreter as crianças durante o tratamento. A equipe possui médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, psicólogos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais.

Centro de Trauma do Idoso - na Tijuca

Funcionando dentro do Hospital São Francisco de Assis desde outubro de 2012, a unidade faz uma média de 05 procedimentos por dia, inclusive nos fins de semana e feriados e atingiu, em setembro, a marca de 1000 cirurgias realizadas. A unidade já é referência nacional em casos de fratura com pacientes acima de 60 anos.

Maternidade de Seropédica - na Baixada Fluminense

O Estado investiu mais de R\$ 2 milhões em reforma das instalações e novos equipamentos no Hospital Maternidade Municipal de Seropédica. A unidade foi reaberta em setembro completamente revitalizada. O Hospital tem capacidade para realizar 200 partos por mês e recebeu berços aquecidos com monitores, incubadoras, desfibriladores e um Centro de Mastologia e de Patologia Cervical para casos de câncer e colo do útero.

Novo Banco de Olhos - centro do RJ

Inaugurado em setembro e instalado no Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia - INTO - o banco de olhos conta com equipamentos de última geração para garantir a segurança biológica do material doado. A localização no centro facilita a logística para a realização dos transplantes. A previsão é que o banco possa quintuplicar a captação de córneas no ERJ, atingindo a marca de 60 por mês.

- **Saúde - Outras Fontes de Recursos:**

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 42 abaixo discrimina o detalhamento da execução a partir de tais fontes.

Tabela 42

Função Saúde – Outras Fontes

Em R\$

FUNÇÃO SAÚDE				
FR - FONTES NÃO TESOURO	JAN A OUT		Variação %	Participação em 2013
	2012	2013		
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	53.001.893	185.315.680	249,6%	32,2%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	0	5.000.000		0,87%
CONVÊNIOS (FR 13)	8.358.175	10.999.402	31,6%	1,91%
SUS (25)	404.777.285	374.747.901	-7,42%	65,05%
TOTAL	466.137.353	576.062.982	23,58%	100,00%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/11/2013.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

Comparada à execução até o quinto bimestre de 2012, as despesas liquidadas com recursos próprios (FR 10) registrou um acréscimo de R\$ 132,31 milhões (+249,6%). Dos R\$ 185,32 milhões executados a partir dessa fonte, R\$ 144,80 milhões correspondem a gastos pelo Instituto Vital Brazil (IVB), dos quais, R\$ 130,29 milhões foram direcionados à aquisição de medicamentos para os programas de Operacionalização da Farmácia Popular, Ampliação de Laboratórios Experimentais e Ampliação da Capacidade de Produção Industrial, R\$ 3 milhões para a aquisição de imóveis mediante desapropriação e também para ampliação da capacidade de produção industrial, e R\$ 7,6 milhões foram gastos em estudos e projetos para o programa de Desenvolvimento do Parque Tecnológico da Vida.

As despesas financiadas com recursos do Sistema Único de Saúde SUS (FR 25), apesar de ter computado um pequeno crescimento em sua receita (+3,68%, ou seja, +R\$ 21,26 milhões), apresentaram queda de 7,42% (-R\$ 30,03 milhões) na execução. Ainda assim, até o 5º bimestre foram liquidados R\$ 374,75 milhões, incluindo despesas voltadas para Assistência Hospitalar e Ambulatorial de Alta e Média Complexidade (R\$ 124,22 milhões), para Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais (R\$ 102,25 milhões), para Contratação de Serviços de Saúde junto à Rede Privada (R\$

O Programa RioFarmes completou 3 anos com mais de 800 mil atendimentos e com 63 milhões de medicamentos especializados entregues. Desde setembro de 2010, a RioFarmes fornece, para pacientes de todo o Estado, em torno de 150 medicamentos muito caros e raramente disponíveis nas farmácias comuns.

36,22 milhões), e para Aquisição de Medicamentos Excepcionais (R\$ 26,90 milhões), dentre outras.

Em aquisição de material permanente e melhorias na rede física de unidades de saúde, o Governo do ERJ investiu R\$ 5 milhões. Tal montante é proveniente de Operações de Crédito (FR 11) contratadas junto ao Banco do Brasil (Programa Pró-Cidades II).

Na FR 13 (convênios) houve um aumento de 31,6% em relação ao mesmo período de 2012 (+2,64 milhões). Essa fonte de recurso se refere principalmente ao convênio com o Fundo Nacional de Saúde / Ministério da Saúde e vem sendo aplicado na Ampliação da Capacidade de Produção Industrial (R\$ 4,97 milhões) e na Realização de Atividade de Mobilização Social para Prevenção contra a Dengue (R\$ 6 milhões).

➤ FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro atua como agência de fomento à ciência, tecnologia e inovação, promovendo, financiando e apoiando programas e projetos de pesquisa para o desenvolvimento em instituições públicas ou privadas no Estado do Rio de Janeiro.

Até o 5º bimestre, a FAPERJ executou R\$ 282,75 milhões do total de R\$ 317,64 milhões assegurados por norma constitucional, atingindo 1,8% da receita base.

A Tabela 43 demonstra a execução orçamentária da FAPERJ, que além dos recursos do Tesouro conta ainda com recursos próprios e provenientes de convênios.

O total liquidado a conta de recursos do Tesouro, quando comparado ao mesmo período de 2012, registrou pequena variação positiva de 1,3% (+R\$ 3,61 milhões). A tendência é que nos meses subsequentes seja atingida a meta estabelecida.

O Governo do Estado, através da FAPERJ, atendeu a 627 pesquisadores, com dispêndio de R\$ 14,73 milhões, no programa Jovem Cientista, e ofertou 417 auxílios, no programa Cientista do Nosso Estado, desembolsando R\$ 6,71 milhões.

A despesa liquidada à conta de Outras Fontes de Recursos, R\$ 7,21 milhões, apresentou redução de 63,6% (-R\$ 12,59 milhões) quando comparada a igual período de 2012. Com recursos de convênio (FR 13) foram aplicados R\$ 1,08 milhão em bolsas FAPERJ / INMETRO.

Tabela 43

EM R\$

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
FONTE TESOURO			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A OUT		Variação %
	2012	2013	
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	68.788.120	73.227.763	6,45%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	63.287.570	70.089.182	10,75%
Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	48.124.341	39.446.441	-18,03%
Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	23.106.672	24.570.642	6,34%
Inovação Tecnológica	16.973.777	22.245.835	31,06%
Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	19.258.418	19.154.016	-0,54%
Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	14.546.882	13.859.687	-4,72%
Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	8.028.279	7.500.697	-6,57%
Pessoal e Encargos Sociais	4.469.011	4.652.660	4,11%
Tecnologia da Inform p/ Gest Pública- PRODERJ	4.933.808	4.172.374	-15,43%
Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	3.718.858	2.026.214	-45,52%
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	3.314.440	1.377.445	-58,44%
Despesas Obrigatórias	395.052	253.611	-35,80%
Apoio ao Pesquisador na Empresa	163.320	149.000	-8,77%
Prest Serv entre Órg Est/ Aquis Comb e Lubrif	19.362	19.878	2,66%
Desenv de Estudos e Pesquisa Através da UEZO	3.500	-	-100,00%
	279.131.409	282.745.445	1,29%

OUTRAS FONTES			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A OUT		Variação %
	2012	2013	
Fundo de Apoio ao Desenv Tecnológico - FATEC	26.835	5.008.094	18562,5%
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	17.543.139	1.117.999	-93,6%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	2.017.304	1.083.300	-46,3%
Inovação Tecnológica	215.167	0	-100,0%
	19.802.445	7.209.393	-63,59%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/11/2013.

➤ **FECAM**

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos direcionados ao meio ambiente do ERJ, é assegurado por norma estadual - 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás no ERJ.

Apesar de algumas ações do FECAM serem executadas de forma descentralizada, ou seja, por meio de outros órgãos, todas estão voltadas à conservação do meio ambiente fluminense. Os principais órgãos do ERJ que utilizam os recursos do Fundo no desenvolvimento de tais ações são: Secretaria do Ambiente – SEA, CEDAE, Instituto Estadual do Ambiente – INEA, e Secretaria de Obras – SEOBRAS.

A Tabela 44 apresenta as ações realizadas e os principais projetos por elas desenvolvidos, como também o órgão responsável pela execução e os valores liquidados até o 5º bimestre de 2013.

A ação com maior expressividade no período foi Prevenção e Controle Ambiental de Inundações, com um gasto total de R\$ 49,77 milhões, correspondendo a 22,8% do total liquidado no Fundo (R\$ 218,55 milhões).

Outra ação que merece destaque foi a de Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara, que consumiu até Outubro de 2013 de R\$ 39,55 milhões. Esse recurso é aplicado, principalmente, na construção de sistema de coleta e transporte de esgoto na Pavuna e Sarapuí e no esgotamento sanitário na Marina da Glória.

Comparativamente ao mesmo período de 2012, o Fundo apresentou uma aplicação de recursos relativamente maior (variação de 0,3 pontos percentuais). Todavia, cabe ressaltar que a receita base para definição dos recursos do FECAM apresentou ligeira queda frente à apurada no período de 2012: -8,7%, ou seja, -R\$ 535,76. Consequentemente, a despesa líquida, de um modo geral, foi menor: -2,3%, ou, -R\$ 5,07 milhões em valores absolutos.

**Tabela 44
Índice FECAM**

			EM R\$
AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS JAN - OUT
Prevenção e Controle Ambiental Inundações	Apoio no gerenciamento de projetos de recuperação ambiental do INEA	INEA	49.774.225
	Projeto de indenização as vítimas que foram atingidas pela tragédia natural na região serrana	INEA	
	Obras de desassoreamento e recuperação das margens e cursos d'água na baixada fluminense/ERJ	INEA	
Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara	Construção de sistema de coleta e transporte de esgoto do sistema Pavuna e em Sarapuí.	CEDAE	39.549.859
	Construção da linha de recalque da elevatória de esgotos André Azevedo, em Copacabana	CEDAE	
	Aquisição por compra de tubulações de PEAD (polietileno de alta densidade), para esgoto do sistema de saneamento da marina da glória.	CEDAE	
Projeto Iguaçu - PAC-RJ/FECAM	Controle de inundações e recuperação ambiental nas bacias dos rios Iguaçu, botas e Sarapuí, na baixada fluminense.	INEA	33.653.601
	Apoio ao INEA no gerenciamento e na assistência técnica as obras de construção de unidades habitacionais na baixada fluminense.	INEA	
		SEA	
Rio Mais Limpo	Modernização do sistema de esgotamento sanitário da Praia da Bica, Praia Vermelha e Praia da Urca.	CEDAE	31.363.469
	Implantação e reforma dos sistemas de coleta, transporte e tratamento de esgoto sanitário distrito de monte alto, município de Arraial do Cabo/RJ.	SEA	
	Recuperação das condições das praias de São Conrado e Bica.	SEA	
		INEA	
Apoio a projetos de saneamento, proteção e recuperação ambiental	Projeto básico do sistema de intervenções estruturais para mitigação das cheias dos rios Muriaé e Pomba.	SEA	24.150.826
	Serviços de operação, manutenção e adequação da rede de monitoramento da qualidade do ar e meteorologia do Estado do Rio de Janeiro.	INEA	
Projeto de Macrodrenagem PAC - RJ - FECAM	Execução das obras emergenciais (2ª fase) de controle de inundações, drenagem e recuperação ambiental dos rios Santo Antônio, Quiaba e carvão, em Petrópolis; do Córrego Dantas e do rio bengala, no município de Nova Friburgo; e dos rios Imbuí, paquequer e príncipe no município de Teresópolis.	INEA	8.059.560
Lixão Zero - FECAM	Execução de obras de implantação do complexo de tratamento e disposição final de resíduos sólidos do município de São Fidelis	SEA	8.255.157
	Controle e aferição dos índices de eficiência do programa compra do lixo tratado.	SEA	
	Convênio para viabilizar a adequada destinação final de resíduos sólidos nos município de São João de Meriti e Maricá.	SEA	
Esgotamento Sanitário da Zona Oeste	Ampliação do sistema coletor de esgotamento sanitário lagoa da Tijuca	CEDAE	8.150.446
	Sistema do esgotamento sanitário do eixo barra recreio	CEDAE	
	Sistema do esgotamento sanitário do eixo olímpico	CEDAE	
DEMAIS AÇÕES	Construção da estação de tratamento de esgoto de Itaperuna, instrumentos de conservação da biodiversidade, implementação de educação ambiental, esgotamento sanitário - PAC/FECAM, gestão controle florestal, programa de reaproveitamento de óleo vegetal - prove, saneamento ambiental municipal do entorno da Baía de Guanabara-FECAM, implementação do plano de mudança do clima, geração de emprego e rendas em comunidades	SEOBRAS/ CEDAE/ SEA/ INEA/ CENTRAL/ CEPERJ	15.590.359
TOTAL GERAL			218.547.502

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/11/2013.

➤ FEHIS

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é composto pelos recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECF), aplicados diretamente pelas Secretarias de Obras e de Habitação, Instituto de Terras e Cartografia (ITERJ) e Companhia de Habitação (CEHAB), tem enfoque em habitação. Ainda integram os recursos do FEHIS, a parcela do Aluguel Social paga pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH).

A Tabela 45 demonstra as ações executadas até o 5º bimestre, agrupadas por órgão, com a descrição dos principais projetos executados e o valor total liquidado em cada uma delas.

Neste ano de 2013, o comprometimento do Governo do Estado com a manutenção do Aluguel Social requereu R\$ 50,84 milhões de recursos do Fundo. Do total executado até o momento pelo FEHIS (R\$ 176,91 milhões), 28,7% correspondem à manutenção desta valiosa ação.

O Aluguel Social, benefício assistencial temporário instituído no âmbito do Programa Estadual Morar Seguro, visa atender as necessidades advindas da remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco ou desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. O auxílio pode ser concedido por um período de 12 meses no valor de R\$ 500 ou R\$ 400. O projeto, atualmente, é desenvolvido pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do ERJ.

Já a construção de Unidades Habitacionais (UH's) é um projeto a cargo da CEHAB. Ao longo de 2013, foram construídas unidades nos municípios de Duque de Caxias, Muriaé, Carmo, Petrópolis, Casemiro de Abreu e Três Rios. Até o momento, a ação totaliza R\$ 41,32 milhões gastos na tentativa de melhorar ainda mais as condições de moradia da população fluminense.

Tabela 45
Índice FEHIS

Em R\$

ORGÃO	AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	DESPESAS LIQUIDADAS JAN - OUT
SEOBRAS	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ	Desapropriação amigável de imóveis no Alemão, para a Implantação de 40 Unidades Habitacionais do Programa Minha Casa	15.030.976
	Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	Indenização para desocupação de imóveis e obras no Complexo de Manguinhos	8.344.960
	Urbanização do Dona Marta	Construção de 64 Unidades Habitacionais e de 1 Centro Comunitário de Ação Social	2.271.343
	Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC-RJ	Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades Pavão-Pavãozinho e Cantagalo	3.604.703
	Urbanização das Comunidades - PAC	Despesas com Serviços de Assistência Técnica e Apoio ao gerenciamento das obras do PAC 2 - Complexo do Jacarezinho	199.078
	Reassentamento de Moradores de Áreas de Risco	Indenização em função de realocação de moradores da área de alta floresta, no Município de Nova Friburgo	64.800
TOTAL SEOBRAS			29.515.860
SEH	Desenvolvimento de Modelo de Projeto	Pagamento de custeio para o desenvolvimento de projetos na função habitação	704.198
	Realocação de Moradores em Assentamento Popular	Pagamento de aluguel provisório nos municípios de Volta Redonda, Laje de Muriaé, Conceição de Macabu e Cachoeiras de Macacu	707.800
	Acomp Exc do Plano Estadual de Habitação e Interesse Social - PEHIS	Pagamento relativo a elaboração do Plano Estadual de Habitação Social	171.750
	Banco de Terras	Vistoria em terreno para aquisição e desapropriação para construção de unidade habitacionais no município de Bom Jardim	1.235
	Realização de Estudos Técnicos	Identificação de famílias do Progrma Habitar Brasil no Município de Paraíba do Sul.	200
TOTAL SEH			1.585.183
ITERJ	Construção dos Assentamentos Rurais e Urbanos	Desapropriação relativa ao terreno de 12 mil metros quadrados, no município de Nova Friburgo	1.034.331
		Locação de ônibus para atender as crianças no assentamento Antônio de Farias - Município Campos dos Goytacazes e no assentamento Terra Prometida - Município Duque de Caxias e Nova Iguaçu.	
		Aquisição de 40 conjuntos de tramento individual de esgoto sanitário para atender o assentamento Fazenda Engenho Novo - Município de São Gonçalo.	
	Levantamento Físico e Socioeconômico RFIS	Prestação de serviços de compatibilização da planta de parcelamento dos lotes de diversas comunidades visando atender ao projeto de regularização fundiária.	2.115.028
	Implantação de Portal de Comunicação	Prestação de serviço de desenvolvimtp de portal de comunicação WEB e Sistema de Gestão	489.213
	Regularização Fundiária de Interesse Social	Aquisição de um Storage Iomega PX4-300D HB 2TB.	78.374
	Melhoria Habit e Apoio ao Fomento da Produção	Aquisição de três mil capas, visando atender as titulações de comunidade da Rocinha assistida pelo ITERJ	41.130
TOTAL ITERJ			3.758.076
CEHAB	Produção de Unidades Habitacionais (UH)	Construção de 928 Unidades Habitacionais nos Municípios de Conceição de Macacu, Laje de Muriaé, Duque de Caxias, Carmo, Petrópolis, Casemiro de Abreu e Três Rios.	41.318.891
	Recuperação e Melhoria de Unidades Habitacionais	Obras de Infraestruttra, Esgotamento Sanitário nos Bairros do Carmo e São Francisco no Município de Queimados.	22.021.296
	Urbanização de Assentamentos Irregulares	Recuperação de 300 blocos Habitacionais nos municípios de Belford Roxo, Mesquita, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, São Gonçalo e Três Rios.	26.804.616
	Projeto Habitacional a cargo do Fundo - FNHIS	Infraestrutura de urbanização e esgoto sanitário em Alto Chaleí no município de Mesquita.	865.040
	Recuperação de Receita Oriunda do Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS	Obras de Reurbanização, Infraestruttra em vias e vilas e serviços preliminares no bairro Rio das Pedras em Jacarepaguá	198.044
TOTAL CEHAB			91.207.888
SEASDH	Aluguel Social	Aluguel Social para as famílias da Região Serrana, Niterói, São Gonçalo, Manguinhos e Complexo do Alemão.	50.841.938
TOTAL SEASDH			50.841.938
TOTAL GERAL			176.908.945

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 18/11/2013.

Box 02 - DESPESAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Box do 5º Bimestre procura apresentar a evolução dos gastos, no âmbito da Assistência Social, realizados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro nos últimos três exercícios, dando o devido destaque para dois importantes programas: o Renda Melhor e o Aluguel Social.

Responsável pela gestão e coordenação da Política de Assistência Social, Segurança Alimentar, Transferência de Renda e Promoção da Cidadania e Direitos Humanos no Estado, a Secretaria tem como principal objetivo a formulação e execução de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos do cidadão, assegurando o compromisso firmado pelo Governo do Estado com a população fluminense – a superação da pobreza extrema e a redução da desigualdade social.

Na análise da execução total feita pelo órgão, foram computadas as despesas de custeio, pessoal e investimento, sendo essa primordialmente assegurada a partir de recursos derivados, ou seja, da própria capacidade arrecadatória do ente, e dos convênios firmados com a administração indireta.

A Tabela 1 ilustra os recursos aplicados segundo o grupo de despesas.

Tabela 1 – Despesas Liquidadas de 2011 a 2013

Despesas Liquidadas da Assistência Social			
Grupo de Despesas	2011	2012	2013
Tesouro			
Pessoal	98.145.771	99.387.550	79.045.282
Custeio	155.353.234	432.086.739	387.461.946
Investimentos	11.443.609	6.205.299	2.342.915
Outras Fontes			
Custeio	12.559.058	5.218.171	9.220.946
Investimentos	20.014	19.651	7.598
Total	277.521.686	542.917.410	478.078.686

*Outras Fontes inclui a FR 10, 11, 13, 24 e 98

Para o exercício de 2013, a lei orçamentária autorizou à secretaria R\$ 595,46 milhões para a execução dos seus programas de trabalho. Contudo, ao longo do ano, conforme a capacidade arrecadatória do Estado, fundamentada na tendência econômica, foi-se estabelecendo, a dotação disponível para a pasta alcançou o montante de R\$ 692,91 milhões, um incremento de 16,4%, ou seja, +R\$ 97,46 milhões direcionados à superação da pobreza extrema e à desigualdade social.

Até outubro, o órgão executou R\$ 478,08 milhões (69,0%) do total disponível.

Ao longo destes últimos três anos, os recursos oriundos do Tesouro financiaram, em média, 97,2% das ações realizadas pela secretaria.

Cabe também destacar que o total das despesas realizadas no grupo do custeio apresentou um peso

significativo no total aplicado na área nos últimos anos: 56,0% em 2011, 79,6% em 2012 e 81,0% em 2013. Quando comparado a 2011, o montante já liquidado até outubro aponta para o crescimento de 149,4%, ou seja, um crescimento de R\$ 232,10 milhões. Tal variação deve-se por conta da implantação do Programa Aluguel Social e do Renda Melhor.

O Programa Renda Melhor foi criado para atender a população carioca que está em situação de extrema pobreza, enquanto que o Aluguel Social é um benefício assistencial, não definitivo, destinado a atender necessidades advindas da destruição total ou parcial de imóvel residencial do beneficiário, decorrente de calamidade pública ou de remoções de pessoas residentes em áreas de risco.

PROGRAMA ALUGUEL SOCIAL

O Governo do Estado do Rio de Janeiro regulamentou os procedimentos de concessão do Aluguel Social através da Lei nº 43.091 de 20 de Julho de 2011, já instituído no Programa Morar Seguro (Lei nº 42.406/10).

O Programa consiste num valioso instrumento de transferência direta de renda, cuja fonte de recurso origina-se no Tesouro Estadual.

Para a concessão do benefício é necessário que o interessado tenha renda familiar de até cinco salários mínimos e apresente o laudo técnico emitido pela Defesa Civil Municipal.

O auxílio concedido pelo Governo do Estado pode ocorrer por um período de 12 meses, e o valor, que pode ser de R\$ 500 ou R\$ 400, é definido através da celebração do Termo de Cooperação Técnica assinado entre o Governo do Estado e os Municípios.

Os pagamentos efetuados pelo Estado tiveram início em fevereiro de 2011, contemplando 4.693 beneficiados em 6 municípios: Areal, Bom Jardim, Nova Friburgo, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro e Teresópolis.

Novos municípios foram contemplados com o programa – Barra Mansa, Duque de Caxias, Niterói, São Gonçalo e Sapucaia – e, algumas comunidades também foram incluídas: Alemão, Skol, CCPL, CONAB, Indígena, Itaoca, Jacarezinho, Pavãozinho, Santa Martha e Vila São Pedro.



Em outubro deste ano foram pagos R\$ 6,31 milhões pelo Aluguel Social, atingindo 14.281 beneficiários em situação

A relação dos beneficiados por região; o período de pagamento; e o valor pago pelo ERJ pode ser visto no portal do próprio programa:

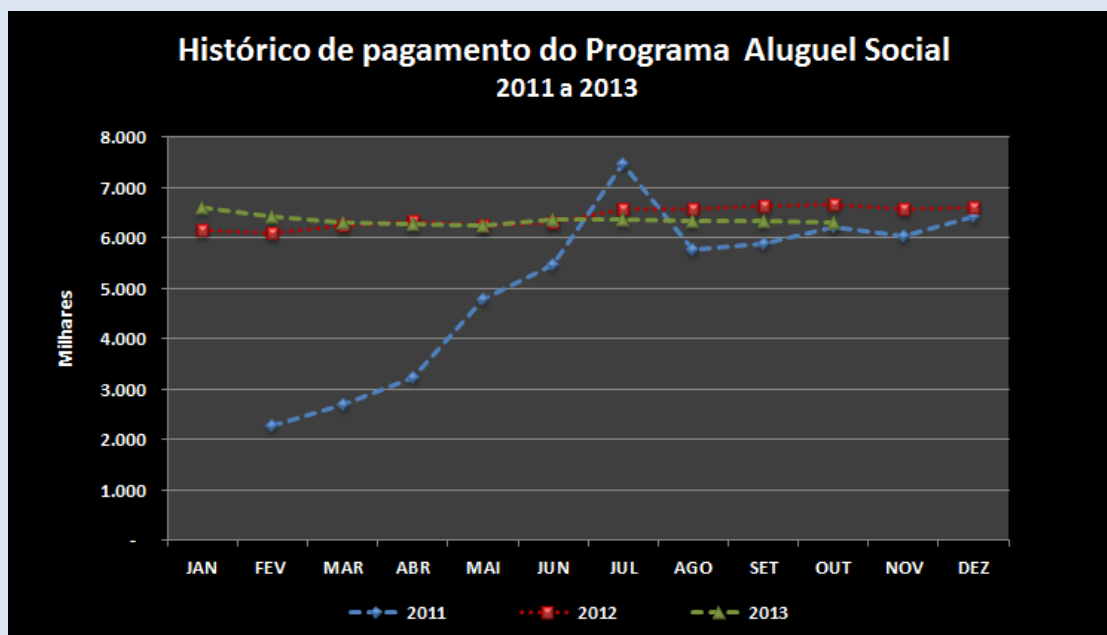
<http://www.portalaluguelsocial.rj.gov.br>

Em 2011, os gastos decorrentes da execução do programa atingiram R\$ 56,31 milhões. Em 2012, foram desembolsados R\$ 77,05 milhões. Até o 5º bimestre de 2013, foram direcionados R\$ 63,60 milhões de recursos públicos ao programa: até outubro, 14.281 pagamentos foram realizados.

Este histórico alocação de recursos reflete a responsabilidade e o comprometimento do Governo em dar continuidade à ação, atendendo a população vítima das fortes chuvas que assolam o Rio de Janeiro no início de cada ano.

A evolução das despesas mensal com o programa, pode ser observada no gráfico 1.

Gráfico 1 – Histórico do Programa: de 2011 a 2013



Fonte: Valores extraídos do site: <http://www.portaaluguel-social.rj.gov.br/>
<http://www.portaaluguel-social.rj.gov.br/>

PROGRAMA RENDA MELHOR



O Governo do Estado por meio da Lei nº 6.888 de 25 de novembro de 2011 criou o Plano Rio Sem Miséria composto pelos Programas Renda Melhor e Renda Melhor Jovem, cujas ações visam à superação da pobreza extrema, proporcionando condições dignas de vida às famílias.

O Programa Renda Melhor, elaborado pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, é parte integrante do Plano de Erradicação da Pobreza Extrema no Rio de Janeiro, e tem como objetivo assistir com benefício financeiro as famílias que são integrantes do Programa Bolsa Família do Governo Federal.

Os benefícios podem variar de R\$ 30 a R\$ 300 de acordo com a condição de vida de cada família, cuja renda *per capita* seja estimada abaixo de R\$ 100,00.

Iniciado em 2011 por meio de três projetos pilotos – município de Japeri, que tem o pior IDH (Índice de desenvolvimento Humano) do Estado, Belford Roxo e São Gonçalo – o projeto apresentou gasto total de R\$ 21,31 milhões.

No primeiro bimestre de 2012, a ação foi ampliada ao município de Magé. Ainda em 2012, o programa alcançou mais quarenta e sete municípios do Estado.

Em julho de 2013, o Governo do ERJ, por meio do Decreto nº 44.295, promoveu a expansão do Renda Melhor: quarenta municípios, ainda não participantes, foram incluídos no programa, o qual passou a contemplar 91 dos municípios do Estado.

A tabela ao lado apresenta a lista dos municípios que recentemente foram integrados ao programa.

Expansão dos Programas Renda Melhor e Renda Melhor Jovem

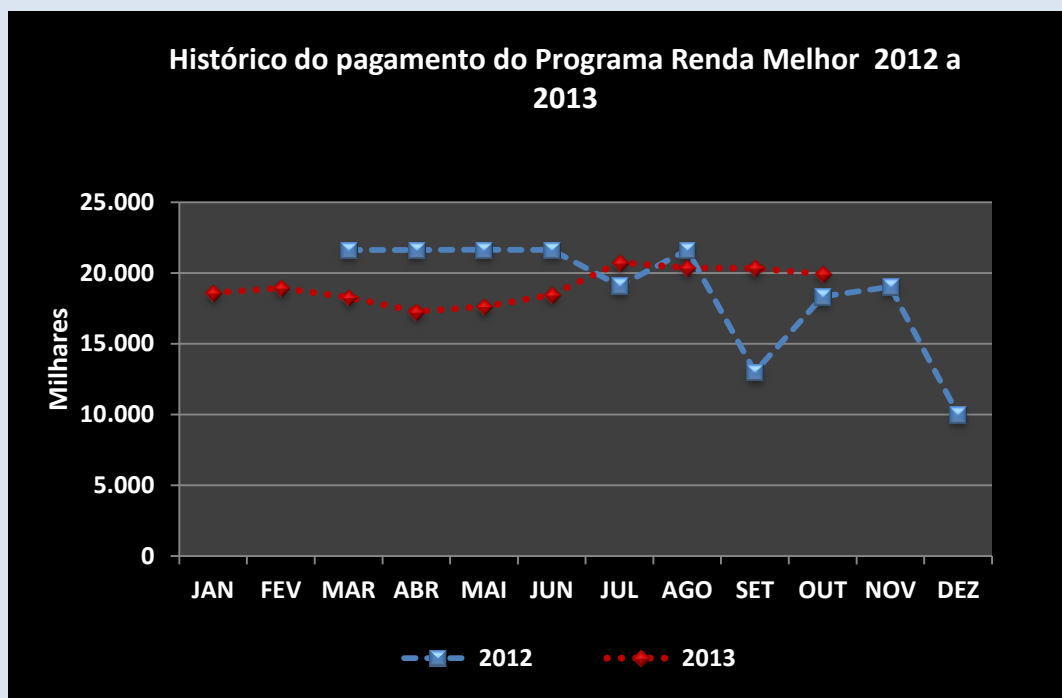
Ano de 2013	
Região	Município
Região Baixada Litorânea	Armação dos Búzios
Região Baixada Litorânea	Arraial do Cabo
Região Baixada Litorânea	Cabo Frio
Região Baixada Litorânea	Cachoeiras de Macacu
Região Baixada Litorânea	Casimiro de Abreu
Região Baixada Litorânea	Iguaba Grande
Região Baixada Litorânea	Rio Bonito
Região Baixada Litorânea	Rio das Ostras
Região Baixada Litorânea	São Pedro da Aldeia
Região Centro Sul Fluminense	Comendador Levy Gasparian
Região Centro Sul Fluminense	Engenheiro Paulo de Frontin
Região Centro Sul Fluminense	Mendes
Região Centro Sul Fluminense	Miguel Pereira
Região Centro Sul Fluminense	Paraíba do Sul
Região Centro Sul Fluminense	Três Rios
Região Centro Sul Fluminense	Vassouras
Região da Costa Verde	Angra dos Reis
Região da Costa Verde	Mangaratiba
Região Médio Paraíba	Barra do Pirai
Região Médio Paraíba	Barra Mansa
Região Médio Paraíba	Itatiaia
Região Médio Paraíba	Pinheiral
Região Médio Paraíba	Pirai
Região Médio Paraíba	Porto Real
Região Médio Paraíba	Quatis
Região Médio Paraíba	Resende
Região Médio Paraíba	Rio Claro
Região Médio Paraíba	Rio das Flores
Região Médio Paraíba	Valença
Região Médio Paraíba	Volta Redonda
Região Serrana	Bom Jardim
Região Serrana	Cantagalo
Região Serrana	Carmo
Região Serrana	Cordeiro
Região Serrana	Duas Barras
Região Serrana	Macucu
Região Serrana	Nova Friburgo
Região Serrana	Petrópolis
Região Serrana	Santa Maria Madalena
Região Serrana	Teresópolis

Atualmente, o Estado leva ações do Programa Rio Sem Miséria a todo território fluminense à exceção da capital que já possui o programa Bolsa Carioca – objetivo é análogo ao Renda Melhor.

Em 2012, foram direcionados R\$ 187,61 milhões à execução do projeto. Dando continuidade ao programa, até o 5º bimestre, foram desembolsados R\$ 190,48 milhões.

A evolução mensal dos gastos do Tesouro Estadual pode ser acompanhada nos gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Histórico do Programa: de 2012 a 2013



Fonte: Valores extraídos do site: <http://www.rendamelhor.rj.gov.br/>
<http://www.rendamelhor.rj.gov.br/>
<http://www.rendamelhor.rj.gov.br/>

PROGRAMA RENDA MELHOR JOVEM

O Programa Renda Melhor Jovem tem como objetivos incentivar os jovens beneficiários a se manterem e concluírem o Ensino Médio; e contribuir para o aumento das taxas de aprovação e conclusão, colaborando para a redução dos índices de criminalidade da juventude.

A ação é uma poupança-escola anual destinada aos jovens integrantes de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, Renda Melhor e o Cartão Família Carioca, que sejam matriculados na Rede Regular de Ensino Médio Estadual até 18 anos incompletos.

O jovem inscrito no programa receberá um benefício como prêmio por aprovação em cada ano do Ensino Médio. Os valores, demonstrados no quadro ao lado, pode chegar a R\$ 1.200,00 caso o jovem tenha cursado o Ensino Profissionalizante, além de R\$ 500,00, ao final do Ensino Médio, caso o jovem tenha um bom desempenho no ENEM que resultará na sua aprovação.

Em 2011, o Renda Melhor Jovem incluiu 6.500 jovens dos municípios de Japerí, Belford Roxo e São Gonçalo.

Desde 2012, já foram pagos R\$ 11,94 milhões aos beneficiários do programa: em 2012, 2.611 alunos foram incluídos, e em 2013, 14.062 alunos.

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) é a responsável pela coordenação das ações do Programa Renda Melhor Jovem, que são implementadas de forma articulada com a Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC e demais entidades públicas federais, estaduais, municipais e da sociedade civil.



Renda Melhor Jovem	
Prêmio de Aprovação	
1º ano	R\$ 700
2º ano	R\$ 900
3º ano	R\$ 1.000
4º ano	R\$ 1.200

Plano de superação da pobreza extrema inclui os programas Renda Melhor e Renda Melhor Jovem.

VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

Com a publicação da Resolução SEFAZ nº 675/13, em 03 de outubro de 2013, verificou-se que a liberação da Cota Financeira para o ano de 2013, nos últimos bimestres²⁴, vem mantendo-se em torno de R\$ 20 bilhões. Comparando-se o montante estabelecido para a Cota Financeira nesta última Resolução (R\$ 20,6 bilhões) com o valor liberado no bimestre anterior (Resolução nº 657, de 13 de agosto de 2013), constatou-se que houve um incremento de R\$ 634,0 milhões. A maior parte de tais recursos, cerca de R\$ 492,64 milhões, foram destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como esgotamento sanitário, implantação do Arco Metropolitano e urbanização das comunidades.

Comparando a evolução da Cota Financeira em 2013 em relação ao exercício de 2012, verificou-se que o montante liberado até o bimestre corrente foi superior em 21,4%.

No tocante a distribuição da Cota Financeira, até o quinto bimestre de 2013, o valor liberado entre as Fontes de Recursos manteve-se equitativo entre as Fontes de Recursos se comparado ao bimestre anterior, sendo: 50,7% (R\$5,11 bilhões) para as FR do Tesouro e 49,3% (R\$4,98 bilhões) para as Outras FR (Tabela 46).

Com base nos números disponibilizados na Tabela 46 que o percentual de utilização da Cota Financeira com Fonte de Recursos do Tesouro manteve-se elevado: foram convertidas em Programações de Desembolso praticamente 100% do montante liberado, enquanto a parcela de utilização para as Outras FR foi de 86,2%. Cabe ressaltar, contudo, que quando comparado ao bimestre anterior, as demais FR apresentaram evolução na utilização da Cota Financeira, subindo de 77,1% para 86,2%.

Gráfico 36

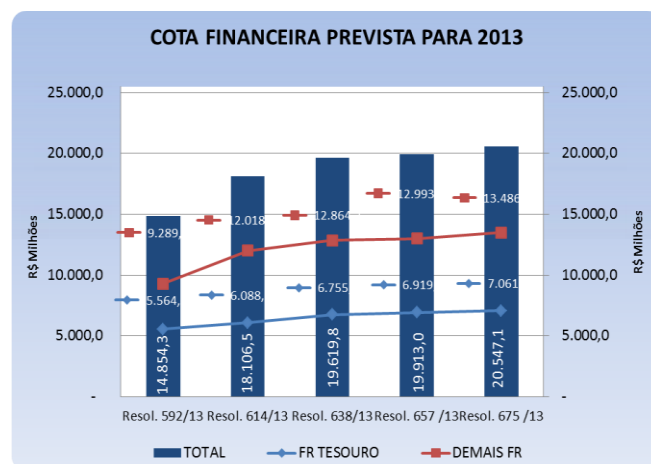


Tabela 46

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ OUTUBRO DE 2013

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	6.538	5.530	5.114	5.087	5.023
FR - Outras	5.978	4.369	4.976	4.290	4.244
Total geral	12.516	9.899	10.091	9.376	9.267

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Out/2013

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	84,6%	108,1%	92,0%	99,5%	98,8%
FR - Outras	73,1%	87,8%	98,2%	86,2%	98,9%
Total geral	79,1%	98,1%	94,7%	92,9%	98,8%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Out/2013

²⁴ Resol. SEFAZ 638/2013; 657/2013 e 675/2013.

Quanto ao emprego de Recursos do Tesouro, tanto as áreas prioritárias (Saúde, Educação e Segurança) quanto às áreas não prioritárias utilizaram quase a totalidade da Cota Financeira (Tabela 47). Cabe destaque para utilização da Cota Financeira nas áreas da Educação e Saúde. Ambas utilizaram 99% de suas cotas.

Já em relação a fase de pagamento, o Tesouro Estadual, no exercício de 2013, quitou R\$ 5,02 bilhões até o 5º bimestre, montante que representa 98,8% das Programações de Desembolso emitidas. Esse fator demonstra que o Tesouro melhorou seu desempenho em relação ao bimestre anterior, quando foram quitadas 95,4% das Programações de Desembolso.

Tabela 47

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ OUTUBRO DE 2013 POR ÁREAS (FR TESOURO)					
R\$ MILHÕES					
ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	576	469	422	422	418
SAÚDE	2.210	1.914	1.687	1.687	1.679
SEGURANÇA	460	407	371	369	366
DEMAIS ÁREAS	3.292	2.740	2.634	2.610	2.561
TOTAL GERAL	6.538	5.530	5.114	5.087	5.023

Fonte: SIG e SATE
Obs: Posição acumulada até Out/2013

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	81,4%	111,2%	89,9%	100,0%	99,0%
SAÚDE	86,6%	113,5%	88,1%	100,0%	99,5%
SEGURANÇA	88,6%	109,9%	90,5%	99,4%	99,2%
DEMAIS ÁREAS	83,2%	104,0%	95,3%	99,1%	98,1%
TOTAL GERAL	84,6%	108,1%	92,0%	99,5%	98,8%

Fonte: SIG e SATE
Obs: Posição acumulada até Out/2013

VI.2 Pagamento de PD's

O Tesouro Estadual, no quinto bimestre de 2013, foi mais célere no adimplimento das obrigações suportadas com suas fontes de recursos se comparado tanto com o bimestre anterior (17 dias para as áreas prioritárias e 24 dias para as áreas não prioritárias) quanto com o mesmo período do ano de 2012 (14 dias para as áreas prioritárias e 23 dias para as áreas não prioritárias). Conforme demonstrado na Tabela 48, o prazo médio de pagamentos praticado neste bimestre foi de 12 dias para as áreas prioritárias (Educação, Saúde e Segurança) e 20 dias para as áreas não prioritárias.

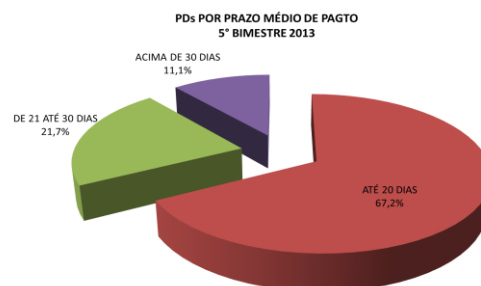
A Secretaria de Estado de Fazenda, neste bimestre de 2013, evidenciou sua agilidade por meio da execução de seus compromissos: 88,9% das PD's pagas foram adimplidas em até 30 dias após sua data de emissão, em um total de 8.434 PD's honradas no bimestre (Gráfico 37). Esses números evidenciam o contínuo planejamento do fluxo de caixa do Tesouro, fator que vem garantindo a agilidade da execução da programação orçamentária e financeira do Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 48
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's
5º BIMESTRE DE 2013

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	12
NÃO PRIORITÁRIAS	20
MÉDIA GERAL	17

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

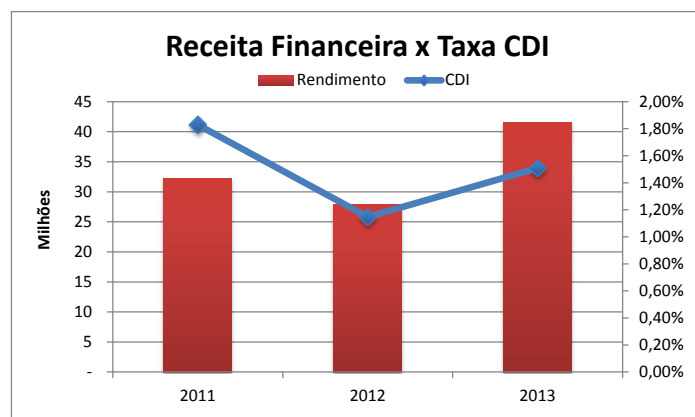
Gráfico 37



VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

O Comitê de Política Monetária²⁵ (Copom) do Banco Central aumentou a taxa Selic em 0.50 ponto percentual, passando a vigorar a taxa Selic de 9,5% a.a. O Copom decidiu aumentar a taxa Selic para 9,5% a.a., sem viés, por unanimidade de votos a favor. Esse é o quinto aumento consecutivo desde abril de 2013. Na ocasião, a taxa estava em 7,2% ao ano. Desde então, foram promovidas cinco aumentos, um de 0,25 e quatro de 0,5 ponto percentual.

Gráfico 38



O cenário de aumento de juros favorece os fundos exclusivos do Tesouro Estadual, que vem mantendo um bom desempenho, porém a alta da inflação e o panorama econômico externo causaram em agosto de 2013 uma queda na rentabilidade contudo, logo em seguida, houve uma boa recuperação no mês de outubro, o que advém do constante esforço do Tesouro Estadual de otimizar os recursos em sua administração.

Estes fundos exclusivos obtiveram em média 99,4% do CDI (benchmark dos fundos) no 5º bimestre. Em que pese a flutuação citada anteriormente, o aumento da taxa Selic, bem como outros fatores, contribuíram para o aumento de 13,0% na receita financeira do 5º bimestre, quando comparado com o bimestre anterior, e, aumento de 49,1% em relação ao mesmo período de 2012. Cabe ressaltar que em setembro de 2012 a taxa selic estava em 7,2%, ou seja, houve crescimento de 31,0% em relação a 2013. Com este cenário, até o 5º bimestre o Tesouro realizou 78,3% da receita financeira estabelecida na LOA.

²⁵ 178ª Reunião do COPOM, realizada nos dias 09 e 10 de outubro de 2013.

VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No período de janeiro a outubro de 2013, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 197,39 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 41,00%, foi utilizada para honrar despesas com energia elétrica; o restante subdivide-se em: 18,4%, para serviços de água e esgoto; 36,4%, para serviços de telefonia, móvel e dados; e, 4,6%, para demais serviços.

Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações no exercício em que foram geradas, a fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

Destarte, no exercício de 2013, foram disponibilizados R\$ 370,73 milhões²⁶ neste PT, e, até o presente momento, foram empenhados R\$ 287,70 milhões, ou seja, 77,6%.

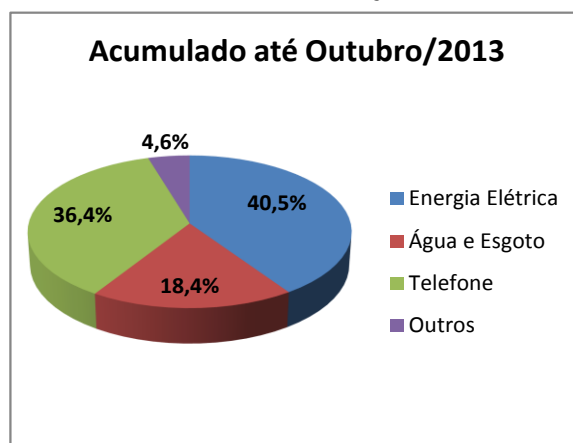
Um fator que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade nos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Tal sistema implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais.

Com a adesão da concessionária Fóz Águas, o SIPC conta atualmente com 16 concessionárias. Houve uma segregação nos serviços de abastecimento de água em algumas regiões e esta empresa assumiu parte da cobrança dos serviços em regiões atendidas anteriormente pela CEDAE.

Considerando o faturamento de 2013, através do SIPC, foram registrados R\$ 251,84 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 165,94 milhões, ou seja, 65,9% do total.

Gráfico 39

Pagamento Acumulado das Concessionárias de Serviços Públicos



Fonte: SIG

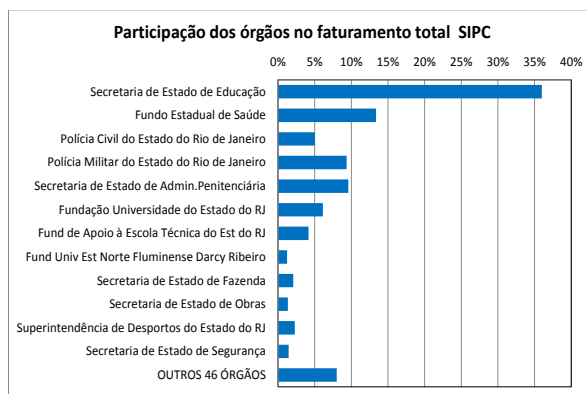
²⁶ Considerando apenas o orçamento disponibilizado com Fontes de Recursos do Tesouro.

A inadimplência do Erário junto às concessionárias (34,1%), geralmente, ocorre devido a atrasos por parte de alguns órgãos no que diz respeito às descentralizações orçamentárias e às transferências de cota financeira - etapas necessárias para quitação de suas obrigações.

Analisando o 5º bimestre, verifica-se que a Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), a Superintendência de Desportos do Estado do RJ (SUDERJ), a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e o Fundo Estadual de Saúde (FES), juntas, são responsáveis por 67,4 % do montante faturado em setembro/outubro, sendo que este grupo quitou 58,4 % do total faturado até o 5º bimestre.

De outro lado, cabe destacar, também, o desempenho positivo do Centro de Tecn. de Informação e Comum. Do Estado do RJ (PRODERTJ), da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), da Subsecretaria Militar e da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) que honraram todos os seus compromissos em tempo hábil. Outros órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, quais sejam: Inst. de Segurança Pública do Estado do RJ (ISP), Fund. Dep. Estradas de Rodagem do Estado do RJ (DER), Inst. Estadual de Engenharia e Arquitetura (IEEA), dentre alguns outros.

Gráfico 40



VI.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 5º bimestre de 2013, verifica-se um aumento global de 2,7%, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em setembro e outubro de 2013, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 9,06 milhões, sendo R\$ 8,48 milhões de demanda contratada e R\$ 580 mil de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que de janeiro a outubro de 2013 a média do faturamento foi de R\$ 1,73 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 114,54 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e *wireless*, a Oi/Telemar está realizando os procedimentos necessários para inclusão destes serviços no SIPC.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 5º bimestre de 2013, foram faturados R\$ 16,2 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que houve uma redução no faturamento da CEDAE devido a migração dos serviços de parte das instalações para a Fóz Águas.

Tabela 49

Faturamento Acumulado por Serviço de Água e Esgoto

FAVORECIDOS	1 Bim/13	2 Bim/13	3 Bim/13	4 Bim/13	5 Bim/13
AGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	73	121	93	77	69
AGUAS DE NITEROI	1.147	1.251	1.202	1.222	1.060
AGUAS DE NOVA FRIBURGO	94	133	121	115	133
AGUAS DO IMPERADOR	105	131	129	103	110
AGUAS DO PARAIBA	913	1.056	966	899	972
CEDAE	17.288	17.260	16.421	14.892	10.059
FOZ AGUAS	-	-	-	-	3.396
C. AGUAS DE JUTURNAIBA	185	189	191	182	167
PROLAGOS	109	151	131	123	138
SAAE/B. MANSA	28	39	36	32	33
SAAE/V. REDONDA	127	127	137	130	121
Total Faturado	20.070	20.457	19.428	17.774	16.258

Fonte: Faturamento enviado pelas Concessionárias

VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, por meio do Decreto nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010, pelo qual deverá quitar seu estoque em 15 anos.

Conforme as regras desse regime especial, o Estado do Rio de Janeiro transferirá, anualmente, os recursos financeiros ao Tribunal de Justiça, para realização dos pagamentos de precatórios, observando a opção do Estado para utilização dos recursos e as preferências Constitucionais.

No entanto, no dia 14 de março de 2013, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou parcialmente procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4.357 e 4.425 para declarar a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional nº 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios.

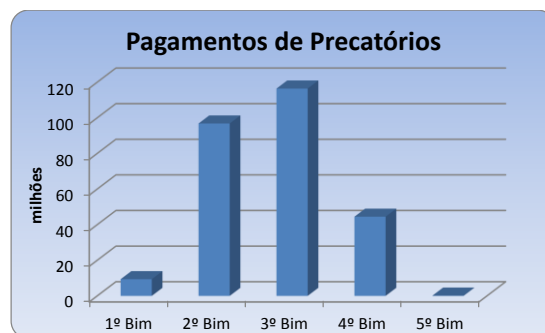
Com a decisão, foram declarados inconstitucionais dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal, que institui regras gerais para precatórios, e integralmente inconstitucional o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que criava o regime especial de pagamento.

Não obstante, até a publicação da decisão do STF, quando então serão modulados seus efeitos, os Tribunais deverão dar continuidade aos pagamentos conforme o Regime Especial adotado.

Assim, nos meses de setembro e outubro de 2013, os Tribunais encaminharam à Secretaria de Estado de Fazenda os comprovantes de pagamentos de precatórios no montante de R\$ 110,74 mil.

Atualmente, a Secretaria de Estado de Fazenda realiza apenas os pagamentos dos acordos de parcelamento dos precatórios e das requisições judiciais de pequeno valor.

Gráfico 41



No 5º bimestre de 2013, foram aplicados pelo Tesouro Estadual, aproximadamente, R\$ 1,93 milhões em pagamentos de quatro acordos de parcelamento celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, de 09 de dezembro de 2009.

Cabe destacar que em 27 de junho de 2013, foi promulgada a Lei Complementar nº 147, que instituiu a liberalidade de utilização de parcela dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.

De acordo com o estabelecido na LC 147/2013, 25% do total de depósitos judiciais e extrajudiciais serão utilizados para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, mantendo-se o restante em um fundo de reserva destinado a garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos, conforme decisão proferida no processo judicial de referência.

Para iniciar os pagamentos das requisições judiciais de pagamento, em conformidade com a LC 147/2013, serão firmados os instrumentos legais no âmbito dos Poderes Executivo, Judiciário e o Banco do Brasil para operacionalização dos pagamentos.

A expectativa do Estado do Rio de Janeiro é que até o fim do ano o estoque de precatórios seja quitado.

Cabe destacar que essa é uma iniciativa pioneira do Estado do Rio de Janeiro no intuito de liquidar integralmente sua dívida com precatórios.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 5º Bimestre deste ano, foram pagas pelo Tesouro Estadual, 565 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 5,36 milhões.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor ser de até 40 vezes o salário mínimo, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal²⁷.

Tabela 50

PAGAMENTOS DE RPV - 5º BIM. 2013.

<i>R\$ mil</i>		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
SETEMBRO	350	3.400.004
OUTUBRO	215	1.960.016
TOTAL	565	5.360.020
Fonte: SUCADP em 31/10/2013		

²⁷ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: “O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado”.



Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagos, no 5º bimestre de 2013, o montante de R\$ 7,40 milhões.

VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 5º bimestre de 2013, R\$ 997,85 milhões com o serviço da dívida ²⁸. A importância desembolsada foi 11,2% superior ao valor pago no bimestre anterior.

Esta variação foi influenciada pelo aumento do serviço extralimite, que foi 62,5% superior ao pago no 4º bimestre, em virtude do pagamento da semestralidade, dos contratos da dívida externa, em um montante de R\$ 97,67 milhões.

Do total pago no 5º bimestre de 2013, R\$ 782,3 milhões foram referentes à dívida intralimite²⁹, valor superior aquele devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 103,65 milhões.

Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada com recursos do Tesouro Estadual³⁰ alcançou R\$ 3,32 milhões, 116,3% superior em relação ao 4º bimestre de 2013. Essa diferença se

²⁸ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

²⁹ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidas as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;

VII – as despesas referentes à principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

³⁰ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

deve ao pagamento da dívida da Riotrilhos que é efetuado semestralmente nos meses de abril e outubro. Esse montante representa, apenas, 0,3% do montante pago no período.

Tabela 51

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	4º bim 2013			5º bim 2013			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	452.440	443.361	895.801	515.421	479.109	994.530	11,02%
INTRALIMITE	369.010	396.153	765.163	382.052	400.252	782.304	2,24%
EXTRALIMITE	83.430	47.208	130.638	133.369	78.858	212.226	62,45%
INTERNA	73.190	38.680	111.871	79.314	35.241	114.555	2,40%
EXTERNA	10.240	8.527	18.767	54.054	43.617	97.671	420,44%
ADM. INDIRETA HONRADA	1.381	152	1.533	2.277	1.039	3.316	116,33%
TOTAL	453.821	443.513	897.334	517.698	480.148	997.846	11,20%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-limite	271.936	396.153	668.090	278.405	399.461	677.865	1,46%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	369.010	396.153	765.163	382.052	399.461	781.513	2,14%
Amortização do resíduo	(97.073)	-	(97.073)	(103.648)	-	(103.648)	6,77%

Valores pagos a preços correntes.

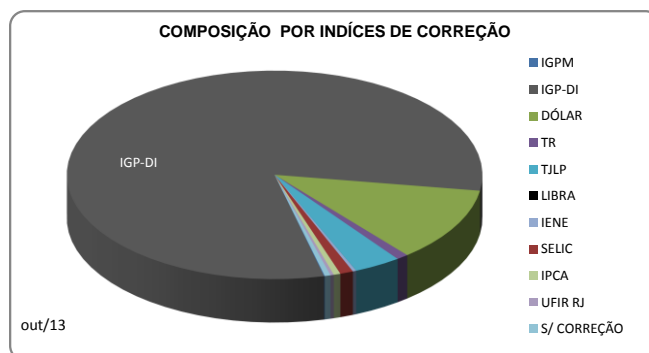
* No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 5º bimestre de 2013, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 76,26 bilhões, 0,3% maior que o bimestre anterior.

O estoque da dívida interna cresceu 1,01%, quando comparado ao 4º bimestre de 2013. Parte desse aumento é justificado pela capitalização de juros do resíduo do contrato de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9496/97, e pela variação do IGP-DI³¹, não obstante a amortização ocorrida no período. Já o saldo total das “Outras Dívidas Contratuais” sofreu uma redução, explicada essencialmente pelo reajuste negativo dos contratos firmados na moeda norte americano, em virtude da valorização do real frente ao dólar.

Gráfico 42



³¹ A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 5º bimestre fechou em 1,8% (IGP-DI de ago/13 e set/13) e nos últimos 12 meses (de out/12 a set/13) em 4%.

Tabela 52

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2013			
	4º Bimestre	5º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	76.038.588	76.259.927	0,29%
INTERNA	69.745.990	70.451.192	1,01%
Dívida com a União	62.282.319	63.218.844	1,50%
Outras Dívidas Contratuais	7.463.671	7.232.347	-3,10%
EXTERNA	6.196.726	5.717.944	-7,73%
Com Aval do Tesouro Nacional	6.193.090	5.714.550	-7,73%
Mobiliária	3.636	3.394	-6,65%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	95.873	90.791	-5,30%
DÍVIDA FINANCEIRA	76.038.588	76.259.927	0,29%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	34.421.457	35.089.775	1,94%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,21	2,17	-1,62%

Valores a preços correntes

O estoque da dívida externa, que corresponde a 7,5% do total da dívida financeira, encerrou o 5º bimestre de 2013 com saldo de R\$ 5,7 bilhões, ou seja, 7,7% inferior ao 4º bimestre de 2013, consequência da valorização do real frente ao dólar³².

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 90,8 milhões, representando uma queda de 5,3% em relação ao saldo verificado em julho e agosto de 2013.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR), acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou variação de 1,6% em relação ao 4º bimestre de 2013. A relação caiu de 2,21 para 2,17³³.

Tabela 53

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS			
R\$ mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.289.629	1,87%	1,69%
2,1 - 4	215.887	0,31%	0,28%
4,1 - 6	64.283.678	93,15%	84,30%
acima de 6,1	3.224.345	4,67%	4,23%
Subtotal	69.013.540	100,00%	90,50%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	3.415.255	47,13%	4,48%
2,1 - 4	618.822	8,54%	0,81%
4,1 - 6	3.212.309	44,33%	4,21%
Subtotal	7.246.387	100,00%	9,50%
Total	76.259.927		100,00%

³² A cotação do dólar (US\$) no dia 31 de outubro foi de 2,2026, 7,2% inferior à cotação de 31 de agosto que foi de 2,3725.

³³ A meta da dívida para o exercício de 2013, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 22/10/2012, foi de 2,19.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 90,50% do estoque. Desse montante, 84,30% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,10% e 6,00%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR, até outubro de 2029.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2043, os vencimentos de curto prazo³⁴ representam 6,46%, e desse percentual, apenas 0,37% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR³⁵. No exercício seguinte, 2030, ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

O Gráfico 43 apresenta a relação entre o serviço a pagar, vinculado às taxas variáveis e fixas. Vale ressaltar que os custos variáveis não ultrapassam, ao longo dos anos, o patamar de 21,14%. O Gráfico 44 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, embora o Estado venha contratando novas operações de crédito, interna e externa, a União ainda é a maior credora do Estado.

Em relação ao prazo médio de amortização³⁶ e ao prazo médio de repactuação³⁷, estes atingiram 12,51 anos e 10,63 anos, respectivamente.

Gráfico 43

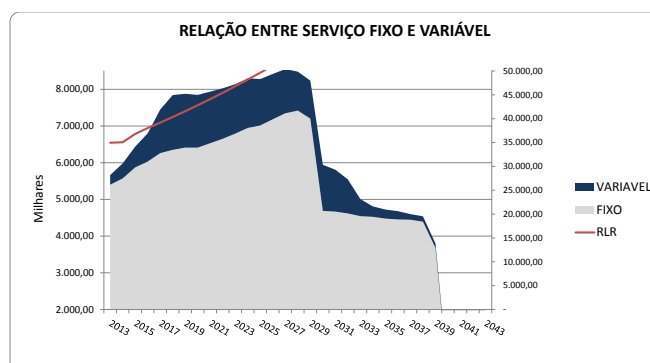
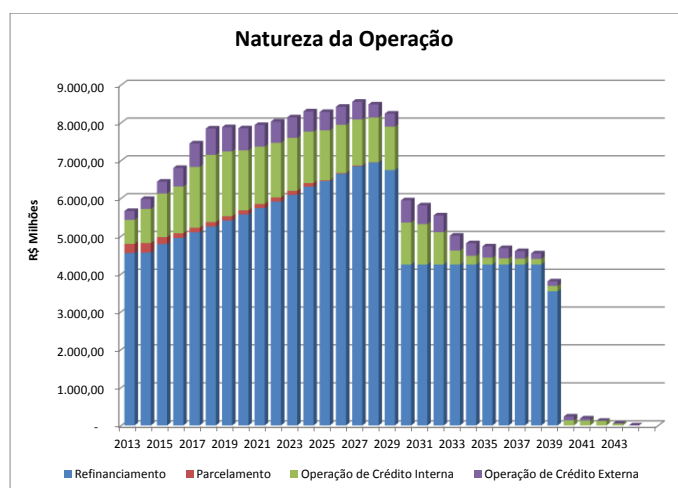


Gráfico 44



³⁴ Dívidas vencidas até o exercício seguinte.

³⁵ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 a 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

³⁶ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas.

³⁷ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

Análise de Sensibilidade Por Variável Chave

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

Tabela 54

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
R\$ mil			R\$ mil			R\$ mil		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	76,22%	61.185.775,85	IGP-DI	75,71%	59.511.464,91	IGP-DI	79,21%	72.759.762,06
DÓLAR	15,32%	12.301.662,50	DÓLAR	15,65%	12.301.662,50	DÓLAR	13,39%	12.301.662,50
TR	1,02%	815.866,86	TR	1,04%	815.866,86	TR	0,89%	815.866,86
TJLP	4,92%	3.949.208,77	TJLP	5,02%	3.949.208,77	TJLP	4,30%	3.949.208,77
LIBRA	0,00%	3.394,01	LIBRA	0,00%	3.394,01	LIBRA	0,00%	3.394,01
IENE	0,21%	171.513,14	IENE	0,22%	171.513,14	IENE	0,19%	171.513,14
SELIC	0,86%	690.675,96	SELIC	0,88%	690.675,96	SELIC	0,75%	690.675,96
UFIR RJ	0,10%	80.468,33	UFIR RJ	0,10%	80.468,33	UFIR RJ	0,09%	80.468,33
IPCA	1,00%	799.914,43	IPCA	1,02%	799.914,43	IPCA	0,87%	799.914,43
S/ CORREÇÃO	0,35%	280.874,42	S/ CORREÇÃO	0,36%	280.874,42	S/ CORREÇÃO	0,31%	280.874,42
TOTAL	100,00%	80.279.354	TOTAL	100,00%	78.605.043	TOTAL	100,00%	91.853.340

out/14

out/14

out/14

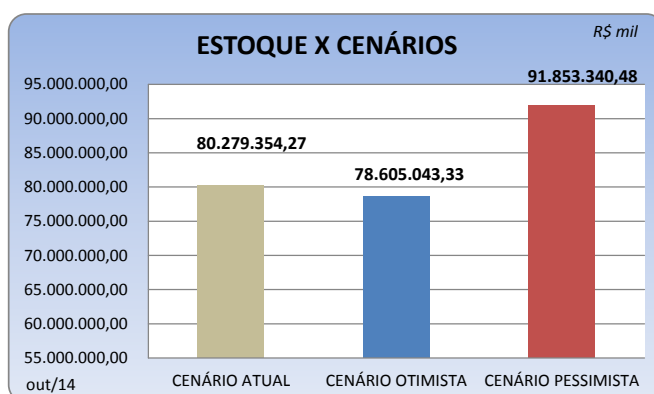
IGP-DI

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -3,74%a.a. e 15,39%a.a., respectivamente. Considerando os cenários de variação da projeção do IGP-DI apresentados, no estoque da dívida, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, como pode ser observado na tabela 9, entre o cenário otimista e pessimista de, aproximadamente, R\$ 13,25 bilhões e, em valores relativos, de 16,85%.

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 3,00% na participação do IGP-DI no total da dívida, passando de 76,22%, no cenário atual, para 79,21%, no cenário pessimista.

Analisando-se o cenário macroeconômico o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) variou 0,63% em outubro, ante 1,36, em setembro de acordo com a FGV, repercutindo a desaceleração do IPA e INCC. O indicador

Gráfico 45



acumula aumentos de 4,51% no ano, resultando em inflação acumulada em doze meses de 5,46%. O principal componente desse indicador, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que responde por 60% do indicador geral, ficou em 0,71% no mês, ante 1,90%, em setembro, acumulando alta de 4,12% no ano e de 5,06% em doze meses. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% no IGP-DI, segundo componente mais importante do IGP-DI, registrou crescimento de 0,55%, no mês, ante 0,30%, em setembro, acumulando alta de 4,20% no ano, comparativamente a 4,56% no mesmo período do ano anterior, e de 5,36% em doze meses. O grupo alimentação, que pressionou o indicador, teve alta de 0,93%, em outubro ante 0,14%, em setembro. O INCC-DI teve queda de 0,26%, em outubro ante 0,43%, em setembro. Tal queda decorre da variação, do índice referente a preços de materiais, equipamentos e serviços, que variou 0,68%, em outubro ante 0,91% em setembro, enquanto os custos de mão de obra não registraram variação pelo segundo mês consecutivo. O INCC acumulou variações de 7,53% no ano e de 8,08% em doze meses.

Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 4,14 bilhões para 8,80 bilhões e de 6,11% para 11,54%, no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em função das novas operações de crédito contratadas pelo Estado do Rio de Janeiro junto a organismos internacionais e junto ao sistema financeiro nacional, atreladas à moeda norte americana.

A Tabela 55 e a Tabela 56 demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%), nas variáveis chaves e o quanto varia o serviço, no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa libor.

Com base nos números apresentados na Tabela 55, que a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves no curto

Tabela 55

Variável Chave	Variação	Serviço	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+54.547,41	+0,865
Yene Japonês	+10%	+4.733,49	+0,081
Libor	+1,0%	+92.970,98	+1,591

Tabela 56

Variável Chave	Variação	Estoque	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+1.229.124,10	+1,531
Yene Japonês	+10%	+17.151,31	+0,021

prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor se reflete num acréscimo de R\$ 92,9 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco mais do 1,59% do mesmo. Constata-se, portanto, que esse é o maior risco de curto prazo.

Analisando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme Tabela 56, observa-se que um aumento de 10%, no dólar americano e no iene japonês, gera um aumento de no máximo 1,53 % e 0,02% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 44,41 milhões de receita oriunda de operações de créditos, em julho e agosto:

- R\$ 12,59 milhões, destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 12,57 milhões, destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 10,87 milhões, destinados ao Programa de Inclusão Social e Geração de Oportunidades para Jovens Moradores de Áreas Pacificadas do RJ - INCLUSÃO I – SEASDH (recursos provenientes do BID);
- R\$ 4,26 milhões, para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 1,60 milhão, destinado ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 1,47 milhão, para o Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do BIRD); e
- R\$ 1,07 milhão, destinado ao Programa de Modernização da Administração Estadual II – PMAE II (recursos provenientes do BNDES).

Tabela 57
Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 31.10.2013

R\$ mil

	2013		2014/16
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
1. Operações de Crédito Contratadas	3.281.735	1.418.166	12.217.030
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	3.081.337	1.193.729	8.251.111
EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - BNDES	-	6.770	6.770
SANEAMENTO PARA TODOS - CAIXA	66.881	8.129	379.869
SEGURANÇA - Delegacia Legal - BNDES	7.717	-	19.825
PMAE II - BNDES	2.671	3.185	3.185
PAC - CAIXA	25.613	-	48.661
VIALIGHT - CAIXA	-	21.000	259.138
MARACANÃ_COPA 2014 - BNDES	40.000	-	-
PROGRAMA PRÓ-CIDADES - B. BRASIL	539.000	-	1.656.000
METRÔ LINHA 4 - FASE I - BNDES	-	2.845	22.845
PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	-	-	415.373
PROINVEST BB	-	471.821	471.821
PROCOI - CAIXA	399.957	199.979	799.914
PRÓ-CIDADES II - B. BRASIL	1.004.128	480.000	2.131.672
LINHA 4 METRÔ - FASE II - BNDES	995.368	-	2.036.037
Demais	200.398	224.437	3.965.919
PET II AQUISIÇÃO DE TRENS - B. BRASIL	19.782	8.948	57.004
RIO RURAL - BIRD	9.834	1.605	30.666
PROFAZ - BIRD	3.027	924	24.653
PRÓ-GESTÃO -BIRD	4.469	288	34.380
PRODETUR - BID	-	1.077	234.180
PSAM - BID	-	23.713	975.708
PET II ADICIONAL - BIRD	-	40.275	1.255.183
POE - CAF	-	75.450	132.156
PROVIAS - CAF	-	10.778	512.460
MARACANÃ PROCOPA II - CAF	148.841	14.821	14.821
ARCO METROPOLITANO - CAF	3.580	44.070	352.416
INCLUSÃO SOCIAL - SEASDH-BID - FASE I - BID	10.865	2.487	122.031
RIORURAL - ADICIONAL - BIRD	-	-	220.260
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	1.577.350	1.687.800
RIO METRÓPOLE PROGESTÃO II	-	2.350	112.800
APOIO AO PROGR. DE SUPORTE À POLÍTICA DE TRANSP. - PROSUT	-	400.000	400.000
PROMIT	-	1.175.000	1.175.000
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)	-	-	718.875
Total	3.281.735	2.995.516	14.623.705

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de out/2013

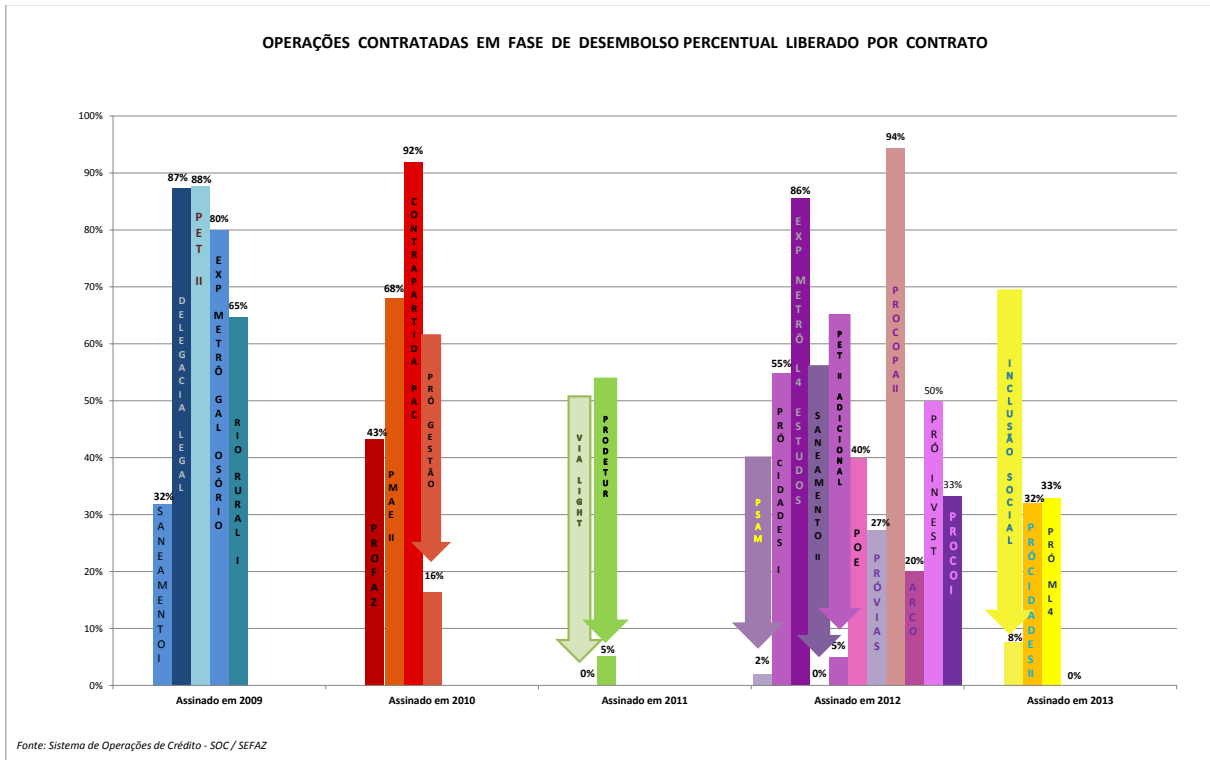
(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 22/10/2012.

Tabela 58
Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso
Data: 31.10.2013

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO/INST. FIN./ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
			CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009							
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I - CAIXA - CEDAE	REAL	558.000.000,00	178.130.968,95	32%	558.000.000,00	178.130.968,95
10/08/2009	DELEGACIA LEGAL - BNDES - SEOBRAS	URTIPL	79.530.718,1067	69.487.935,9286	87%	157.000.000,00	137.174.744,56
24/09/2009	PET II - BIRD - SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	185.819.703,67	88%	466.290.420,00	348.362.756,69
25/11/2009	EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - BNDES - RIO TRILHOS	URTIPL	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%	33.959.283,34	27.188.854,50
14/12/2009	RIO RURAL I - BIRD - SEAPEC	DÓLAR	39.500.000,00	25.577.312,30	65%	87.002.700,00	48.325.595,69
2010							
10/05/2010	PROFAZ - BID - SEFAZ	DÓLAR	19.759.050,00	8.566.318,28	43%	43.521.283,53	15.324.362,56
26/05/2010	PMAE II - BNDES - SEPLAG	URTIPL	5.056.532,6633	3.443.049,6991	68%	9.982.000,00	6.796.855,55
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA - SEOBRAS	URTIPL	307.002.052,9005	282.351.859,48	92%	606.046.612,59	557.385.158,77
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I - BIRD - SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	3.064.196,11	16%	41.129.149,80	6.496.504,21
2011							
28/06/2011	VIALIGHT - CAIXA - SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	-	0%	259.138.332,31	-
08/08/2011	PRODETUR - BID - SETUR	DÓLAR	112.000.000,0000	5.680.000,0000	5%	246.691.200,00	10.292.160,00
2012							
20/03/2012	PSAM - BID - SEA	DÓLAR	451.980.000,00	9.000.000,00	2%	995.531.148,00	18.816.300,00
05/06/2012	PRÓ-CIDADES I - B. BRASIL - SEOBRAS	DÓLAR	1.655.118.042,31	980.064.394,40	55%	3.645.563.000,00	1.989.563.000,00
12/06/2012	EXP. METRÔ - L 4 - Estudos e Projetos - BNDES - RIO TRILHOS	URTIPL	80.014.240,9500	68.441.894,4774	86%	157.954.512,77	135.109.775,05
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA - CEDAE	REAL	415.372.248,98	-	0%	415.372.248,98	-
05/09/2012	PET II Adicional - BIRD - SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	30.135.606,78	5%	1.321.560.000,00	61.536.909,04
13/09/2012	POE - CAF - SEOBRAS	DÓLAR	100.000.000,00	40.000.000,00	40%	220.260.000,00	82.902.000,00
13/09/2012	PRÓ-VIAS - CAF - SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	87.013.826,66	27%	704.116.155,00	180.510.183,41
22/11/2012	MARACANÁ PROCOPA II - CAF - SEOBRAS	DÓLAR	120.666.000,00	113.936.976,71	94%	265.778.931,60	235.476.587,63
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO - CAF - SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	40.000.000,00	20%	440.520.000,00	83.004.000,00
12/12/2012	PRÓ-INVEST - B. BRASIL - SEPLAG	URTIPL	476.655.846,38	237.647.802,1255	50%	940.956.773,22	469.135.773,22
20/12/2012	PROCOI - CAIXA - SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	399.957.427,00	33%	1.199.871.427,00	399.957.427,00
2013							
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL - BID - SEASDH	DÓLAR	60.000.000,00	4.596.700,55	8%	132.156.000,00	10.865.221,09
26/04/2013	PRÓ-CIDADES II - B. BRASIL - SEOBRAS	DÓLAR	1.423.681.104,15	471.728.637,77	32%	3.135.800.000,00	1.004.127.845,00
26/04/2013	METRÔ - PRÓ-ML4 - BNDES - RIO TRILHOS	URTIPL	1.535.603.926,89	504.218.674,02	33%	3.031.405.000,00	995.368.000,00
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL PA - BIRD - SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	-	0%	220.260.000,00	-

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ

Gráfico 46



VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios³⁸

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 5º bimestre de 2013, com 479 Convênios de Despesa e 385 Convênios de Receita vigentes³⁹.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa Somando Forças⁴⁰; já na esfera dos Convênios de Receita, o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC⁴¹ engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 87 convênios, beneficiando 51 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 358,98 milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 392 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. O valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual, até os meses de setembro e outubro de 2013 foi de, aproximadamente, R\$ 1,76 bilhão.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 5º bimestre de 2013, o total de 42 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de, aproximadamente, R\$ 2,08 bilhões⁴². Dessa importância, R\$ 1,16 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União, e R\$ 915,68 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 5º bimestre de 2013, foram repassados em torno de R\$ 820,80 milhões,

³⁸Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

³⁹Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁴⁰Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

⁴¹Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

⁴²Valor original desconsiderando os aditivos.

sendo destinados 92,46% à área de Habitação; e, 7,54% à área de Saneamento.

Ademais, cabe ressaltar que, no mês de outubro, os servidores das secretarias de Esporte e Lazer, de Assistência Social e da Fazenda, além de funcionários de instituições do Terceiro Setor que celebram convênios com as pastas, receberam treinamento intensivo para utilizar o Sistema de Convênios do Estado do Rio de Janeiro - CONVERJ.

Esse sistema permite o controle e o acompanhamento de todas as etapas ao longo do processo de gestão e execução dos convênios e será implantado, a partir de novembro, inicialmente, nas secretarias de Esporte, de Assistência Social e da Fazenda. A previsão é de que seja disponibilizado a todos os órgãos estaduais a partir de janeiro de 2014.

Cabe destacar que esse sistema será o pioneiro entre os estados brasileiros, pois, atualmente, somente o Governo Federal possui uma ferramenta capaz de controlar todas as fases de execução dos convênios.

VI.8 Operação de Crédito

No 5º bimestre de 2013, a Coordenação de Captação de Recursos (COCAR), incumbida de promover a negociação e contratação de operações de crédito para o Estado do Rio de Janeiro, além de monitorar oportunidades para a obtenção de financiamentos, esteve inteiramente envolvida com mais uma operação junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, dessa vez, na modalidade de apoio orçamentário – Development Policy Loan (DPL) – o quarto nesse formato contratado pelo Estado do Rio de Janeiro, no valor de US\$ 500 milhões (quinhentos milhões de dólares norte-americanos).

O Programa, intitulado Programa de Melhoramento da Qualidade e Integração dos Transportes de Massa Urbanos (PROMIT), visa assegurar recursos para a continuidade e expansão em áreas prioritárias, quais sejam: (i) gestão fiscal; e (ii) mobilidade urbana, de forma a apoiar as políticas para fortalecimento dos programas estratégicos do Estado do Rio de Janeiro relativos à melhoria e aumento de cobertura dos serviços de transportes e à consolidação do ajuste fiscal.

Cabe destacar, ainda, que foi dado prosseguimento ao Programa de Fortalecimento da Gestão do Setor Público e do Desenvolvimento Territorial Integrado – Rio Metr pole (PROGESTÃO II) junto ao BIRD, no valor de US\$ 48 milhões, no qual foram negociadas as minutas contratuais.

VI.9 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's

O Governo do Estado do Rio de Janeiro editou, em 11 de outubro de 2013, o Decreto nº 430, que regulamenta os procedimentos e a metodologia a serem observados por esta Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) para análise do impacto fiscal gerado pelas despesas relacionadas a contratos de Parcerias Público-Privadas.

Estas despesas serão expressas em uma tabela mantida no Portal de Transparência, no sítio eletrônico da SEFAZ-RJ, com o objetivo de assegurar o acompanhamento da execução das despesas do Estado, por meio de estimativas e informações específicas de cada contrato, as quais serão atualizadas tempestivamente. Até o final do 5º bimestre de 2013, O Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas do Estado do Rio de Janeiro já havia promovido a celebração de uma parceria, formalizada no contrato Casa Civil/RJ nº 27/2013, mantendo 11 (onze) projetos em estudo, conforme quadro a seguir.



Projeto	Objeto	Investimento Total Inicial (milhões)	Contraprestação anual (milhões)	Prazo de Concessão	Fase Atual
PPP Medicamentos IVB	Implantação de uma plataforma para pesquisa e fabricação de medicamentos em Resende.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência
PPP Ferrovia Modalidade Patrocinada	Implantação, manutenção e operação da Linha 3 do metrô do Rio de Janeiro. Trecho: Praça Arambóia, em Niterói, até a localidade de Guaxindiba, na cidade de São Gonçalo, próximo a BR 101, com extensão estimada de via de 23 km.	R\$ 3.072,20	R\$ 375,70	35 anos	Aguardando Estudo Técnico
PPP Resíduos Sólidos	Implantação e manutenção de um aterro sanitário no município de Saquarema para atender os municípios de Araruama, Saquarema e Silva Jardim	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência
PPP Instituto Carlos Éboli Modalidade Administrativa	Implantação da nova sede dos seguintes institutos: (i) Instituto de Criminalística Carlos Éboli-ICCE; e do (ii) Instituto de Pesquisas e Perícias em Genética Forense da Polícia Civil do Estado do RJ, bem como a instalação de gestão de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades operacionais.	R\$ 840,90	R\$ 46,70	20 anos (2 anos de obras e 18 anos de manutenção)	Análise do Estudo Técnico
PPP Rodovias I Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-104 para implantação de melhorias físicas e operacionais.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias II Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-106, para duplicação trecho Maricá-Bacaxá com construção de túnel sob Serra do Mato Grosso (1,9 km)	R\$ 780,00	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias III Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-106 para implantação de melhorias físicas e operacionais com ampliação no trecho Rio das Ostras - Macaé	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias IV Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-116 para implantação da estrada de contorno a Cidade Nova Friburgo, entre Mury e interseção RJ-116 e RJ-144	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Saneamento Modalidade Administrativa	Implantação, operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de São Gonçalo e Itaboraí.	R\$ 1.229,00 (R\$ 646 milhões do setor privado e R\$ 628 milhões do setor público)	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando deliberação do CGP
PPP Data Center	Projeto de integração e modernização tecnológica da informação e da central de dados do Governo do Estado do Rio de Janeiro.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência
PPP Banda Larga	Projeto para implementar o acesso à Internet banda larga para os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência